

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA



**TERRITÓRIO E IDENTIDADE: ASPECTOS MORFOLÓGICOS DA CONSTRUÇÃO DO
TERRITÓRIO E A IDENTIDADE CULTURAL SALOIA NO CONCELHO DE CASCAIS**

Maria Amélia Cabrita Anastácio

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Arquitectura

Orientadora:

Doutora Teresa Marquito Marat-Mendes

Professora Auxiliar, ISCTE

Abril de 2008

Território e Identidade: Aspectos morfológicos da construção do território e a Identidade Cultural Saloia no concelho de Cascais

RESUMO

A identidade cultural da região saloia, de que o interior do concelho de Cascais fazia parte, pelo menos até 1950, estava fortemente vinculada a um território, marcado pela continuidade de ocupação desde a pré-história, com padrões recorrentes de povoamento e de utilização do solo, acentuando as características mediterrâneas e configurando um *modo de vida*.

Definia-se ainda pela inter-relação com Lisboa, a qual os saloios abasteciam directamente.

As manifestações culturais desta identidade, através da História, tiveram um papel importante na construção do território, consubstanciando influências romanas e muçulmanas na arquitectura e morfologia dos pequenos núcleos do interior.

Na sequência das novas facilidades de transporte, este território transforma-se em extensão suburbana de Lisboa e o seu desenvolvimento processa-se sem ter em conta os valores culturais da paisagem existente.

A presente pesquisa tem como objecto de estudo uma zona do interior do concelho de Cascais, na Área Metropolitana de Lisboa. Pretende-se contribuir para o conhecimento daqueles assentamentos urbanos propondo um enquadramento metodológico que permite a descodificação e leitura dos respectivos princípios morfológicos, como resultado da expressão de uma cultura com que sucessivas gerações contribuíram para a construção do território.

Através da metodologia proposta, o reconhecimento e a identificação de elementos decorrentes da lógica implícita nas marcas inscritas no território, sejam elas resultantes do racional aproveitamento de recursos ou expressas na força e adequação das tipologias arquitectónicas e da organização dos espaços urbanos, podiam integrar a prática do projecto e do planeamento, principalmente à escala do município.

Palavras-chave: território; cultura; identidade; saloio; paisagem; continuidade

Territory and Identity: the morphological aspects of the construction of the territory and Cultural Identity— Saloia— in the county of Cascais

ABSTRACT

The cultural identity of the region saloia, of which the interior of the county of Cascais was part at least until 1950, was strongly interrelated to a territory marked by successive human occupations, at least since the pre-history. The pursuit of the same patterns of settlement and exploitation of the soil, as well as the Mediterranean features and the proximity of this territory to Lisbon, traced the way of life of such human occupations.

The manifestations of this cultural identity played an important role in the construction of the territory, throughout history, including the acclimatization of the Roman and Muslim influences both in the architecture and the urban morphology of the small urban nucleus.

Subsequent to the new transport systems, this territory turns a suburban extension of Lisbon and its development processes, nevertheless, without consideration towards the cultural values of the existing landscape.

The present research was developed in a municipality of the Metropolitan Area of Lisbon— Cascais— and contributes to the study of those urban settlements by proposing a methodology framework that allows disclosing and reading of their urban morphological principles, as a result of the expression of the culture of the successive generations that contributed to such territory.

Finally, it is argued that through the proposed methodology, recognition and the cataloguing of the different elements of such implicit order manifested in the territory, whether resulting from the rational use of resources or expressed as an appropriation of the architectural types and urban space organizations could benefit the practice of project and planning, especially at the county level.

Key Words: territory; culture; identity; saloio; way of life; landscape; continuity

AGRADECIMENTOS

Levar a presente pesquisa a bom termo não teria sido possível sem o apoio e colaboração de numerosas pessoas e algumas entidades.

Assim, agradece-se às seguintes entidades pelo apoio no fornecimento de elementos, orientação e informação:

- Câmara Municipal de Cascais, na pessoa do Sr Presidente, António d'Orey Capucho;
- Associação Cultural de Cascais, nas pessoas do Dr. José d'Encarnação, Dr. Guilherme Cardoso e Dr. Jorge Miranda;
- Instituto Geográfico Português, a disponibilização de cartografia antiga, solicitada ao abrigo do Programa FIGIEE, Licença de Utilização N° 405/07.

Um agradecimento muito especial é devido a todos os que colaboraram:

- Na produção de conteúdos gráficos e logística (Gabinete de Projectos Geo.Star);
- Na transcrição das gravações de entrevistas;
- Na produção da bibliografia.

Agradece-se a todas as pessoas que se dispuseram a conversar ou a ser entrevistadas; que acompanharam algumas deslocações; emprestaram publicações, fotografias e documentos; facultaram o acesso ao interior das casas para observação e registo fotográfico.

Uma especial referência, à longa distância do Curso de Arquitectura nas Belas Artes, é aqui deixada ao Prof. Dr. Joaquim Braizinha, pelos profícuos princípios teóricos e metodológicos.

Um último e pessoal agradecimento é devido à Dr^a Teresa Marat-Mendes, orientadora deste trabalho, pelo incentivo, inteligência e acerto na mesma orientação.

SIGLAS UTILIZADAS:

C.M.C.- Câmara Municipal de Cascais

C.M.O.- Câmara Municipal de Oeiras

ADL- Assembleia Distrital de Lisboa

INCM- Imprensa Nacional-Casa da Moeda

FLAD- Fundação Luso-Americana

ICLP- Instituto de Cultura e Língua Portuguesa

INDICE	Pag
I- TEMA E PROBLEMÁTICA	
I.1- Introdução	5
1.1- Tema e Motivações	5
1.2- Objectivos, formulação do problema- hipóteses	7
- Objectivos e objecto	7
- As questões de partida	8
- Formulação do problema	8
- Hipóteses	8
1.3- Contexto e oportunidade	9
- O planeamento e a relação cidade-campo	9
- O Plano Verde de Lisboa como inspiração	11
1.4- O contributo da pesquisa	13
I.2- Pressupostos teóricos e conceitos temáticos	14
2.1- Filosofia : Pensamento e ciência	14
- Filosofia e Arquitectura	15
2.2- Conceitos: das teorias às definições	16
- Aspectos de um estruturalismo temático	17
2.3- Território, <i>locus</i> e Memória	21
- <i>Genius loci</i> como experiência existencial	23
- O conceito de <i>locus</i> em Norberg-Schulz	24
- Aldo Rossi, o “ <i>locus</i> ”	25
- Memória Colectiva e Tradição	26
2.4- Morfologia e dimensão urbana	28
- Morfologia urbana- metodologias por aproximação	29
2.5- Conceito de <i>tipologia</i> na escola italiana	36
- Tipologia da Edificação- conceitos e metodologia	38
2.6- Estrutura da dissertação e metodologias	41
- Estruturação geral e metodologias	42
- Tratamento das imagens	45
- Fontes	45
- Notas a II.1	47
- Referências Bibliográficas	55
II- IDENTIDADE SALOIA E TERRITÓRIO	
II.1- Saloios e Região Saloia	61
-Introdução	61
II.1.1- <i>Saloio</i>: etimologia da palavra, origens e carácter das gentes. Recensão de autores	62

a)- Rafael Bluteau	63
b)- Fr. João de Sousa	63
c)- David Lopes	63
d)- Gustavo de Matos Sequeira	64
e)- José Leite de Vasconcellos	64
- Conclusões	72
- Notas a II.1.1	77
- Referências Bibliográficas	81
II.1.2- Delimitações geográficas: etnia e território	83
- A terra saloia: opiniões e argumentos	83
- Conclusões	94
- Notas a II.1.2	107
- Referências Bibliográficas	111
II.1.3- Identidade cultural saloia- síntese de traços essenciais	113
1.3.1- Cultura e identidade cultural	113
1.3.2- Os Saloios: vida espiritual	114
1.3.2.1- A linguagem	114
1.3.2.2- A literatura	116
1.3.2.3- Religião e superstições	119
1.3.2.4- Diversões	135
1.3.3- Vida material e vida activa	144
1.3.3.1- A família, o quotidiano	147
1.3.3.2- O trabalho-aspectos económicos	152
- A produção agrícola	157
- As hortas e as noras	158
- A vinha e o vinho	158
- A criação de animais	162
- As lavadeiras	162
- As actividades transformadoras: a moagem	166
- A construção civil e actividades co-relativas	171
- O advento da industrialização: as transformações emergentes	173
- Planeamento: causa ou (in) consequência?	177
1.3.4- Habitação – Arquitectura: o ponto de vista etnográfico	178
- Pequeno aglomerado: uma descrição modelar	181
- Arquitectura do trabalho	181
- Materiais e modos de construção	182
- O interior das casas: o quarto, a casa de fora e a cozinha	185
- Conclusões	189
II.1.4- Conclusões	192
- Notas a II.1.3	195
- Referências Bibliográficas	213

II.2- Território e Povoamento	221
- Introdução	221
II.2.1- O Território: Elementos de Geografia Física	224
2.1.1- Condicionantes naturais	227
- Clima	227
- Relevo	227
- Aspectos Geológicos	228
- Rede hidrográfica	231
- Solos, tipos de utilização do solo e aspectos ecológicos	232
- Notas a II.2	239
- Referências Bibliográficas	239
- Notas a II.2.1	239
- Referências Bibliográficas	241
II.2.2- O povoamento do interior do concelho de Cascais - modelos e evolução da ocupação do território	243
2.2.1- Da pré-história à ocupação romana	243
- Paleolítico	244
- Epipaleolítico/ Mesolítico	249
- Neolítico	249
- Calcolítico	251
- Idade do Bronze	252
- Idade do Ferro	255
- Época Romana	256
- O Cadastro romano e a estrutura viária local	267
2.2.2- Período Suevo e Visigótico	277
2.2.3- O Período Muçulmano	278
- Esboço de sequência histórica	278
- Factores de civilização e desenvolvimento	280
- As cidades e o campo	283
- As aldeias, a propriedade e o regime feudal	285
- Uma paisagem que se fixa no tempo?	287
2.2.4- A Reconquista- Organização territorial e continuidade medieval	289
2.2.5- Cascais na Idade Média - O povoamento	293
2.2.6- Cascais entre o século XVI e o século XVIII: uma existência atribulada	299
- O terramoto de 1755 – a devastação da vila	303
2.2.7- O século XIX – as crises e a nova era	304
- A demografia e o intercalar das crises	307
- A configuração de um novo paradigma	308
- As novas vias de comunicação- a evolução dos meios de transporte	312
- O caminho-de-ferro, uma agressão controlada à paisagem?	316
- Cascais Vila da Corte- as praias da Linha- uma paisagem que se altera- o século XX ...	325

2.2.8- O interior- uma realidade esquecida, mas culturalmente autónoma	331
- Hipótese de permanência de uma estrutura sócio-territorial até aos anos de 1950	331
2.2.9- Da economia de subsistência ao anúncio da dependência suburbana	337
- A evolução das actividades agrícolas num contexto em transformação	341
- Da tradicional pastorícia às <i>vacas urbanas</i>	344
- Indústrias tradicionais e indústrias novas	347
- Lisboa, Cascais e os novos subúrbios	348
II.2.3- Conclusões	366
- Notas a II.2.2	372
- Referências Bibliográficas	387
II.3- Pequenos núcleos históricos do interior: morfologia e arquitectura	393
-Introdução	393
II.3.1 -Algumas definições e uma metodologia	396
3.1.1- Popular, erudito e vernáculo	396
3.1.2- Leitura histórico-tipológica das estruturas da <i>Edificação</i>	398
- O conceito de <i>matriz elementar</i>	399
- A busca da ordem	400
II.3.2- Povoamento e arquitectura: contributos para uma interpretação	401
3.2.1- Aproximação a um modelo teórico de povoamento	402
3.2.2- A morfologia urbana- influências muçulmanas e <i>tecido urbano</i>	404
3.2.3- Arquitectura vernacular da Região Saloia- Tipologia da edificação	409
- A arquitectura popular ainda existe?	409
- A descrição das casas como unidades funcionais e representativas- uma expressão cultural	411
- O pátio, os anexos agrícolas, muros e portais	412
- Uma casa portuguesa, uma casa saloia	415
- Algumas singularidades	419
- Definição de <i>tipos</i> de habitação	420
- Os materiais e os processos de construção	429
3.2.4- Modelo teórico e aplicação do Processo Tipológico	430
- Edifícios como determinação de tipos de edificação	435
- Lei das duplicações sucessivas	436
II.3.3- Ensaio de análise cartográfica- aglomerados rurais- evolução morfológica .	438
- Análise do suporte físico- morfologia do terreno	438
- Aglomerados rurais e sua envolvente- aproximação à evolução morfológica	444
- Zambujal- Aspectos da análise comparativa	449
- Uso do solo / Actividades	449
- Acessos / ligações	450
- Formas da expansão urbana	451
- Mosaico cadastral- a persistência da matriz geométrica	452
- Tires- Aspectos da análise comparativa	459

- Uso do solo / Actividades	459
- Acessos / ligações	460
- Formas da expansão urbana	462
- Mosaico cadastral- a persistência da matriz geométrica	463
- Conclusões	463
II.3.4- Ensaio de análise cartográfica - aglomerados rurais - Zambujal e Tires - Morfologia e Arquitectura	473
3.4.1- Categorias de espaços e tipologias: análise e conclusões	474
- Relação dialéctica entre espaços públicos, semi-públicos e privados	474
- Tipologia da Edificação	485
II.3.5- Conclusões	485
- Notas a II.3	497
- Referências Bibliográficas	505
 III- CONCLUSÕES	
-Introdução	511
1- Caminhos possíveis e determinismos históricos	511
2- Conclusões e propostas	513
2.1- Traços de uma identidade cultural em extinção	513
2.2- A História: um percurso de continuidades e descontinuidades	514
2.3- Morfologia e modo de vida	517
- Os aglomerados e o seu contexto	517
- Elementos da tipologia edificada	518
2.4- Conclusões e prática	519
 BIBLIOGRAFIA	 523
 ANEXOS	
- Anexo A – Alguns Círios da Estremadura mais importantes	569
- Anexo B – Feiras da região saloia	571
- Anexo C – Entrevistas	575

INDÍCE DE FIGURAS

II.1.1- Saloio: etimologia da palavra, origens e carácter das gentes. Recensão de autores

II.1.1.a- Saloios: território e raízes	65
II.1.1.b- Os saloios em Lisboa	73

II.1.2- Delimitações geográficas: etnia e território

II.1.2.a- Santuários de Peregrinação e Giro Saloio	85
II.1.2.b- Os Círios: entre o sagrado e o profano, testemunho de raízes pagãs	89
II.1.2.c- O território saloio segundo Alberto Pimentel	97
II.1.2.d- A terra dos saloios de José Leite de Vasconcellos	99
II.1.2.e- O Território Saloio de Gustavo de Matos Sequeira	101
II.1.2.f- A Cartografia recente	103
II.1.2.g- Os limites da Terra Saloia	105

II.1.3.2- Os Saloios: vida espiritual

II.1.3.2.a- Religiosidades populares	117
II.1.3.2.b- Manifestações religiosas, assinalando uma continuidade de tradições	121
II.1.3.2.c- Círios, Peregrinações e culto da Virgem	125
II.1.3.2.d- Vínculo da religião à forma de vida	127
II.1.3.2.e- O pão como oferta sagrada	131
II.1.3.2.f- O culto do Divino Espírito Santo	133
II.1.3.2.g- Um território: uma incidência de modelos	137
II.1.3.2.h- As feiras: de saloias a vulgares	141
II.1.3.2.i - A dinâmica dos Santos Populares	145

II.1.3.3- Vida material e vida activa

II.1.3.3.a- Cenas da vida quotidiana dos saloios	149
II.1.3.3.b- A debulha do trigo: da tracção animal à mecanização	153
II.1.3.3.c- Agricultura: os resquícios do passado	155
II.1.3.3.d- Noras e aquedutos	159
II.1.3.3.e- O vinho de Carcavelos, da abundância à extinção	163
II.1.3.3.f- Paisagens de Moinhos e Azenhas	167
II.1.3.3.g- Moinhos de ventos passados	169
II.1.3.3.h- A indústria local	175

II.1.3.4- Habitação – Arquitectura: o ponto de vista etnográfico

II.1.3.4.a- Habitação: etnografia e passado	179
II.1.3.4.b- Uma casa saloia, uma casa de museu	183
II.1.3.4.c- Interiores saloios. Zambujal, casa torreada	187
II.2.1- O Território: Elementos de Geografia Física	
II.2.1.a- O relevo na área metropolitana de Lisboa e na área submersa adjacente	225
II.2.1.b- Mapa Geológico	229
II.2.1.c- Relevo	233
II.2.1.d- Paisagem e flora	237
II.2.2.1- Da pré-história à ocupação romana	
II.2.2.1.a- Carta Arqueológica do Concelho de Cascais	245
II.2.2.1.b- Carta Arqueológica do Concelho de Oeiras	247
II.2.2.1.c- O Ocidente peninsular antes dos romanos	253
II.2.2.1.d- O Ocidente peninsular durante e depois da Época romana	257
II.2.2.1.e- As vias romanas principais	261
II.2.2.1.f- A Villa Romana de Freiria	265
II.2.2.1.g- Portugal na Época romana: as estradas e as actividades litorais	269
II.2.2.1.h- Traçado proposto de vias romanas no Ager Olisiponensis	271
II.2.2.1.i- Sobreposição de vias e cadastro romano	273
II.2.2.1.j- Cadastro Romano e Estrutura Viária Local	275
II.2.2.3- O Período Muçulmano	
II.2.2.3.a- Os reinos de taifa no século XI	281
II.2.2.4- A Reconquista- Organização territorial e continuidade medieval	
II.2.2.4.a- A “Reconquista” cristã em suas principais fases	291
II.2.2.4.b- Antigos mosteiros e mourarias	295
II.2.2.6- Cascais entre o século XVI e o século XVIII: uma existência atribulada	
II.2.2.6.a- A Igreja de S.Domingos de Rana num contexto territorial	297
II.2.2.6.b- O povoamento a ocidente de Lisboa	301
II.2.2.6.c- Lisboa, o terramoto e a imagem dos arredores como refúgio	305
II.2.2.7- O século XIX – as crises e a nova era	
II.2.2.7.a- Quadros demográficos	309
II.2.2.7.b- Paisagens antigas, novos usos	313
II.2.2.7.c- Evolução da Estrutura Viária Local (Folha 1)	317
II.2.2.7.c- Evolução da Estrutura Viária Local (Folha 2)	319
II.2.2.7.d- Sol e acessibilidades	323

II.2.2.7.e- O Estoril de hoje- utopia do passado	327
II.2.2.7.f- Um espaço de liberdade e imaginação	329
II.2.2.8- O interior- uma realidade esquecida, mas culturalmente autónoma	
II.2.2.8.a- Sequência Cartográfica de 1843/55 a 1992 (Folha 1)	333
II.2.2.8.a- Sequência Cartográfica de 1843/55 a 1992 (Folha 2)	335
II.2.2.9- Da economia de subsistência ao anúncio da dependência suburbana	
II.2.2.9.a- Cascais e S. Domingos de Rana: indicadores quanto à evolução das actividades profissionais	339
II.2.2.9.b- Elementos de avaliação da produção agrícola	345
II.2.2.9.c- Evolução da população nos concelhos a Oeste de Lisboa	349
II.2.2.9.d- Evolução da naturalidade das populações dos concelhos de Cascais e Oeiras	353
II.2.2.9.e- A Ocupação clandestina do território	363
II.3.2.2- A morfologia urbana- influências muçulmanas e tecido urbano	
II.3.2.2.a- Muros, Portais e Portas: os espaços de transição do público ao privado	413
II.3.2.2.b- Os Pormenores: Telhados	417
II.3.2.2.c- A obsessão do forno	421
II.3.2.2.d- A casa torreada	425
II.3.2.2.e- A casa torreada com escada exterior. Casa de dois pisos corridos	427
II.3.2.2.f- Raízes muçulmanas	431
II.3.2.2.g- Torres e Casas com torres	433
II.3.2.2.h - Ensaio de Análise do processo tipológico (Folha 1)	439
II.3.2.2.h - Ensaio de Análise do processo tipológico (Folha 2)	441
II.3.3- Ensaio de análise cartográfica- aglomerados rurais- evolução morfológica	
II.3.3.a- Estrutura Ecológica Metropolitana	445
II.3.3.b- Ensaio de Análise Cartográfica - Aglomerados Rurais - Morfologia do terreno	447
II.3.3.c- Ensaio de Análise Cartográfica - Aglomerados Rurais – Evolução Morfológica - Zambujal (Folha1)	453
II.3.3.c- Ensaio de Análise Cartográfica - Aglomerados Rurais – Evolução Morfológica - Zambujal (Folha2)	455
II.3.3.c- Ensaio de Análise Cartográfica - Aglomerados Rurais – Evolução Morfológica - Zambujal (Folha3)	457
II.3.3.d- Ensaio de Análise Cartográfica - Aglomerados Rurais – Evolução Morfológica - Tires (Folha1)	465

II.3.3.d- Ensaio de Análise Cartográfica - Aglomerados Rurais – Evolução Morfológica - Tires (Folha2)	467
II.3.3.d- Ensaio de Análise Cartográfica - Aglomerados Rurais – Evolução Morfológica - Tires (Folha3)	469
II.3.3.d- Ensaio de Análise Cartográfica - Aglomerados Rurais – Evolução Morfológica - Tires (Folha4)	471
II.3.3.e- Tires e Zambujal - As paisagens perdidas	475

II.3.4- Ensaio de análise cartográfica- aglomerados rurais- morfologia e arquitectura

II.3.4.a- Ensaio de Análise Cartográfica - Aglomerados Rurais - Morfologia e Arquitectura – Zambujal	477
II.3.4.b- Tires: do quotidiano à devoção	479
II.3.4.c- Tires e a vida comunitária: cenas das festas da colectividade	481
II.3.4.d- Ensaio de Análise Cartográfica - Aglomerados Rurais - Morfologia e Arquitectura – Tires	483
II.3.4.e- Quadro síntese de metodologia operativa proposta.....	491

J'ai vu parfois, au fond d'un théâtre banal
Q'enflammait l' orchestre sonore, une fée allumer dans un ciel infernal
Une miraculeuse aurore;
J'ai vu parfois, au fond d'un théâtre banal

Un être qui n' était que lumière, or et gaze,
Terrasser l' énorme Satan;
Mais mon coeur, que jamais ne visite l' extase,
Est un théâtre où l' on attend
Toujours, toujours en vain, l' Être aux ailes de gaze!

BAUDELAIRE, Charles- Les Fleurs du Mal. Paris: Aux Quaiés de Paris, 1957, p. 66. Do poema L'Irreparable

Território e Identidade: Aspectos morfológicos da construção do território
e a Identidade Cultural Saloia no concelho de Cascais

PARTE I- Tema e Problemática

I- Tema e problemática

“Não estamos evidentemente no fim da história. Pelo contrário, vivemos a irrupção tumultuosa de uma história em que perdemos a promessa do Progresso garantido e a fé no Futuro radioso. É nesta perda do futuro que eclodem as forças do passado (religiosas, étnicas, nacionais) e que se acentua um tipo de vida, de ideias e de pensamento ao sabor do dia a dia, enquanto se acelera vertiginosamente um devir tecno-electrónico” (1).

I. 1- Introdução

I. 1. 1- Tema e Motivações

A relação que se pode estabelecer entre *Território e Identidade* é do âmbito de muitas disciplinas, da antropologia e etnologia à história e à sociologia e pode ser objecto de estudos e reflexões que convoquem praticamente todas as áreas do saber.

Não é pretensão deste pequeno estudo abarcar qualquer dimensão significativa desta relação, mas simplesmente particularizá-la numa situação concreta e numa pesquisa que se insere no âmbito da arquitectura.

A identidade que se investiga é a *salonia*, de carácter rural e que se relaciona com a cidade de Lisboa, ocorrendo em território na sua dependência histórica; o território é o interior do concelho de Cascais; a pretensão é perceber, no que respeita a origens e carácter, quais as manifestações culturais que influenciaram a construção do território e aproximar a sua morfologia, descodificando sinais e procurando constantes.

Quando se procuram as origens só pode lidar-se com um *tempo longo*: por isso, para alguns capítulos a pesquisa remonta à Pré-história; quando se parte das constatações do presente, também as respectivas realidades têm de se explicitar: a análise cartográfica abrange um período que vai até 2007. No decorrer do trabalho surgiu como redutor não incluir elementos que podem fazer a ponte para estudos subsequentes, o que resultou numa assimetria entre os subtemas no que à cronologia se refere. Nomeadamente, enquanto no capítulo II.2, as referências cronológicas não ultrapassam a década de 1970 (ainda assim de forma um pouco difusa), a análise morfológica dos pequenos aglomerados inclui a situação actual. Prende-se assim com as *motivações*, aqui expressas, *fechando* circularmente a estrutura temática.

Constitui motivação directa para este trabalho de pesquisa, a dificuldade de leitura ou descodificação de uma realidade que afecta a Área Metropolitana de Lisboa, de crescimento caracterizado pelo *continuum* urbanizado compulsivo, apoiado e induzido por uma rede implacável e progressiva de vias de comunicação motorizadas.

Nos concelhos de Cascais e Oeiras, o *horror ao vazio* é de difícil entendimento, uma vez que o volume de construção já não corresponde às necessidades habitacionais e se faz, sobretudo no último, para uma expansão terciária e tecnológica, em solos considerados de aptidão agrícola excepcional (2).

São ainda ignoradas as recomendações quanto à necessidade de planeamento dos espaços naturais, não artificializados, não urbanizados nem urbanizáveis, capazes, pela sua dimensão, continuidade e localização, de manter o equilíbrio ecológico do ambiente, providenciando ainda a recuperação ou manutenção de estruturas sócio culturais identitárias.

A simples constatação destas realidades não constituiria motivação suficiente, se não fosse a questão que dela emerge: o que está a acontecer é inelutável e não existia uma forma melhor de definir e controlar o crescimento urbano e suburbano?

Outra motivação importante, foi o conjunto de trabalhos realizados no Curso de Mestrado em Arquitectura- Cultura Arquitectónica Contemporânea, no ano lectivo de 2004-2005, nomeadamente nas disciplinas de Tradição e Contemporaneidade na Arquitectura, Arquitectura da Paisagem e sobretudo o estudo desenvolvido para a disciplina de Teoria do Desenho Urbano Contemporâneo.

Este estudo, intitulado *O Fenómeno do crescimento suburbano no século XX: raízes e motivações*, abordava a história da cidade do ponto de vista dos seus subúrbios, com os factores sociais, económicos e culturais inerentes. Foi suscitado então o interesse por desenvolver e particularizar o tema, consubstanciando um estudo de caso, centrado no fenómeno específico da expansão da construção clandestina no concelho de Cascais. No entanto, do ponto de vista cultural e da ocupação do território, punha-se a questão prévia quanto às características do povoamento e ao carácter das populações autóctones, testemunhados localmente por pré-existências importantes e por uma maneira de ser ainda subsistente nas comunidades locais.

A pesquisa resulta, num primeiro momento, desta questão prévia; e uma vez colocada a hipótese da inserção da área que se pretendia estudar no território mais alargado da designada

região saloia, tomou-se a caracterização étnica-cultural como ponto de partida e elemento fulcral da abordagem do tema.

Constatou-se também que os aspectos culturais, presentes em discursos de muitas índoles, raramente são especificados. Inserida numa forma pouco esclarecida de tratar as questões do património, passando pela abrangência e classificação do mesmo (3), esta falha indicia, no mínimo, a falta da adequada divulgação destes temas e da sua conexão com a cultura local.

E porque ainda é possível o *reencontro do tempo* na memória dos espaços, das coisas, das pessoas, dos acontecimentos, é que se percorre o território, na decifração dos traços que a história gravou— parte incindível de uma identidade cultural— definindo uma geografia humana, onde é possível destacar elementos invariantes, aproximando regras territoriais.

I. 1. 2- Objectivos, formulação do problema- hipóteses

- Objectivos e objecto

Constituem objectivos da pesquisa:

- Conhecer e contextualizar uma identidade, dita saloia, do ponto de vista da cultura/ modos de vida.
- Investigar, na evolução histórica, os elementos seminais da mesma identidade, através da fixação de constantes, integrando a percepção de continuidades e discontinuidades.
- Identificar factores e tipologias de povoamento, morfologias e arquitectura vinculados a um território, como expressão de cultura.
- Aproximar uma metodologia de análise territorial de pormenor da morfologia dos pequenos aglomerados do interior e sua envolvente, na perspectiva do estabelecimento de algumas regras de construção do território.

O objecto da pesquisa é o conjunto de fenómenos que se apresentam como significativos na ocupação de um território, cartograficamente delimitado— na área de influência de S. Domingos de Rana—, mas tomado sempre como parte integrante de um território maior, o qual é convocado na abordagem de alguns sub-temas.

- As questões de partida

- Como caracterizar uma realidade—a da identidade saloia, cultural e territorial—que se vai tornando *invisível*? Quais as origens e o processo de formação dessa identidade?
- Que marcas imprimiu no território? Que vestígios, pré-existências e *rastos* culturais, físicos e materiais nos restam?
- O interior do concelho de Cascais pode considerar-se de herança saloia? Como prová-lo?
- Que lógica, que estrutura de continuidade, que *regras* é possível identificar no terreno como elementos de efectiva construção do território? Quais os factores em presença?
- Quais os mecanismos gerais que levam à desarticulação em curso desta construção? Têm a ver com os fenómenos do suburbanismo?

-Formulação do problema

- Caracterizar um fenómeno— a especificidade da cultura saloia— e verificar a sua aplicabilidade num espaço— território— e tempo determinados.
- Identificar nesse território as manifestações concretas no âmbito da arquitectura e urbanismo e a sua evolução histórica.
- Investigar possíveis padrões e regras na modelação do território, sua aplicabilidade e extensão.

- Hipóteses

As hipóteses que conduzem a pesquisa são as seguintes:

- Uma vez dada a possibilidade de caracterizar uma identidade cultural, dita *saloia*, muito relacionada com a cidade de Lisboa (conclusão a que se chegou em investigações exploratórias), não é de comprovação imediata que a zona objecto de estudo possa ser considerada como parte do território de influência *saloia*, já que faltam referências expressas e actualizadas quanto a essa caracterização.
- A estruturação da paisagem humanizada e da arquitectura dos pequenos aglomerados do interior do concelho de Cascais revelam uma especificidade que se relaciona com uma continuidade do povoamento desde a Pré-história, tendo fixado mormente o carácter que a civilização muçulmana imprimiu, sobretudo no sul do país.

- Admite-se a possibilidade de *descodificar* e tipificar os padrões de povoamento e uso do território, para que possam integrar uma metodologia operativa de planeamento, acrescentando a variável *identidade cultural*.

I. 1. 3- Contexto e oportunidade

- O planeamento e a relação cidade-campo

“Na década de 90, pressionadas pela ameaça da não obtenção de fundos comunitários, as Câmaras Municipais apressaram-se a aprovar Planos Directores Municipais (na maioria dos casos, sem o menor envolvimento das populações interessadas), frequentemente elaborados sobre cartografia e estudos deficientes e convencidas de que as regras neles estabelecidas seriam facilmente ultrapassáveis” (4). Se, por um lado, afinal o diploma em causa implicava uma responsabilidade relativamente ao seu cumprimento que a imaturidade cívica das edilidades depois não pôde ignorar, o certo é que as alterações aos Planos não deixaram de acontecer, sendo que a sua implementação não foi normalmente objecto de esclarecimento público (5).

Herdeiro, assim, de uma conjuntura política particular, o Plano Director Municipal de Cascais (6) enferma dos problemas comuns aos diplomas da mesma geração em Portugal: “na sua maior parte são apenas policiais, planos-zonamento com índices quantitativos. Poucas vezes explicitam objectivos (a não ser de forma genérica) e, ainda menos, estratégias e políticas sectoriais”(7).

Jorge Carvalho põe também em destaque alguns aspectos que influenciaram o deficiente crescimento das cidades portuguesas:

-Excessiva dependência da administração municipal relativamente ao licenciamento de iniciativa privada e ausência ou insuficiência de uma política de solos por parte dos municípios;

- O papel do *mercado* imobiliário, que, pela sua imperfeição e falta de transparência, “*não origina a desejada racionalidade económica*” (8), para além de que “*o mercado não conduz ao ordenamento da cidade*” (9).

Uma constatação interessante é a de que o cidadão-consumidor português, cujas vistas parecem não ir para além do edifício onde vive, também não se mobiliza, escasseando “*organizações colectivas, defensoras da qualidade de vida urbana*”(10).

O autor defende um reforço do papel e da responsabilidade do Estado na defesa do interesse público e da “*qualidade de vida das populações*” (11) e preconiza que “*a cidade actual, fragmentada, dispersa e poliforme, necessita de um novo modelo de organização territorial que a assuma e ordene como um todo, com respeito por cada uma das suas partes. O pragmatismo, hoje tão apreciado, não é suficiente; há que retomar a utopia*” (12).

Utopia que não está concertada presente nos resultados do actual planeamento e dificilmente estará nos futuros planos, a mãos com uma realidade que desafia a imaginação classificativa: a que *modelo* de cidade, ou de assentamento populacional corresponde a actual situação? No que concerne o interior do concelho de Cascais, a leitura feita em dois momentos, aponta, em primeiro lugar, para uma perspectiva de formação *urbano-campestre* (13), agregada aos núcleos antigos, até à década de 1990, devida sobretudo ao crescimento de baixa densidade garantida pelo avanço, tão estigmatizado, dos bairros clandestinos.

A partir de finais de 1990, novas acessibilidades e infraestruturas aceleram a expansão, que se faz de forma casuística; a dimensão e estrutura das urbanizações sucessivas depende da área e contornos das propriedades fundiárias e o critério quanto à definição das densidades e demais parâmetros urbanísticos, é um imponderável (14), implicando uma clara preponderância de habitação colectiva em edifícios de quatro e mais pisos.

Pode então falar-se em *cidade alargada*, modelo proposto por Jorge Carvalho: “*A falta de forma, a ausência de estrutura, a difícil identificação das partes*” (15), são problemas com que se deparam os projectistas do planeamento.

O Plano Director Municipal de Cascais, caracteriza-se, concretamente, por ser um instrumento de planeamento esquemático e desgarrado das realidades e necessidades do interior do concelho, ainda que tenha passado pela inventariação sumária do existente—fazendo com que a paisagem se pareça cada vez mais com uma preconizada *manta de retalhos*, sem uma aparente estruturação espacial. Se o simples *zonamento* já se poderia considerar insuficiente, a ausência de qualquer *ideia* de planeamento poderá indiciar uma deficiente análise e interpretação da morfologia do território e dos diferentes factores em presença. Falha esta que impossibilitou um desenvolvimento equilibrado, mas permite que o mesmo território seja impunemente hipotecado aos interesses políticos particulares e económicos privados. O Plano ignora também a especificidade patrimonial e a necessidade de definir estratégias de classificação e reabilitação, quer de elementos singulares (alguns monumentais, como a igreja de S. Domingos de Rana), quer dos núcleos históricos, aos quais, quando se encontram assinalados, corresponde uma secção do Regulamento do Plano Director que autoriza as operações de demolição (16).

- O Plano Verde de Lisboa como inspiração

Na introdução da publicação *Plano Verde de Lisboa*, parte integrante do Plano Director da cidade e elaborado sob a coordenação de Gonçalo Ribeiro Telles, diz-se que se pretendia, com a “*ampla informação sobre os sistemas humanizados e naturais, as propostas de defesa específica dos valores culturais e naturais, ainda existentes, o respeito pela vocação própria dos espaços vazios de edificação do território concelhio*” (17), fornecer uma base de decisão mais esclarecida, de forma a “*impedir a ruptura com o meio biofísico, a degradação da cultura e destruição do património*”. De entre os objectivos, referem os autores a consideração da “*recriação de alguns troços da paisagem tradicional*” (18), no âmbito das condições que possibilitassem, da parte do habitante da cidade, o retomar do contacto com a *Natureza*.

Entende-se a componente cultural como conjunto de valores sedimentados pela tradição, que têm a ver com a matriz eminentemente rural da paisagem humanizada do aro citadino (19).

Os conceitos básicos do Plano são o “*continuum naturale*” (20); o “*contínuo cultural*”, consubstanciado nas manifestações culturais— que nesta abordagem contemplam os “*elementos e conjuntos arquitectónicos, quer estes se traduzam por volumes edificados ou espaços abertos*” (21).

De entre os problemas da cidade, os autores referem o destino inapropriado que está a ser dado à zona rural da Área Metropolitana de Lisboa, a qual constituía o “*hinterland*” saloio de que a cidade dependia (22) e onde os espaços livres são ocupados por “*barracas, bairros clandestinos e parques de sucata*” (23). Do ponto de vista do planeamento da cidade é importante recuperar a ligação dessa estrutura histórica, de que fazem parte elementos de grande valor patrimonial, como conventos, quintas, casais, integrados numa paisagem característica e que também importa recuperar (24).

O crescimento casuístico da cidade, para além de pôr em causa aspectos sociais e económicos, criando desequilíbrios vivenciais, é agressivo quanto ao património construído, nomeadamente algumas quintas de recreio que ficaram englobadas no perímetro urbano (25).

Por seu lado, “*a urbanização que cresce em mancha de óleo sobre os solos da periferia de Lisboa tende a envolver a cidade por uma cintura de betão, asfalto, bairros clandestinos, barracas, parques de sucata e vazadouros de lixo e entulho. Lisboa será asfixiada porque foi destruída a sua ligação física, ecológica e cultural com a Natureza e a paisagem rural envolvente*” (26). As consequências desta ocupação (pelos processos vários de

impermeabilização do solo), para além de todos os inconvenientes, estão na origem das condições propícias à ocorrência de cheias, que “*serão cada vez mais catastróficas se o actual processo de crescimento continuar em curso*” (27).

Quer dizer que, num contexto territorial mais alargado, em que todos os factores se implicam mutuamente nos sistemas ecológicos à escala desse território, Lisboa e os concelhos limítrofes, nomeadamente Cascais e Oeiras, são inter-dependentes e este facto devia estar mais presente na consciência colectiva.

A origem da ideia para a solução geral preconizada—a implementação de uma *Estrutura Verde*, (organizada em *corredores*) contínua e descontínua, mas sempre integrada num conjunto, vão os autores buscá-la, nomeadamente, às propostas da *cidade-jardim* de Ebenezer Howard, com a inclusão das *green belt* na composição urbana, tendo como objectivo “*promover a descentralização urbana e reduzir os contrastes cidade-campo*” (28).

Tal como preconizado por Howard e depois confirmado pela prática e pelos seus seguidores, a cidade que segue esta *utopia* de uma *cidade-região*, vai consubstanciar-se em cidades suburbanas das grandes metrópoles, mas cada vez mais longe do modelo inicial... (29).

A proposta quanto à implementação da Estrutura Verde inclui também a zona periurbana de Lisboa: “*a primeira impressão que obtemos das franjas da cidade é a de grande degradação e de verdadeiro caos urbanístico que se sobrepõe a situações de ruralidade decadente, sem que haja uma delimitação nítida entre a área urbanizada e um espaço exterior que deveria ser estruturado e construído de modo a cumprir as funções de integração paisagística, recreio e protecção, desejáveis nesta zona*” (30).

As soluções preconizadas e que contam com a preservação das áreas consideradas de RAN e REN (regra que é sistematicamente infringida), incluem a possibilidade de aproveitamento agrícola e de recreio dos *sistemas húmidos*; possibilidade de urbanização nas áreas de *sistema seco* (encostas não abrangidas por RAN ou REN) e manutenção dos sistemas de protecção— genericamente, áreas definidas como importantes para o equilíbrio ecológico, nomeadamente zonas sensíveis das bacias hidrográficas, pendentes sujeitas a erosão e “*áreas classificadas por apresentarem interesse cultural*” (31).

Tal como noutros textos e intervenções (32), também neste documento Gonçalo Ribeiro Telles defende a viabilidade (mas não explica os mecanismos económicos a implementar) e as vantagens da recuperação da agricultura na Área Metropolitana de Lisboa, “*como fonte de alimentos, de água potável e de ar fresco e ainda contributo importante para a beleza e diversidade das paisagens e sua utilização recreativa*” (33).

Articular o urbano e o rural, com as suas especificidades próprias e distintas funções, passa pelo reconhecimento de que a cidade não vive sem “*a presença do campo, da ruralidade e do mar e com eles deve constituir um todo*” (34).

“*A ruralidade e a cidade são, na realidade, indispensáveis à própria existência de Portugal como entidade política independente com cultura própria e com um projecto específico de contribuição para o desenvolvimento da Humanidade*” (35).

Os documentos citados, Plano Director Municipal de Cascais e Plano Verde de Lisboa, como parte do respectivo Plano Director, têm em comum o facto de serem instrumentos de planeamento do território, com defeitos, qualidades e dificuldades de implementação, mesmo que a diferentes níveis de intervenção e operacionalidade.

Mas enquanto o primeiro prescreve sobretudo regras e define parâmetros urbanísticos, acrescentando muito pouco do ponto de vista das ideias, das estratégias e da cultura, o segundo, para além do valor técnico e operativo próprio, constitui uma referência na cultura do planeamento.

As situações urbanas criadas ou favorecidas pelo Plano Director de Cascais, ajudam a contextualizar o presente estudo, enquanto é no conjunto de opções de Gonçalo Ribeiro Telles e seus colaboradores que se encontram as bases que justificam e dão oportunidade prática à pesquisa.

1.4- O contributo da pesquisa

A modesta contribuição da presente pesquisa pode ser considerada em duas vertentes:

A primeira tem a ver com o reconhecimento da vinculação de um território rural a uma cultura específica, expressão de um *modo de vida* (36) e cujas manifestações, geradoras da morfologia da paisagem e da arquitectura, se inscrevem numa matriz identitária mais abrangente que o território em apreço.

Dessa matriz participam sempre elementos de permanência e factores de mudança. Da tensão que se estabelece entre eles depende a sobrevivência de uma cultura, de uma identidade. Ao introduzir factores de mudança que se sobrepõem às forças de coesão da cultura existente, esta torna-se inviável e a ruptura acontece. (37).

A denúncia implícita e a chamada de atenção para a necessidade de aprofundar o conhecimento dos sítios e da identidade local, pode ajudar a moldar um novo e mais adequado modelo de desenvolvimento.

A segunda vertente é mais operativa: decorre da aproximação a uma metodologia de análise territorial de descodificação das regras de ocupação do território, a contribuição para uma leitura da paisagem rural como património e expressão— comunicação— de cultura, resultado da acção continuada de gerações, a quem o rasto de tradições conduziu os gestos.

A identificação de elementos decorrentes da lógica implícita nas marcas inscritas no território, sejam elas resultantes do racional aproveitamento de recursos ou expressas na força e adequação das tipologias arquitectónicas e da organização dos espaços urbanos, podia integrar, de forma consequente, a prática do planeamento, principalmente à escala do município, contribuindo para a diversificação dos espaços públicos, manutenção e melhoria das condições ambientais.

I. 2- Pressupostos teóricos e conceitos temáticos

2. 1- Filosofia: Pensamento e ciência

“Aquele que confunde a informação das ciências com o conhecimento do próprio ser na sua totalidade está dominado pela superstição científica. Quem não se surpreende deixou de interrogar. Quem não vê o mistério, não procura” (38).

Karl Jaspers diz que o conhecimento cessa passadas as fronteiras do saber, onde se revela o incognoscível e se dá passo ao pensamento, definido em função do *não-saber*, que *“possibilita uma acção interior, pela qual me transfiguro”* (39).

Para o autor, o aprofundamento do conhecimento, numa área científica, é obrigação do filósofo; *“o sentido oculto desse conhecimento científico no mundo parece consistir na demanda, por meio da investigação, do limite em que, para o mais claro saber se abre o espaço do não-saber”* (40). Adiantando ainda a noção de que o conhecimento se faz pela via da *interpretação* (41), dá um relevo especial à História, pois *“nenhuma realidade é mais essencial para a nossa autocertificação do que a história. Mostra-nos o mais largo horizonte da humanidade, oferece-nos os conteúdos tradicionais que fundamentam a nossa vida, [...]. O que a história nos transmite vivifica-se à luz da nossa época. A nossa vida processa-se no esclarecimento recíproco do passado e do presente”* (42).

Destaca-se assim, como pressupostos filosóficos, as ideias de que aprofundar o conhecimento científico, que se processa pela interpretação e se baseia na História, implica a sua superação num questionamento interior que configura uma atitude pessoal face a realidades imprescrutáveis.

- Filosofia e Arquitectura

A arquitectura, considerada uma Arte com características específicas, já na tradição clássica, definiu-se também nas relações que, ao longo da História, se foram estabelecendo, não só com as disciplinas da ciência e da técnica, mas também com as do humanismo.

A crítica da arquitectura no século XX, seguindo um percurso sem regularidade face “à produção arquitectónica e à valorização que dela se faz culturalmente” (43), assumiu-se, nas primeiras décadas, como defesa das *vanguardas* (44), na tarefa de “convencer, a uma cultura impreparada, da novidade, bondade, adequação, das novas descobertas” (45).

No entanto, uma nova situação emerge no período pós-guerra, a partir de 1945, face à necessidade de reconstrução maciça da Europa e no clima ideológico do “*Existencialismo como pensamento individualista e descentrado*” (46).

No exercício de interpretação de uma actualidade (1995) cujos contornos se tornaram difíceis de definir, resultado de “*uma situação intelectual em que não há sistemas gerais de valores nem de princípios políticos a partir dos quais se possa julgar a arquitectura*” (47), Ignasi de Solà-Morales faz uma aproximação comparativa metodológica, procurando analogias entre “*a situação actual e a arquitectura ocidental depois da Segunda Guerra Mundial*” (48).

É nesta aproximação que se encontra a justificação epistemológica para considerar, do ponto de vista filosófico- teórico e no presente contexto, a mesma época como referência a partir da qual se podem *descrever e entender* as novas combinações e sínteses que assinalam a época pós-moderna, bem como os desenvolvimentos subsequentes (49).

Num enquadramento mais geral de *modernidade superada*, tal como Josep Maria Montaner apresenta (50), verifica-se que, pela história e crítica da arquitectura, passam sempre os movimentos das ideias: correntes filosóficas novas e antigas; as ideologias e a sua negação...

Algumas vezes terá a arquitectura contribuído em primeira-mão para o avanço das ideias, para a evolução da arte.

2. 2- Conceitos: das teorias às definições

A presente pesquisa, exercício que se faz no *domínio* da *arquitectura*, resulta sobretudo do encontro de várias disciplinas, ensaiando o olhar do *arquitecto* e a sua capacidade de colher novas sínteses de ideias e pensamentos, quantas vezes divergentes.

Sem recusar os contributos particulares dessas disciplinas, é também no *domínio* da *arquitectura* que se faz a demanda das ideias e das bases teóricas e conceptuais.

Destacam-se, para o desenvolvimento dos temas, os contributos das seguintes disciplinas:

- Etnologia; Etnografia.
- Antropologia
- Geografia física
- Geografia Humana
- Arqueologia
- História
- Urbanismo e Planeamento
- Arquitectura Paisagista
- Literatura

Os conceitos temáticos de base, estruturantes dos propósitos da pesquisa, do texto e parte gráfica que lhe dão corpo, funcionam neste capítulo como *entradas* ou *pretextos*; abrem-se assim à discussão e assumem-se como indutores da fundamentação teórica a propósito convocada.

Finalmente, a metodologia utilizada, para além dos instrumentos e processos, surge como corolário dos pressupostos e fundamentos teóricos, suporte do trabalho científico.

As definições resultantes da fundamentação teórica dizem respeito apenas aos conceitos temáticos não explicitados nos textos dos capítulos (caso da *identidade cultural*, abordada no capítulo II.1.2). São também objecto preferencial, aquelas definições cuja implicação teórica e metodológica justifica a sua inserção neste capítulo. Procurou-se que as definições de pormenor ou subsidiárias fossem feitas à medida que surgem no texto, muitas vezes em *notas*.

Entretanto, conceitos abrangentes, valorativos, com origem no campo da filosofia, não só conduzem e informam os conteúdos de outros conceitos mais específicos e estão presentes, por vezes de forma oculta, nas opções tomadas, mas também alimentam o questionamento que mantém a dinâmica gerada pela dúvida e pela incerteza.

- Aspectos de um estruturalismo temático

Analisando as dificuldades epistemológicas próprias das ciências do homem, Jean Piaget nota que *“uma estrutura só é compreensível se conseguirmos apreender como ela se constituiu”* (51), consideradando, em relação à psicologia, que uma maneira de eludir a influência do observador nos resultados é *“o estudo dos estádios de desenvolvimento [que] fornece um conjunto de referências objectivas difíceis de dobrar [...] às exigências de teorias subjectivas”* (52).

Daqui se releva a importância, para a pesquisa, dos percursos históricos, em busca das origens e da causalidade dos factos observados, considerados como parte de uma estrutura maior, mas organizando-se eles mesmos de forma estruturada, na medida em que se possa conferir a esta noção *“as três características seguintes: uma estrutura comporta, primeiro que tudo, leis de totalidade distintas das dos seus elementos, permitindo até abstrai-los completamente; em segundo lugar, estas propriedades de conjunto são leis de transformação, em oposição a toda e qualquer lei formal; em terceiro lugar, qualquer estrutura comporta uma auto-regulação no duplo sentido de que as suas composições não conduzem para além das suas fronteiras e não fazem apelo a nada de exterior a estas”* (53). De salientar que uma estrutura só é considerada um sistema fechado no estado de acabamento e portanto, pode considerar-se aberto, quando ainda em formação; nada impede que, por um lado, se formem subestruturas com algumas das propriedades da estrutura considerada e que esta, por sua vez se integre em estruturas novas e maiores (54).

A metodologia adoptada no desenvolvimento da pesquisa, é no sentido de colher, no recurso à história, por um lado, a corrente de *constantes*, organizadas de forma *contínua* ou *descontínua*; por outro, descodificar *invariantes*. Quer dizer, de acordo com Lévi Strauss, (55), *“traduzir o que está expresso numa linguagem— ou num código, se se preferir, mas linguagem é suficiente— numa expressão de uma linguagem diferente”* (56), passando pela descoberta daquilo que é comum, *“propriedade invariante de um variado e complexo conjunto de códigos”* (57).

Procedimento este que se torna operativo quando se pretende descobrir, no âmbito do presente estudo, a *ordem* implícita no que se consideram as manifestações de uma *identidade cultural*, mormente nas suas expressões físicas, do moldar da paisagem à disposição e funcionalidade dos compartimentos da casa rural.

A *ordem* de que se trata é apresentada como decorrente da definição de *significado*, que “*significa a possibilidade de qualquer tipo de informação ser traduzida numa linguagem diferente*” (58), o que implica uma *tradução* (na linguística serão palavras isomórficas) e a necessidade de haver regras (para não cair na arbitrariedade). Para o autor, falar de regras e falar de significado é falar da mesma coisa. Considera ainda que o denominador comum a todas as realizações humanas “*é sempre a introdução de alguma espécie de ordem*” (59).

Mas as operações enunciadas vêm informadas por outras considerações. Uma delas diz respeito à abordagem da *antropologia ambiental*, a ter em conta sobretudo quando se é tentado a interpretar as formas e a sua disposição, ou morfologia, seja dos espaços rurais, urbanos ou das construções, até à intimidade do quarto de casal, de acordo com critérios que ignoram os contextos *outros*—sobretudo culturais—em que os mesmos foram *produzidos e vividos*.

O método histórico comparativo e o estudo das permanências (60), fornecem contextos objectivos, mas é igualmente necessário ter em conta que elementos de *organização fixa humana*, como os edifícios, “*o seu modo de agrupamento, bem como o seu modo de partição interna, correspondem também a estruturas características dterminadas pela cultura. A organização das aldeias, das pequenas e das grandes cidades e do campo que as rodeia não é efeito do acaso, mas resultante de um plano deliberado que varia com a história e a cultura*” (61).

Edward T. Hall pretende demonstrar que “*o homem não pode escapar à apreensão da sua própria cultura, a qual mergulha até às raízes do seu sistema nervoso, modelando a sua percepção do mundo. A cultura é, na sua maior parte, um realidade oculta, que escapa ao nosso controlo e constitui a trama da existência humana*” (62). Tendo criado, para seu próprio uso, uma dimensão nova— a dimensão cultural— torna-se impossível qualquer comportamento significativo sem passar pela mediação da cultura (63). Indo mais longe, o autor considera que o homem e as *extensões* do humano— a habitação, a cidade, a tecnologia, a linguagem— constituem um único sistema.

Acresce considerar, por último, que “*a cultura se define como um sistema (ou mais propriamente um conjunto de sistemas) de comunicação*” (64), admitindo que “*todos os fenómenos culturais são sistemas de signos*” (65).

Destacam-se, no presente estudo, dois momentos de aplicação possível de uma leitura semiológica (66): o primeiro refere-se à interpretação de conteúdos da cultura popular, nomeadamente os que dizem respeito à religião e superstições e o segundo diz respeito ao âmbito da arquitectura, aglomerados e paisagem.

Em relação ao primeiro momento, embora apenas se tenha aflorado as questões hermenêuticas (67), considera-se o respectivo interesse para ulteriores desenvolvimentos destes temas.

Admite-se, relativamente ao segundo momento, “*a arquitectura como comunicação*” (68). Umberto Eco considera que tal se processa através de um “*modelo abstracto*”, e portanto *codificado*, que passa a comunicar uma possível função (69).

Para delimitar o campo teórico da abordagem semiológica da arquitectura, o autor assume que “*a caracterização de um signo baseia-se somente num significado codificado que um determinado contexto cultural atribui a um significante*” (70), sendo que “*os códigos se constroem como modelos estruturais, se postulam como hipóteses teóricas, ainda que fundadas em constantes deduzidas por meio da observação dos usos comunicativos*” (71). A comunicação de uma possível função a partir de um significante é um “*dado cultural*” (72).

Estabele-se que a *denotação* (denominada função *primária*) arquitectónica é a *função* e embora se possa distinguir as funções *estética, emotiva, imperativa, fáctica e metalinguística*, a arquitectura é o *referente* de si mesma. A *conotação*, (denominada *função secundária*) por seu lado, considera-se sobretudo vinculada a valores simbólicos (73).

No presente contexto, interessa avaliar a evolução dos significados na história, já que os objectos arquitectónicos em causa se revelam, face à experiência, não só afastados da sua função primária, (exemplo de anexos agrícolas de que se desconhece a utilidade) mas também difíceis de captar quanto ao seu significado, à sua função simbólica (por exemplo, a hierarquização dos espaços na casa saloia).

Para avaliar estas situações, Eco elucida que “*no decorrer da história, as funções primárias e secundárias estão sujeitas a perdas, recuperações e substituições de todas as classes*”, as quais, embora constituindo a norma de leitura das obras de arte propriamente ditas, “*resultam mais evidentes (e paradoxais) no âmbito das formas arquitectónicas, para as quais a opinião comum crê tratarem-se de objectos funcionais com indicações inequívocas*” (74).

O autor indica as combinações de leituras (entre as perdas e permanências das funções primárias e secundárias) que um objecto pode sofrer no decorrer da história, ou quando passa de um grupo a outro.

Um exemplo interessante é o que aconteceu no caso das Pirâmides: perdendo a função primária, perdem quase todas as funções secundárias e substituem-se estas por subcódigos de enriquecimento. Assim: já não se reconhecem como túmulos reais; perderam os códigos simbólicos, o astrológico e o geométrico; ganharam conotações literárias e outras (75), (mas que nada têm a ver com as originais).

O consumo actual das formas, com o esquecimento dos seus valores estéticos, baseia-se num mecanismo que se apoia naquele jogo de oscilações entre as formas e a história, entre estruturas e acontecimentos, *“entre configurações fisicamente estáveis (que podem ser descritas objectivamente como formas significantes) e o jogo variável dos acontecimentos que lhes conferem significados novos”* (76), o que acarreta, num tempo de alterações constantes, conquistas tecnológicas e mobilidade social, uma mudança profunda e frequente dos *códigos* (77).

O que se verifica, de acordo com Umberto Eco, é um aparente paradoxo: num tempo em que o consumo das formas parece acelerado, *“na realidade é um dos períodos históricos em que as formas se recuperam com maior rapidez e se conservam apesar da sua aparente preterição”* (78).

O autor interpreta com esta base a facilidade com que se recuperam na arquitectura estilos do passado. Com um problema: quem utiliza as mensagens de um tempo que não é o seu, aprende a redescobrir os significados, mas nem sempre da melhor maneira, utilizando *“chaves livres e aberrantes”* (79) e uma agilidade de recuperação que actua como *“ruído semântico”* (80).

Mas o desenvolvimento actual dos sistemas comunicativos implica, em cada *redescobrimto* dos códigos e ideologias recuperados, um *acréscimo* (dir-se-ia uma mais-valia) enriquecedor, de *“códigos e perspectivas ideológicas específicas dos nossos dias”* (81), o que nos permite disfrutar de um objecto, não só tendo em conta o que ele significava no passado, mas também *“utilizá-lo pelas conotações que podemos atribuir-lhe com o nosso léxico actual”* (82).

O autor nota ainda que, também no passado, se produziram fenómenos de recuperação idênticos, mas que, pela sua lentidão, implicavam uma mudança das bases culturais, o que não acontece hoje, face ao ritmo acelerado de recuperação e repúdio, por um lado e à complexidade e sobreposição de códigos actuais aos originais (83).

Uma solução interessante de design (seja de objectos utilitários, seja aplicado à cidade) é a de “*projectar funções primárias variáveis e funções secundárias ‘abertas’*” (84).

Poder-se-ia, em conclusão, preconizar uma forma de recuperação da arquitectura doméstica do passado mais equilibrada, que conjugasse este factor psicológico da relação entre função e significado, com uma intervenção baseada na evolução tipológica e não nos pressupostos da modernização total.

2. 3- Território, *locus* e Memória

O termo *território*, utilizado por áreas científicas como a história, a antropologia e a geografia, pode designar toda e qualquer porção considerada de superfície terrestre, ou, por analogia, referir-se a um *domínio*, um campo delimitado, caracterizado como o lugar onde os fenómenos acontecem (e se manifestam). O território considerado no âmbito deste estudo é definido como o suporte físico— terrestre— do *locus*, do *lugar*, que, vinculado a esse suporte geográfico, se define, no presente contexto ideológico, nas abordagens seleccionadas de autores como Christian Norberg Schulz e Aldo Rossi.

“*As obras do homem devem manter com a natureza uma relação significativa, quer se trate de unidades independentes ou de uma rede de centros interdependentes. Em ambos os casos a intenção é integrar o homem na terra por ele habitada*” (85). Norberg- Schulz considera que, para ultrapassar o “*caos visual*” que o ambiente já acusava em finais de 1960, é necessário retomar o modo pelo qual a paisagem e a obra humana “*podem juntas exprimir a sua unidade funcional*” (86). Integrando na sua metodologia de análise os conceitos estruturalistas de significado (87), considera esses dois “*mundos formais*” decomponíveis em “*elementos*” com um grau de abstracção geométrica abrangente, portadores de significados em si mesmos e quando agregados ou estruturados segundo regras estabelecidas, configurando assim uma linguagem: torna-se então possível, não só ler a paisagem e a arquitectura, como também conduzir intervenções na paisagem natural de forma *ordenada*.

Para Norberg-Schulz as construções, tomadas como “*massas*” e assumindo um significado primário, tendem a prevalecer sobre a paisagem, de significado secundário, que funciona como “*fundo*”, numa relação topológica unificadora que configura “*um problema arquitectónico*”. (88), uma vez que a arquitectura só se integra na paisagem “*quando possui uma forma forte e autorizada*” (89), não arbitrária, mas “*correspondente ao carácter do fundo*”. Estas leituras *estruturalistas* da paisagem, são apresentadas num quadro didático, de

onde ressalta um grande pragmatismo— enquanto a arquitectura, que se impõe à paisagem por possuir “*um grau de estruturação maior*” (90), deve ser resolvida correspondendo às *funções* do programa, os conjuntos a edificar devem manter a relação topológica *forma-fundo*, acautelando as estruturas de carácter mais difuso, pois “ [hoje], o *habitat estende-se de modo arbitrário e as débeis relações topológicas ainda hoje presentes não conseguem unificar os vários elementos*” (91).

“*A forma arquitectónica depende de uma ordem em que o edifício individual deve ser subordinado. Esta ordem poderia e deveria exprimir um sistema social*” (92). O autor considera então que as soluções de cidade vertical propostas por Le Corbusier conjugam uma maior densidade do habitat sem destruir a paisagem; têm em conta a relação dos habitantes com a natureza, providenciando “*luz, ar e verde*” (93) e por outro lado nota que “*não é necessário usar exclusivamente grandes arranha-céus*” (94).

Assim, para Norberg- Schulz, a paisagem humanizada, como expressão de uma *ordem*, associada a um sistema social e que deve ser interpretada no registo visual *forma-fundo*, encontra uma maneira de escapar ao *caos visual* contemporâneo, (década de 1960, para o autor), através das soluções de habitat concentrado preconizadas por Le Corbusier. Podendo essas soluções contribuir, “*criando uma nova estrutura urbana*”, para a formação da “*nova ordem que possa estabelecer uma interacção significativa com a natureza* ” (95).

Norberg-Schulz foi um crítico da arquitectura e um pensador capaz de integrar, de forma gradual e equilibrada, nas suas obras e intervenções, os contributos sucessivos da sua época (96), revelando a capacidade de realizar novas sínteses, a qual perpassa nas correntes de pensamento que reveêm, a partir dos anos de 1950, o Movimento Moderno (97).

Assim, se o texto anteriormente citado se inscrevia na concepção de espaço, “*entendido como espaço existencial*” (98), uma “*complexidade interpretativa*” (99) cada vez mais densa estrutura a obra *Genius Loci*, de 1976 (100), contributo essencial do pensamento actual à noção de *lugar*.

Quando o mesmo tema é retomado por Aldo Rossi (101), o autor refere a noção de *locus* à sua origem: “*a escolha do lugar para uma certa construção, como para uma cidade, tinha valor proeminente no mundo clássico; a situação, o sítio, era governado pelo genius loci, pela divindade local, precisamente uma divindade de tipo intermédio que presidia a tudo o que acontecia nesse lugar*” (102).

Schulz diz também que o *genius loci* “*é uma concepção romana; segundo uma antiga crença, cada ser independente tem o seu genius, o seu espírito guardião. Este espírito dá vida a populações e lugares, acompanha-os do nascimento à morte e determina o seu carácter e essência*” (103). O que se revela importante é que os antigos experienciavam o seu ambiente como constituído por caracteres definidos. A relação com o lugar é ilustrada pelo costume, no antigo Egipto, de utilizar como modelo, na implantação dos edifícios públicos, a estrutura da paisagem agrícola, providenciando assim a sensação de segurança, “*como símbolo da ordem imutável da natureza na qual viviam*” (104).

Lawrence Durrell, citado por Schulz, diz que “*Quando comecei a conhecer a Europa, agradando-me do vinho, do queijo e do carácter dos diversos países, comecei a compreender que o factor dominante de uma cultura é o espírito do lugar*” (105).

Por seu lado, o turismo moderno demonstra que o conhecimento de diferentes lugares é um dos maiores interesses do homem, “*se bem que, mesmo estes valores tenham hoje tendência a perder-se*” (106), face à atitude predominante de confiança na ciência e na técnica, meios que lhe permitiriam, supostamente, libertar-se das condicionantes do ambiente (107).

- *Genius loci* como experiência existencial

Norberg-Schulz conta que “*em particular, gosto de recordar uma noite em Jerash, quando o *genius loci* do deserto se manifestou*” (108)

O viajante, em busca dos lugares definidos como espaços únicos, irrepetíveis— uma réplica de Veneza em Macau entra na categoria das caricaturas irrelevantes— apercebe-se de que deles fazem parte a topografia, a arquitectura; mas também o clima, a constituição do solo e os outros elementos da geografia física; a história, a etnografia e a sociologia... Petra, na Jordânia actual, por exemplo, não existiria sem a especial constituição da rocha em que é esculpida; sem a existência de água, estrategicamente aproveitada; foram as circunstâncias históricas de uma civilização as geradoras das condições que presidiram à sua construção...E foi a topografia, suporte de um topologia própria, que escondeu as ruínas da possível destruição após o abandono e o fim da civilização nabateia. Mas o que causa impacto no visitante é alguma coisa que está para além da simples admiração quanto a valores descritíveis, como a grandiosidade, a topologia, a extensão, o valor arqueológico, etc. O que impressiona tem a ver com a *estranheza*; o visitante sente que entrou num mundo *outro*, assim que começa a percorrer o desfiladeiro de acesso à antiga cidade (ou centro administrativo de

um território alargado); tem talvez pontos em comum com a percepção do espaço sagrado; tem a ver com as emoções (109); mas o que realmente acontece nesta incursão, é do domínio da experiência *existencial*.

Aponta-se como exemplo uma situação quase extrema em relação ao que se pretende demonstrar, mas a mesma abordagem sensorial e emotiva pode esperar alguém que, de repente, se vê rodeado pelos menires do *cromelec* dos Almendres, em Évora; ou, na cidade, num dia de calor, pela solidão da praça, se aproxime das ruínas do templo dito de Diana... O *Espírito do Lugar*, presente nos locais arqueológicos, dependeu, até ao momento histórico da deserção humana, da sua acção e da vida que as civilizações lhes imprimiam— o Templo do Céu, em Pequim, por exemplo, parece imbuído ainda das orações do imperador em favor da abundância das colheitas, porque era *o lugar* da oração.

Assinala-se, assim, a persistência da *memória colectiva* que confere significados à arquitectura, a qual, estabelecendo com a sua envolvente física uma relação única, constitui, em conjunto com a mesma envolvente, um *lugar*.

Pode invocar-se esta interpretação do *genius loci* a propósito da indiferenciação do espaço moderno, da tendência para a simplificação, da dispensa do sentido e da ausência do simbólico.

No entanto, será lícito interpretar como uma tentativa de recuperação destes valores, a promoção, desde os anos de 1980, da arquitectura de carga simbólica, identificativa e marcante de lugares, de cidades, como Paris, Londres, Bilbao, Barcelona, ou mesmo Lisboa?

- O conceito de *locus* em Norberg-Schulz

Norberg-Schulz acusa a evolução de atitude e de método na aproximação que faz, na sua obra, à análise da arquitectura, tendo progredido de um registo principalmente *científico*, a uma maior abertura a outros aspectos, depois de ter introduzido o conceito de “*espaço existencial*”, que não é um termo lógico-matemático, mas compreende as relações fundamentais entre o homem e o ambiente” (110). Este conceito subdivide-se nos termos complementares de “*espaço*” e “*carácter*”, de acordo com as funções psíquicas de “*orientação*” e “*identificação*” (111). A “*concretização do espaço existencial*”, a arquitectura em si mesma, explica-se pelos conceitos de “*recinto*” e de “*coisa*”— os quais se implicam mutuamente na filosofia de Heidegger (112).

O autor considera que *habitar* é o objectivo da arquitectura. “*O homem habita quando arrisca a orientar-se num ambiente e a identificar-se com ele, ou mais simplesmente, quando experimenta o significado de um ambiente*” (113).

Quanto ao *genius loci*, desde a antiguidade foi considerado como aquela realidade que o homem afronta na vida quotidiana. Fazer arquitectura é visualizar o *genius loci*: o desafio do arquitecto é o de criar lugares significativos para ajudar o homem a habitar (114).

O livro é também considerado um primeiro passo para o estabelecimento de “*uma fenomenologia da arquitectura*” (115), no sentido de uma concepção fenomenológica, qualitativa, da disciplina, radicando na estrutura heideggeriana de *ser-no-mundo* (116).

Os contributos de autores como Kevin Lynch (117), Paolo Portoghesi (118) e Robert Venturi (119), são utilizados para estabelecer os conceitos de pormenor que permitem a interpretação dos vários lugares objectos de análise.

- Aldo Rossi, o “locus”

Rossi faz notar que o conceito de *locus* sempre esteve presente na tratadística clássica. Em Palladio começa já a incidir mais sobre os aspectos topográficos e funcionais, embora ainda esteja “*vivo o frémido do mundo antigo*” (120).

Um aspecto importante, assinalado por Rossi, tem a ver com uma abordagem do tema do *lugar* num contexto territorial feito no âmbito da geografia e da antropologia e que refere a “*possibilidade da existência de ‘pontos singulares’*” (121), remetendo para a pontuação de um vasto espaço (dando como exemplo a abrangência, por definição, da universalidade da Igreja Católica) por elementos como os santuários de peregrinação (122).

Uma arquitectura que tende a identificar-se com o facto que lhe deu origem, tornando-se, portanto simbólica, propõe de forma recorrente a arquitectura da Antiguidade, “*mas de cada vez se repropõe com uma diferente individualidade*”. Significa que, se o “*pensamento de uma mesma arquitectura se manifesta em lugares diferentes*” (123), é por contornos que se aproximam da experiência existencial que, uma vez mais, é possível pôr em evidência os aspectos singulares e que individualizam o lugar.

Esses contornos, que dizem respeito à individualidade dos factos urbanos, referem-se também “*aos seus limites, onde começa e onde acaba; referem-se à relação local da arquitectura, ao lugar de uma arte e, portanto, às relações e à própria precisão do locus como um facto singular, determinado pelo espaço e pelo tempo, pela sua dimensão topográfica e pela sua forma, por ser sede de vicissitudes antigas e novas, pela sua memória*” (124).

Resume-se assim, pelas palavras de Rossi, quase tudo o que se pretendeu colher quanto a uma definição de *locus*, *lugar*, acrescida, no que se refere ao território, da possibilidade de um *território como lugar*, acepção que o tratamento do tema vai utilizar em vários pontos.

- Memória Colectiva e Tradição

Para Rossi, a *memória colectiva* vive no mais profundo da complexa estrutura dos factos urbanos, é o seu fio condutor: “darei que a própria cidade é a memória colectiva dos povos; e, tal como a memória está ligada a factos e a lugares, a cidade é o locus da memória colectiva. Esta relação entre o locus e os cidadãos torna-se, pois, a imagem proeminente, a arquitectura, a paisagem; e como os factos estão contidos na memória, à cidade crescem novos factos” (125). A dinâmica que se estabelece é entre memória e transformação, porque “as grandes ideias perpassam a história da cidade e dão-lhe forma”, por obra da colectividade (126). Rossi admite ainda que o valor da história, entendida como *memória colectiva*, possa ajudar a perceber o significado da estrutura urbana também na sua *individualidade* (127).

Kevin Lynch, por seu lado, analisa a questão da memória colectiva do ponto de vista da percepção do tempo, ligada portanto à outra, de fundo— “De que tempo é este lugar?” (128). Começa por reconhecer a dimensão social da própria memória individual: “As recordações, as expectativas e a consciência do presente não são simplesmente propriedade pessoal” (129). Trata-se de um conjunto de estruturas temporais, inerentes ao sentido do *eu*, mas que têm sempre uma base social.

A memória colectiva nasce da vivência de certos acontecimentos em grupo e da partilha constante, mediante a comunicação e a solidariedade, dessa vivência, a qual, tomando forma num *passado colectivo* passa a ser suporte de um *futuro colectivo* (130). A memória surge assim como o elemento de génese e coesão do espírito de comunidade, pode adiantar-se, da construção da própria *identidade cultural*.

No entanto, esta *memória colectiva* apoia-se em aspectos estáveis da envolvente física, que se transformam assim em *monumentos*, como “*emblema espacial do tempo*” (131) e prevalece através dos ritos: “*Surgem então modos comuns de marcar e estruturar o tempo, histórias e mitos comuns, rituais comuns*” (132).

A estrutura temporal, de acordo com Mircea Eliade (133), é concebida pelas sociedades primitivas com base, por um lado, na diferença essencial que separa o profano do sagrado

(seja o tempo ou o espaço) e por outro, na ideia do “*presente eterno*” (134), em que “*o tempo irreversível é abolido e se preserva o universo mediante uma recriação perpétua*” (135). Objectivos contemplados pela formação dos *mitos* (como reproduções reais de arquétipos, geralmente ligados à ideia de heroicidade) (136) e pela realização de *rituais*— que asseguram a reposição cíclica temporal dos factos enunciados, marcando um tempo sagrado que se distingue do profano, onde tudo é “*episódico, experimental e essencialmente falho de significação*” (137). Por tudo isto, diz Mircea Eliade que “*a memória colectiva é a-histórica*”— a mentalidade arcaica não pode aceitar o *individual* e só conserva o *exemplar* (138). De acordo com o autor, a mentalidade popular geradora destas estruturas subsistiu na Europa até pelo menos 1945 (data da obra). Poder-se-á perguntar de que forma se terá dado a passagem deste conceito de memória colectiva para o enunciado por Rossi, essencialmente *histórico*. Ou será que velhos *mitos* subsistem no mais profundo da *memória*?

A um tempo concreto, que nas sociedades “*mais velhas*”, se estruturava em função das *descontinuidades* que marcam o ritmo na natureza, as mudanças de estação, as fases da lua, os dias (identificados pelos momentos de *nascer e pôr do sol...*) (139), correspondia também um ritmo da vida social e individual marcado pelo descontínuo de certos momentos, acontecimentos cíclicos, como o dia de mercado, as festas religiosas, etc.

A duração não se concebia de forma absoluta, relacionando-se com factos (por exemplo, medir a distância pelo tempo que se leva a percorrer a pé) (140).

Pelo contrário, nas sociedades industrializadas, a grande revolução que veio por intermédio do relógio (não pela máquina a vapor), significou uma mudança essencial nas relações sociais: o controle do tempo— assumido como entidade, que até se ganha, poupa ou perde— tornou-se num instrumento da classe dominante sobre a produção e sobre a conduta social (141). No entanto, os “*grandes ciclos do dia, o ano, a família, a vida e a morte, foram invariantes do nosso devir*” (142) e ligam-nos, assim, ao passado.

Quando se referem *rituais*, evoca-se o colectivo, a repetição, eventualmente cíclica, de acordo com fórmulas, preservadas através do tempo, por mandatos da comunidade. Julga-se que está assim estabelecida a articulação com o conceito de tradição, tão referido na pesquisa.

A tradição, que Chueca Goitia considera viva, “*que se alimenta do que acontece e vai ficando para sustento das coisas que irão acontecer [...], [constituindo] uma plataforma para o futuro*” (143), está sobretudo ligada “*à tendência natural para a reprodução de caracteres atávicos, de atitudes ancestrais, de crenças e de valores*” (144), dentro de cada comunidade, caracterizada pela sua identidade étnica e cultural e pela organização social, política, técnica e

económica que lhe é própria. Implica a transmissão oral e geracional, num processo antropológico que garante a selecção qualitativa do que é transmitido “*e a síntese dinâmica de tradição e de renovação*” (145).

2. 5- Morfologia e dimensão urbana

“*A cidade e a região, a terra agrícola e os bosques tornam-se a coisa humana porque são um imenso depósito de fadigas, são obra das nossas mãos; mas enquanto pátria artificial e coisa construída elas são também testemunho de valores, são permanência e memória*” (146).

A cidade é, nas palavras de Aldo Rossi, “*não só o lugar da condição humana, como até uma própria parte desta condição, que se representa na cidade e nos seus monumentos, nos bairros, nas residências, em todos os factos urbanos que emergem do espaço habitado. A partir desta cena, os teóricos penetraram na estrutura urbana, procurando sempre perceber quais eram os pontos fixos, os verdadeiros nós estruturais da cidade, aqueles pontos onde se processava a acção da razão*” (147).

Rossi aproxima deste modo o conceito de *regras territoriais*, que se definem como as regras que determinam os elementos físicos da forma urbana (148), mas que também se aplicam, no presente contexto, ao território humanizado.

O termo *Morfologia Urbana*, aplicado a inúmeros tipos diferentes de investigação, designa em geral o estudo focalizado nas formas físicas das áreas urbanas (149).

Mas a *Morfologia Urbana*, de acordo com Anne Vernez Moudon, é “*o estudo da cidade como habitat humano*” (150). Tal como a autora refere, Lévy Strauss, depois de comparar a cidade a um poema ou sinfonia, diz: “*A cidade, mais preciosa ainda, situa-se na confluência da natureza e do artifício [...], a cidade provém, simultaneamente, da procriação biológica, da evolução orgânica e da criação estética. É ao mesmo tempo objecto de natureza e sujeito de cultura; indivíduo e grupo, vivida e sonhada; a coisa humana por excelência*” (151).

Analisando a evolução da cidade e as suas transformações, desde as origens, “*identificando e dissecando os vários componentes [...], os morfologistas urbanos incidem nos resultados da acção das forças sociais e económicas*” e de todos os factores que moldam as cidades. Os estudos incidem sobre elementos, como edifícios, jardins, ruas, parques e monumentos, “*considerados como organismos que são constantemente usados e conseqüentemente*

transformados através do tempo". Os elementos da cidade mantêm entre si um estado de tensão e de inter-relações dinâmicas (152).

O objecto desta pesquisa não é a *cidade*, mas *aglomerados* rurais no seu contexto territorial, (designados, nos textos da pesquisa, também como *assentamentos* e *aglomerações*, com o significado aqui conferido). Considera-se, no entanto, a utilidade dos fundamentos teóricos aqui enunciados, uma vez que os assentamentos humanos, (que *tendem* sempre para o *urbano* e que o são cada vez mais), seja qual for a sua dimensão, comungam de características comuns, que têm a ver com os aspectos sociais e com o território, o *lugar*, a paisagem, o ambiente natural no qual se inserem, que modificam, mas com o qual passam a formar uma unidade. São sempre *obra humana*, acontecem na História e fazem com que esta aconteça.

Rossi defende que "*não só não existem diferentes escalas de estudo, como também é inconcebível pensar que os factos urbanos possam mudar por causa da sua dimensão*" (153). E citando outro autor, acrescenta: "*Podemos observar [os mesmos] problemas, em diferente escala, nas aldeias, nas pequenas cidades, nas metrópoles, pois que as forças dinâmicas do urbanismo são vitais onde quer que os homens e as coisas se encontrem aglomerados e o organismo urbano fica sujeito às mesmas leis naturais e sociais independentemente da dimensão*" (154).

Tal como a cidade, também os pequenos aglomerados sofrem mudanças, evoluem: não seriam as grandes cidades do presente, nomeadamente Lisboa, nas suas remotas origens, idênticas a um pequeno povoado como os dos seus arredores?

- Morfologia urbana- metodologias por aproximação

A história da morfologia urbana, de Bernard Gauthiez, num artigo da publicação periódica *Urban Morphology* (155), transmite a ideia de que se trata de uma área de investigação ainda com um longo caminho a percorrer, o que resulta, em parte, de algumas descontinuidades de percurso.

Como tema partilhado por "*arquitectos, projectistas de planeamento, geógrafos, historiadores, ou mesmo arqueólogos e antropólogos sociais, os autores escrevem a partir dos diferentes pontos de vista, e a sua forma de tratar o tema varia de acordo com a respectiva disciplina*" (156). Dificuldades acrescidas são o facto de esta produção ser feita em diferentes línguas e a tendência que cada um tem para atender somente às informações que

concernem a respectiva área científica. Uma equivalência de termos diferentes que designam as mesmas realidades também torna o intercâmbio científico difícil (157).

Um primeiro facto importante a assinalar, diz respeito à elaboração e difusão, a partir do século XVIII, de mapas topográficos e plantas, indicando elementos entretanto desaparecidos e tornando-se, por isso, auxiliares importantes da arqueologia.

Durante o século XIX surge um grande interesse, por parte de historiadores de arte, nos levantamentos das cidades medievais.

É baseado em mapas destes, que, em 1832, Quatremère de Quincy, referido por Aldo Rossi propósito da definição tipológica (158), “*identificou a utilidade do estudo da planta de uma cidade para um melhor entendimento da história*” (159).

Mas Quatremère de Quincy foi mais longe na sua análise da cartografia, nas asserções que produziu e no legado que transmitiu, tais como a observação dos elementos da estrutura espacial da cidade, que permitem perceber o padrão (160) e o tipo de crescimento da mesma. Por outro lado, “*a regularidade urbana é um sinal seguro de uma autoridade activa de planeamento da cidade, particularmente quando as condições são apropriadas, como por exemplo a implantação dos assentamentos coloniais*” (161).

Na Alemanha, depois de 1870, há a destacar o trabalho de Stübben: para além da análise tipológica dos edifícios, a dinâmica territorial é parte integrante da compreensão do espaço urbano e da sua evolução, nomeadamente quanto à rede de transportes, abertura de novas vias e desenvolvimento imobiliário especulativo (162).

Também a identificação de pré-existências, como o traçado de ruas que coincidem com muralhas desaparecidas, já é objecto de observação no início do século XX (163).

No entanto, quem mais contribuiu para o avanço das pesquisas através da metodologia mais apropriada, foi Fritz, “*um professor do liceu de Estrasburgo, em 1894*” (164). O primeiro contributo é a importância que Fritz atribui às plantas e mapas (decerto mais difíceis de encontrar e compilar do que hoje), para o estudo das cidades; estudo este que é considerado de primacial importância para a investigação histórica. Pelas suas pesquisas, mais de 300 cidades apresentavam uma malha ortogonal, o que o leva a identificar constantes e pré-existências. Oferece, ainda “*uma classificação das cidades de acordo com a sua planta*” (165).

É no rasto da sua influência que, sobretudo na Alemanha, se produzem atlas, plantas de cidades e monografias regionais. Alguns avanços, (Straham, 1958), vão incidir, nomeadamente, sobre o seguinte: utilização do método comparativo; admissão do mapa como documento, na ausência de fontes escritas; estudo da evolução da propriedade; separação da

cidade em “*partes morfológicamente homogéneas*” (166), método que se irá tornar recorrente nos investigadores posteriores.

A influência das ideias de Fritz incide também na Geografia, com a proposta de Schlüter da criação de uma nova ciência, a “*antropo-geografia*”, fundada nos próprios fenómenos urbanos... (167). Na sequência, Whitehand, geógrafo actual, vai dar conta do desenvolvimento das pesquisas urbanas no âmbito da geografia (168).

Em França, é Pierre Lavedan o principal eco da influência de Fritz, propondo avanços metodológicos no seguimento das ideias deste e ensaiando também uma classificação de tipos de plantas (169).

Marcel Poète, em 1933, após um percurso de partilha de muitas ideias de Lavedan, vai adoptar uma posição diferente, introduzindo um factor novo na origem da forma: a função dos espaços (170).

Apesar do declínio e estagnação dos estudos em França a partir desta altura e até 1960, é de referir as pesquisas de Sauvaget, com o objectivo de identificar, nas plantas actuais das cidades de Damasco e Alepo, na Síria, o padrão clássico de matriz grega, das ruas (171).

O mesmo espírito esteve presente em estudos conducentes a identificar nas formas actuais da paisagem rural, a centurição romana clássica. O método consiste em fixar as características actuais do espaço e, depois de seleccionar os primitivos limites do lote, identificar as formas do passado que permanecem (172).

É no pós-guerra, no entanto, que, na sequência dos citados estudos e de outros, igualmente importantes (173), surgem as escolas que vão marcar a evolução, até à actualidade, da área da investigação que é a morfologia urbana (174), e cujas características se pretendem aqui relevar, em função do pensamento e tendências que veiculam e das metodologias que desenvolvem.

“*A primeira escola, representada por Muratori e o seu discípulo Aymonino, desenvolveu-se à volta do ensino universitário da arquitectura, particularmente em Veneza*” (175).

Uma vez mais, é no quadro da *rejeição* dos princípios do Movimento Moderno (176), que é desenvolvido um trabalho que se refere “*essencialmente à sistematização da aproximação histórica aos tipos arquitectónicos*” (177).

Muratori baseia-se no uso de tipos, considerados um instrumento de análise do tecido urbano (178), introduzindo uma noção interessante, que parece retirada da biologia: a de tipo dominante, relacionada, não só com as incidências económicas e sociais sobre a produção da

arquitectura, mas também com o fenómeno da importação de modelos. A ideia da adaptação dos tipos e suas variantes às diferentes circunstâncias da malha urbana, também remete para uma certa organicidade (179).

Cannigia, outro membro influente da escola italiana, desenvolve as ideias de Muratori e, num estudo sobre Firenze, “*propõe um modelo diacrónico da formação da cidade, de acordo com a evolução dos tipos e os tecidos urbanos que estes tipos geram*” (180), o que configura um instrumento de análise relevante.

No entanto, de acordo com o autor do artigo, o facto da pesquisa tipo-morfológica de Cannigia (181), fazer pouco uso dos documentos escritos e se processar sobretudo em ordem ao projecto, num contexto de ensino de arquitectura, prejudicou os resultados e a contribuição dos estudos para a história e arqueologia, sendo que outros, entre os quais Guidoni, historiador, leva a cabo um trabalho que supera o de Cannigia no que se refere à pesquisa arquivística, propondo interpretações da evolução da cidade melhor fundamentadas. Uma hipótese interessante, na linha da tradição alemã, é a de que decisões de planeamento complexas e conscientes terão estado na origem da localização e forma de espaços públicos, nomeadamente da implantação de edifícios significativos na cidade, no século XIII (182).

No contexto inglês, é um geógrafo, Conzen, ligado ao planeamento urbano, que vai contribuir para a elaboração de um sistema teórico conducente à interpretação das formas urbanas, baseado no reconhecimento de *unidades de plano*, com características diferentes das áreas circundantes.

Ao basear-se na tradição alemã (183), Conzen, um alemão a viver em Inglaterra (184), confirma o interesse das origens, também nesta área de pesquisa, acabando, inclusivamente, por explicitar noções, como a citada *unidade de plano* (formada pela combinação de ruas, edifícios e padrões de lotes), que investigadores alemães já haviam proposto (185).

Um aspecto importante que também já estava presente nos estudos germânicos é o da hipótese do palimpsesto, designação do processo pelo qual construções sucessivas vão anulando, parcial ou totalmente, as anteriores, mas sempre com a mesma localização (186).

A influência dos estudos de sistematização de formas urbanas de Conzen (durante a década de 1960), vêm a ter maior impacte depois de 1990, nomeadamente com o geógrafo Jeremy Whitehand, que aprofundou a pesquisa do tecido urbano a partir do legado de Conzen, no âmbito da denominada escola de Birmingham (187).

O interesse francês, no mesmo período, vem da parte de historiadores como Marc Bloch (188) e consubstancia-se na produção de *atlas*, sobretudo das cidades medievais (ca.1955). Investigações no domínio do lote são ainda de assinalar, numa escola inspirada pela italiana e envolvendo sobretudo historiadores e geógrafos.

Um contributo importante é o método de utilizar os registos de propriedade para estudar a implantação de parcelas antigas. Nos estudos subsequentes, o *lote* funciona como o tipo arquitectónico, formando unidades de tecido urbano (189).

Entretanto, a necessidade de representar as realidades urbanas e a sua evolução, levam ao desenvolvimento das técnicas cartográficas.

Validar a evidência física da análise morfológica com fontes escritas, surge como essencial nas conclusões quanto a este percurso disciplinar. Porém, “*quando a planta é a única fonte de informação, só hipóteses podem ser avançadas, dependendo as probabilidades da quantidade de informação disponível, da sua qualidade e separação temporal de outro tipo de fonte*” (190); no entanto, assim como a história é muitas vezes escrita exclusivamente baseada nas fontes escritas e arqueológicas, também se poderá avançar que seja escrita sobre a evidência exclusiva dos factos morfológicos e físicos, mesmo que seja impossível uma datação precisa (191).

Deste resumido percurso da Morfologia Urbana, alguns elementos, úteis ao estabelecimento de uma metodologia de análise, se podem destacar desde já:

- O tema da investigação na área da morfologia urbana, sendo objecto de diferentes áreas científicas, poderá desenvolver-se num quadro de interdisciplinaridade e de partilha de saberes.
- A cartografia, que passa a ser admitida como documento, beneficia do desenvolvimento de técnicas integradas de levantamento, tornando-se num instrumento cada vez mais importante nos processos de análise.
- A dinâmica territorial é factor de compreensão do espaço urbano.
- A identificação de *constantes* e *pré-existências* pelo *método comparativo*.
- O estudo da evolução da propriedade, também pelos respectivos registos, como parte das metodologias de investigação.
- Separação da cidade em *partes morfológicamente homogéneas*, para efeitos de estudo. Consideração de *unidades de tecido urbano* constituídas pela unidade mínima: o *lote*.

- Caracterização geral das duas escolas mais influentes: a italiana, constituída por arquitectos, que trabalha com base nas *tipologias*, fazendo pouco uso de documentos escritos; a inglesa, fundada e desenvolvida sobretudo por geógrafos e que se apoia nas *unidades de plano* para abordar os estudos urbanos.
- Hipótese do *palimpsesto*, que pode ajudar na interpretação de alguns factos urbanos.
- A ideia de que, face ao desconhecido, na ausência de fontes escritas, só *hipóteses* podem ser avançadas, embora a evidência exclusiva dos factos morfológicos possa *fazer história*.

Na sequência do percurso descrito, assinala-se que a emergência da *Morfologia Urbana*, como campo interdisciplinar, tem um marco importante na constituição do ISUF – *International Seminar on Urban Form* (192) que juntou um grupo oriundo de diferentes disciplinas e países, a partir de 1996.

Anne Vernez Moudon, depois de traçar as características essenciais das duas escolas, a inglesa, iniciada por Conzen e a italiana, por Muratori, diz que, apesar do isolamento intelectual a que ambos se viram votados pelos colegas, adeptos do modernismo, os continuadores que depois não lhes faltaram, “*viram a importância de capturar o que os mestres tinham chamado o ‘genius loci’ da cidade*” (193).

J. W. R. Whitehand, também geógrafo, no seguimento de Conzen, alarga o âmbito da Morfologia Urbana e forma o *Urban Morphology Research Group* na Universidade de Birmingham, desenvolvendo também estudos na área da expansão suburbana (194).

Em Itália, Gianfranco Caniggia vai dar continuação à tradição de Muratori, a que chamou *processo tipológico*, “*devido à incidência nos tipos de edifícios como as raízes elementares da forma urbana*” (195). A correspondência da teoria e da prática, com pesquisas em cidades de Itália e do Norte de África, é uma característica da escola italiana que a segunda geração não desdenha (196).

Aquela que é considerada a terceira escola, emergiu em França em finais de 1960, em Versalhes, fundada por Philippe Panerai, Jean Castex e Jean-Charles DePaule, na sequência da “*reação contra a arquitectura modernista e a sua rejeição da história*”, beneficiando do ambiente de debate intelectual da época e que ultrapassava a arquitectura (197).

A construção de uma metodologia própria passa pela influência da escola italiana, mas é certo que os primeiros escritos de Castex e Panerai exerceram uma grande influência nos arquitectos europeus (198).

A posterior multiplicação dos intercâmbios científicos provocou a adesão de investigadores e grupos ligados aos temas da *Morfologia Urbana*, provenientes de muitos países,

nomeadamente os Estados Unidos, com a participação da autora, sobretudo através da escola de Versalhes (199).

De assinalar que a influência italiana está sempre presente, sobretudo através dos arquitectos e na sequência do êxito e difusão do trabalho de Aldo Rossi (200), o qual “*promoveu, com sucesso, o retorno aos tipos de edifício ‘tradicional’, provocando um renovado interesse na cidade histórica e promovendo o seu significado na arquitectura*” (201).

Os escritos de Aymonino estimularam também um acrescido interesse no design da cidade.

Apesar de ambos se terem demarcado subsequentemente da *morfologia urbana*, “*a qual viam como promotora de soluções ultrapassadas para os problemas urbanos actuais e impotente para resolver as produções da arquitectura moderna*” (202), a coesão das três escolas (e a configuração do ISUF) estava assegurada retrospectivamente pela contribuição instrumental italiana constituída pelo programa de reabilitação do centro histórico de Bolonha (203).

Da recensão das bases teóricas resultantes do confronto de pesquisas em diferentes áreas, mas num mesmo domínio, destaca-se o que se considera importante, não só no âmbito da presente pesquisa, mas também em função de ulteriores desenvolvimentos:

- Existe acordo quanto ao facto de a cidade poder ser *lida* e analisada por intermédio da sua forma física (204).

- Reconhecem-se três princípios como base do nível mais elementar da análise morfológica: a forma urbana é definida por três elementos físicos fundamentais, que são os edifícios e os espaços livres com eles relacionados, os lotes e as ruas; a forma urbana pode ser entendida a diferentes níveis de resolução, correspondentes a edifício/lote, rua/quarteirão, cidade e região (205). O terceiro princípio é que “*a forma urbana só pode ser entendida historicamente desde que os elementos que a compõem sofram transformação e reposição continuadas*” (206).

- Reconhece-se que a célula mínima da cidade é a combinação de dois elementos: a parcela individual de terreno em conjunto com o seu edifício ou edifícios e os espaços livres, a qual define a forma urbana e a sua densidade, bem como as potencialidades de uso ao longo do tempo.

- “*Os estudos mostram que os atributos da célula e os seus elementos reflectem, não só um período histórico, mas as condições sócio-económicas presentes na altura do loteamento e da construção*” (207). Com o decorrer do tempo, esses elementos acabam por ser usados de formas diferentes, fisicamente transformados, eliminados ou substituídos por novas formas, variando o *ratio* das mudanças com a cidade, mas coincidindo com ciclos ligados à economia e à cultura (208).

- O que os estudos identificam como “*unidade de plano*” (Conzen) ou “*tecido*” (italianos), são grupos de edifícios, espaços livres, lotes e ruas, que formam um conjunto coerente, ou porque foram construídos na mesma época, ou de acordo com as mesmas condicionantes, ou ainda porque sofreram um processo comum de transformação (209).

2.6- Conceito de *tipologia* na escola italiana

Para Aymonino, discípulo de Muratori, “*a análise dos fenómenos urbanos— considerados como factores determinantes não só das decisões como também dos problemas que enfrenta a disciplina arquitectónica— deslocou, nas investigações e debates culturais, as análises centradas na identificação dos distintos episódios que configuraram o ‘nascimento’ da arquitectura moderna*” (210). Com esse deslocamento, fica de parte qualquer contributo para a história da arquitectura “*baseada nos ‘grandes exemplos’*” (211).

Faz-se assim ressaltar a dimensão colectiva da arquitectura e da cidade, como fenómenos que ultrapassam o somatório das intervenções individuais e emergem com uma especificidade própria, onde se espelham a história e “*as forças produtivas, sociais e políticas— tanto no que respeita aos aspectos quantitativos como às suas relações recíprocas*” (212).

O objectivo dos estudos no âmbito da arquitectura tem a ver com o estabelecimento de uma conexão entre a tipologia arquitectónica e a morfologia urbana, entendida esta como a análise “*das estruturas urbanas entendidas como estruturas de relações, com uma relativa estabilidade ao longo do tempo*” (213).

Trata-se então de “*estudar— através de uma série de análises históricas específicas capazes de definir as transformações registadas no decurso do tempo e, em especial, a partir da conformação da cidade burguesa— os condicionamentos materiais (como a estrutura da propriedade, os modos de produção, as decisões políticas, etc) que subjazem nas formas arquitectónicas e estas expressam como testemunho físico*” (214).

Aymonino desenvolve o conceito de *tipologia edificatória*, útil ao estudo da cidade contemporânea, ligado inicialmente à emergência de novas necessidades, a partir de finais do século XVIII, no quadro da cidade burguesa, relacionando as respostas com a autonomização da arquitectura civil, o surgimento de *protótipos* de influência iluminista (maioritariamente em projecto) e com a construção de uma nova imagem de cidade, onde a *tipologia edificatória* vai adoptar uma cada vez maior especialização: “*A tipologia edificatória, como esquema de referência para o projecto de novas construções e, frequentemente, como quadro*

de classificação de modelos susceptíveis de sucessivas imitações, é já, portanto, uma concretização, um instrumento operativo” com o qual se pretende oferecer respostas concretas a novas necessidades (215).

Aldo Rossi (216) vê, inclusivamente, na tratadística, nomeadamente em *Milizia* (217), um apontamento seguro quanto ao uso do conceito de *tipo*, mesmo que o autor não o explicita: “*A comodidade de qualquer edifício compreende três atributos principais, que são: a sua situação, a sua forma, a distribuição das suas partes*” (218).

Por sua vez, a relação da *tipologia edificatória* com a cidade, parte da vinculação directa dos edifícios à morfologia urbana, considerados como elementos componentes da mesma (219). Os edifícios públicos civis, tomados como referências, fazem da representação municipal o principal interveniente na construção da cidade da era industrial (220).

É este o contexto em que Aymonino refere Quatremère de Quincy, como “*o primeiro tratadista que tentou formular teoricamente os conceitos de ‘tipo’ e ‘modelo’*” (221): “*A palavra ‘tipo’ não representa tanto a imagem de uma coisa que deve ser imitada na perfeição como a ideia de um elemento que deve servir, por si mesmo, de regra de um determinado modelo*” (222). Enquanto o *modelo* se destina a ser repetido de forma exacta, o *tipo* é o objecto a partir do qual é possível conceber obras completamente diferentes entre si, servindo também “*de regra ao modelo*” (223). À perfeita definição de elementos e composição do *modelo*, contrapõe-se a *imprecisão* do *tipo*, levando à ausência de obstáculos intelectuais relativamente à sua *imitação* (224).

Defende Quatremère de Quincy, de acordo com as citações em que Aymonino e Rossi coincidem (225), que tudo requer um antecedente, não surgindo do *nada*. A arte de edificar, à semelhança de qualquer criação humana, terá surgido em cada país de um *germen preexistente*. Pode observar-se então que todas essas criações conservaram, apesar das sucessivas transformações que se possam ter registado, os seus elementos principais. Sendo que, para Quatremère de Quincy, este facto é *manifesto*, tanto à sensibilidade como à razão (226).

O *tipo*, na sua relação com a arquitectura (tomada no sentido da produção de modelos?), não surge como *algo* a que esta se conforme, mas como *algo* que está presente no *modelo*, como regra, como modo constitutivo da arquitectura: “*pode-se dizer que este algo é uma constante*” (227). De acordo com Rossi, esta afirmação implica considerar o facto arquitectónico como uma estrutura, referida ao próprio facto. Se o *tipo* é uma constante, revelar-se-á em todos os factos arquitectónicos, decorrendo daqui que, sendo um *elemento cultural*, “*torna-se assim em grande parte o momento analítico da arquitectura, mais individualizável ainda ao nível dos*

factos urbanos” (228). O conceito de *tipo* entra assim como operativo no domínio da pesquisa morfológica, na medida em que a tipologia se apresenta como “*o estudo dos tipos não ulteriormente redutíveis dos elementos urbanos, de uma cidade como de uma arquitectura*” (229). Rossi considera que esta é uma operação lógica necessária, concluindo que qualquer tratado de arquitectura é também um tratado de tipologia, adiantando que igualmente no campo do projecto, ou da “*projectação*” (230), estarão presentes as operações que conduzem à determinação dos tipos, já que “*todas as formas arquitectónicas são reconduzíveis a tipos*” (231) e à sua posterior utilização (232).

Do exposto, relevam-se alguns pontos importantes para o que possa ser a síntese de uma definição de *tipo*:

- A *tipologia edificatória* identifica-se com o estabelecimento, *descrição* e *prescrição* de *modelos*.
- *Tipo* como *regra de modelo*, subjacente ao mesmo.
- *Tipo* como *regra*, como *constante*, aplicável tanto à arquitectura como à cidade.
- O estudo dos *tipos* é uma operação lógica, presente na análise e também no projecto.

- Tipologia da Edificação- conceitos e metodologia

Continuadores de Muratori, Cannigia e Maffei (233) definem as suas posições num quadro pedagógico, do ensino da arquitectura, mas também de uma prática projectual, comprovando o que ficou registado quanto ao carácter pragmático da *escola italiana*.

Partem da definição de crise, que se produz quando “*uma estrutura qualquer resulta ineficaz, tal como estava formulada anteriormente, para adequar-se a uma situação nova e diferente: essa crise é positiva, enquanto esforço de adequação e reequilíbrio correspondente a uma realidade mutável*” (234) e da crítica às repercussões, na prática arquitectónica, dos postulados do movimento moderno. Este, de acordo com os autores, na senda da preocupação em contestar o academismo, não chegou a buscar, nem propor, outro tipo de codificação que substituísse as formulações académicas (235) (na linha da *Beaux Arts*), mas constituindo afinal um outro tipo de academismo, ao fixar da anterior estrutura a definição do papel do arquitecto “*como autor de produtos excepcionais*”. O resultado foi, e julga-se que perdura na mentalidade da classe dos arquitectos, a promoção de uma arquitectura “*personalista, com o fim de favorecer a variedade de produtos, a inventiva caprichosa e estetizante*”, ao serviço sobretudo da encomenda pública e privada, “*proporcionando-lhe um produto consumista,*

deliberadamente oposto a qualquer contexto, a qualquer edificação existente, a qualquer continuidade cultural” (236).

A arquitectura de objectos excepcionais continua a existir; nem tudo é *Arquitectura*, mas o maior e mais importante protagonista do *ambiente antrópico* e da sua história cultural é a *edificação*, definida como “*o contexto geral do construído*”, onde se inserem as obras pontuais de arquitectura, normalmente ligadas às classes dominantes.

Evita-se fazer uma “*história do singular*” (237), uma vez que “*as nossas cidades não estão condicionadas pelas poucas obras aceites como ‘arquitectura’, mas antes pelas muitíssimas, condenadas ao anonimato, da edificação, cuja história e devir são desdenhados por muitos cultivadores da ‘história da arquitectura’, sujeitos aos mesmos condicionamentos que fazem agora do ensino da história, em geral, a história dos personagens, dos acontecimentos, das guerras, desligando-se da maioria da humanidade, [...], a autêntica protagonista da história do homem, na sua variada e contínua produção do próprio ambiente*” (238).

Face à formação de aglomerados urbanos integrados por objectos fortemente personalizados, com escassa correlação entre eles, a edificação actual caracteriza-se, segundo os autores, pela “*descontinuidade de produtos e intenções*” (239).

A proposta de *superação da crise* passa então pela construção de uma “*consciência actuante*”, com o “*entendimento das razões históricas*” daquela e “*provém de uma continuidade, comum aos produtos da edificação passados e actuais, ignorados pelos agentes e usuários e que, contudo, existe e é vital, e é a profunda e constante ‘continuidade dos processos tipológicos’*” (240).

A metodologia quanto à identificação da crise, entendida como “*crise da linguagem da edificação*”, na acepção mais ampla do termo, pressupõe a *leitura* da edificação ligada ao *fazer* da mesma, “*integrados ambos num sistema de convenções espontâneas, comuns ao usuário e ao construtor, dentro de uma mesma área cultural*” (241), sendo que, à imagem da linguística, também a crise na linguagem da edificação se pode considerar “*uma crise de contacto entre áreas linguísticas diferentes*” (242).

A aplicação da *consciência crítica*, numa visão eminentemente estruturalista, postula que “*‘estrutura’ e ‘história’ coincidem, no sentido de que todo o momento estrutural é explicável como consequência do anterior, e matriz do posterior*” (243). O ambiente antrópico deverá ainda ser lido como unitário, homogéneo e orgânico, tendo adquirido os seus caracteres por um mecanismo de auto-correcção: produto de uma colectividade agindo no espaço e no

tempo, as intervenções individuais integram-se num conjunto, cuja coerência se identifica como estruturação do ambiente e “*planificação espontânea*” (244).

O *processo tipológico* é considerado indispensável para a compreensão dos *tipos*, na medida em que estes estão ligados entre si e que cada *tipo* se explica pelo anterior e pelo que se lhe segue.

“O *processo tipológico* leva, com o tempo, a uma reprodução progressiva de estruturas, mais complexas, obtidas por sucessivas especializações das anteriores. Na remota base do processo encontramos estruturas de evidente carácter elementar, que chamamos, por isso, ‘*matrizes elementares*’. Estas, e as estruturas posteriores, ficam compreendidas no nível das componentes dos tipos mais complexos: daí a necessidade da contemplação crítica do processo tipológico para compreender as estruturas actuais desmontando a sua complexidade” (245).

Quatro fases, a percorrer gradualmente, equivalentes a escalas dimensionais, são preconizadas pelos autores, para a compreensão da evolução dos tipos: edifícios como determinação de tipos de edificação; aglomerações como determinação de tecidos típicos; organismo de assentamento e urbano como determinação de conexões típicas entre aglomerações; organismo territorial como determinação de conexões de organismos de assentamento e urbanos concorrentes com organismos viários e produtivos (246).

Neste percurso, em primeiro lugar surge o tipo, derivado estatisticamente da edificação *a posteriori*, definido como conceito (síntese *a priori*) e afirma-se a necessidade de referir os tipos especializados à *edificação de base*. Aglomeração é definida como sistema numérico de edifícios, dos quais “*se examina o sistema de relações formadas durante a génese e posterior expansão, mediante os diferentes traçados dos sistemas de trajectos e a progressiva formação das subdivisões do tecido*” (247).

Área de pertença, definida como o espaço ocupado no território pelo edifício, será o equivalente ao *lote*.

O território é “*o espaço do homem ocupado globalmente pelo conjunto das suas actividades (deslocação, assentamento, produção, troca), segundo categorias de formação progressiva, referentes ao progressivo domínio do ambiente*” (248) e apropriação do território.

A recapitulação dos “*comportamentos antrópicos nas diferentes escalas*” (249) permite a identificação de *constantess*, no que respeita à organicidade de cada *tipo*.

A definição de *tipo* tem, no contexto desta metodologia, um carácter que importa definir, pelas suas implicações semânticas.

Relaciona-se com outras definições, sobretudo as de *consciência espontânea* e *consciência crítica*.

A primeira refere-se à “*aptidão de um sujeito para adaptar-se, na sua actuação, à essência cultural herdada*”. Há uma compreensão imediata e sintética do que convém na execução do edificado: “*os homens sempre construíram as suas casa por si mesmos, sem a intervenção do arquitecto, guiados pelo património de noções correlativas próprias de cada uma das áreas culturais, em cada momento histórico, segundo a determinada ‘cultura da edificação’ que espontaneamente contribuíram para transmitir e desenvolver*” (250).

Quanto à *consciência crítica*, é quase o contrário: surgida em períodos de crise, obriga a escolhas, que se fazem por dúvida, pois não há um modo próprio ou enraizado no saber fazer. Preconiza-se ainda um exercício da *consciência crítica* que passa pela adaptação ao mundo da *consciência espontânea*, “*recuperando o que se faria tendo continuado a actuar de acordo com ela*” (251). O que, embora possa constituir um exercício aliciante, dá lugar a questionar os resultados, sobretudo quando Cataldi, Maffei e Vaccaro põem uma outra hipótese (em 1997): “*percebe-se que a ‘salvação da crise’ não está na continuidade das tradições de construção locais piamente preservadas na memória cultural popular, tal como proposto por Cannigia, mas a capacidade da visão contemporânea para reconhecer novos significados naquelas tradições e dar-lhes uma nova vida*” (252). Hipótese esta consentânea com o que Umberto Eco também sugere, tal como referido a propósito de arquitectura e comunicação.

A definição de *tipo*, que Cannigia relaciona com a de *consciência espontânea*, devolve um objecto produzido no seio de uma cultura, num momento da sua evolução, jogando com os dados herdados dessa cultura, mas de forma inconsciente (253). O *tipo* identifica-se aqui com o *projecto mental, antecipação da realização física, conceito de casa*, cuja vinculação cultural lhe confere o carácter final de *tipo de edificação* (254).

Reforça-se, assim, a componente cultural ligada à produção da edificação nas anteriores definições de *tipo*.

2.7- Estrutura da dissertação e metodologias

Embora um conjunto de métodos gerais seja comum a todos os capítulos da pesquisa, bem como muitos pressupostos teóricos, acontece que, pela sua natureza, para cada um deles, individualmente ou em conjuntos, foram convocadas diferentes metodologias, optando-se, nesta exposição, por fazê-las coincidir com os respectivos capítulos.

- Estruturação geral e metodologias

A presente dissertação estrutura-se em três partes, de acordo com o seguinte esquema:

I- Tema e problemática

A primeira parte comporta os capítulos referentes à introdução e fundamentos teóricos e metodológicos, com os seguintes capítulos:

I. 1- Introdução

I. 2- Pressupostos teóricos e conceitos temáticos

II- Identidade saloia e Território

A segunda parte é constituída pelo corpo da dissertação e é composta por três capítulos:

II. 1- Saloios e Região Saloia

O primeiro diz respeito à caracterização da etnia saloia, suas supostas origens e território e caracterização cultural.

É composto pelos sub-capítulos:

II. 1. 1- Saloio: etimologia da palavra, origens e carácter das gentes. Recensão de autores

II. 1. 2- Delimitações geográficas: etnia e território

II. 1. 3- Identidade cultural saloia- síntese de traços essenciais

II. 2- Território e Povoamento

No segundo capítulo, caracteriza-se fisicamente a área abrangida pelos concelhos de Cascais e Oeiras, particularizando depois a pesquisa histórica quanto à evolução do povoamento, para Cascais e interior do seu concelho.

É constituído pelos seguintes sub-capítulos:

II. 2. 1- O Território: Elementos de Geografia Física

II. 2. 2- O povoamento do interior do concelho de Cascais- modelos e evolução da ocupação do território

II. 2. 3- Conclusões

II. 3- Pequenos núcleos históricos do interior: morfologia e arquitectura

O objecto do terceiro capítulo é a morfologia e arquitectura de duas povoações da freguesia de S. Domingos de Rana e território envolvente, como exemplo de aproximação a uma análise teórica e gráfica que tenha em conta os elementos da identidade cultural entretanto delineados e elencados.

Comporta sub-capítulos mais curtos e tematicamente mais unidos:

II. 3. 1- Algumas definições e uma metodologia

II. 3. 2- Povoamento e arquitectura: contributos para uma interpretação

II. 3. 3- Ensaio de análise cartográfica- aglomerados rurais- evolução morfológica

II. 3. 4- Ensaio de análise cartográfica- aglomerados rurais- morfologia e arquitectura

II. 3. 5- Conclusões

III- Conclusões

A terceira e última parte diz respeito às conclusões.

Bibliografia e anexos completam o conjunto.

No que respeita a metodologias, teremos:

- Em relação ao capítulo II.1: Saloios e Região Saloia

A presente pesquisa, no pressuposto da prevalência da *mediação da cultura* na produção do ambiente edificado e sobre a construção do território, estrutura-se de forma a dar resposta, num primeiro momento, à caracterização social, cultural e identitária dos protagonistas da acção— os saloios. O que se faz sobretudo através de uma bibliografia temática, proveniente das áreas da etnologia, etnografia, linguística, geografia humana, mas também da iconologia e antropologia das religiões, utilizando métodos comparativos (de informações, peças descritivas, opiniões), dedutivos e também indutivos, para constituir um conjunto lógico, ainda que incompleto, de caracterização cultural de uma etnia, num território, também ele delimitável.

Tem também como pressuposto que tudo decorre num território em construção que se constitui como suporte e parte integrante na definição de um *lugar*, no sentido de *locus*.

- Em relação ao capítulo II.2: Território e Povoamento

A caracterização física— geral e sintética— do território, é feita passando de uma escala que abrangia o equivalente à Área Metropolitana de Lisboa, para outra, confinada aos concelhos de Cascais e Oeiras. Os elementos são recolhidos em análises geográficas locais, sem a pretensão de utilizar métodos próprios das respectivas disciplinas e áreas científicas, mas apenas com a finalidade de fornecer o enquadramento físico mínimo à pesquisa. O método utilizado é descritivo e dedutivo.

A História, utilizada em larga escala no segundo sub-capítulo, começa por ser a história de um contexto alargado, para se vir concentrando gradualmente numa história local, na medida em que muda a escala dos protagonismos. Para o período Pré-histórico o recurso é a Arqueologia, mas trata-se sempre de uma história da evolução do povoamento, com as implicações quanto

à apropriação e uso do solo— com a evolução da propriedade e a economia, de onde não estão ausentes os aspectos culturais e os relativos à organização social nas várias épocas.

Os métodos gerais utilizados são o histórico *comparativo*, a par do dedutivo. A finalidade é a *identificação diacrónica de constantes* e a integração de *invariantes* no processo de análise e conclusões.

-Em relação ao capítulo **II.3: Pequenos núcleos históricos do interior: morfologia e arquitectura**

Os modelos teóricos para o desenvolvimento do capítulo, chegam pela via da geografia humana e da arquitectura vernacular saloia.

O percurso da pesquisa, iniciado com uma caracterização cultural referida a um território alargado, depois limitado ao concelho de Cascais, concentra-se, neste capítulo, numa pequena parcela de território do interior do concelho, culminando uma análise que vai do geral ao particular, mas cuja sequência poderá recomeçar, partindo das novas hipóteses surgidas e fazendo um percurso inverso.

A metodologia utilizada quanto à análise do suporte físico e morfologia do terreno foi deduzida da que se encontra expressa nos trabalhos desenvolvidos para a Área Metropolitana de Lisboa e Plano Verde de Lisboa, pelas equipas de especialistas, bem como de elementos de interpretação recolhidos noutros autores referidos no próprio capítulo. Os métodos gerais de análise cartográfica passam pela separação de níveis diferentes de informação— o relevo ou a hidrografia, por exemplo— para aplicação de outros métodos, sobretudo o *comparativo*, seja *diacrónico* ou *sincrónico*.

Constantes e *pré-existências* constituem os pontos fixos que articulam a análise, consubstanciada em interpretações gráficas, sobretudo no que se refere aos pequenos núcleos rurais no seu contexto próximo, incluindo ainda um quadro de *itens* de caracterização da evolução própria e de relações viárias com outros aglomerados e centros.

Já no que respeita à análise morfológica dos aglomerados, considerados como *unidades* coerentes, na metodologia utilizada conjugaram-se elementos decorrentes das abordagens da escola inglesa e da escola italiana.

Uma vez que a *Morfologia Urbana*, muito vinculada à cidade, dificilmente fornecia um modelo teórico de análise, julgou-se positivamente da utilidade da metodologia italiana, mais propriamente, a que se refere à análise do *processo tipológico*, (em que o *tipo* é a *constante* a considerar), utilizando, no entanto, os princípios de determinação (quanto possível) da evolução da célula mínima, o *lote*, em conjugação com a evolução e caracterização dos

espaços públicos, numa adaptação que tem em conta as particularidades do objecto em causa, algo entre o rural e o urbano, mas, de qualquer forma, um *assentamento humano*.

De assinalar que o método de determinação da evolução tipológica se baseia no facto de que cada *tipo* depende do que o antecedeu, condiciona e está presente no *tipo* seguinte.

A estrutura geral da análise segue um caminho inverso do preconizado por Cannigia na investigação sobre o ambiente antrópico: percurso que começa no território e acaba no aglomerado urbano-rural e na arquitectura. Em parte devido a esta inversão, o *processo tipológico*, tal como descrito, surge como modelo de interpretação dos resultados da análise morfológica, com incidências na arquitectura vernacular e levantando a hipótese de recolocar as teorias existentes quanto a tipologias da arquitectura doméstica saloia actualmente aceites. Os meios empíricos e indutivos de pesquisa, utilizados pela *Morfologia Urbana*, apesar de criticados pelo positivismo, parecem ser os mais indicados para o campo do comportamento humano (255).

No pressuposto da função comunicativa das expressões culturais em presença, o exercício da *consciência crítica* na interpretação dos fenómenos é feita tendo em conta, não só o contexto histórico e social, mas também o quadro de denotações— aspectos funcionais— e conotações— significados— eventualmente simbólicos, a elas inerentes.

- Tratamento das imagens

O texto e os elementos de análise cartográfica são complementados por imagens, agrupadas por títulos, dentro de cada sub-capítulo.

As imagens referem-se, obviamente, aos assuntos tratados nos textos. No entanto, o objectivo da maior parte é, para além de ilustrar a narrativa, servir de complemento e reforço às ideias, fundamentos ou conclusões a ela inerentes, acrescentando, de forma indutiva, informações complementares, podendo adiantar elementos que vêm a ser retomados nos textos.

-Fontes

- A bibliografia forneceu a maior parte das fontes escritas. Baseou-se a selecção bibliográfica na respectiva pesquisa, mas outros critérios foram utilizados, nomeadamente as recomendações da orientadora e de especialistas em alguns assuntos— por exemplo, nas áreas da etnografia, da arqueologia, da história local. Outro critério seguro foi a *bibliografia das bibliografias*, que se recolhe em cada publicação temática.

Sempre que possível, consultaram-se as obras na língua em que foram escritas ou uma boa tradução. No entanto, principalmente para os temas ligados à arquitectura e urbanismo, escasseiam as boas traduções e proliferam as edições brasileiras e castelhanas.

De referir que, nas transcrições para citação de textos em línguas diferentes do português, a tradução é da inteira responsabilidade da autora.

- Indagações, observações e pesquisas locais, abrangendo áreas mais extensas que as seleccionadas no estudo.
- Levantamento fotográfico de elementos relevantes.
- Utilização de documentos fotográficos cedidos por particulares.
- A cartografia sequencial, de várias épocas e proveniências, com destaque para a cartografia antiga, demonstrou potencialidades, não totalmente exploradas, para o reconhecimento e análise diacrónica dos fenómenos à escala do território, tendo-se revelado mais difíceis de interpretar a escalas mais minuciosas, por falta de detalhe e rigor.
- Recolha de documentos, pertencentes a particulares, relativos à paróquia de S. Domingos de Rana.
- Entrevistas, das quais se seleccionaram as que se apresentam em anexo.
- As fases exploratórias incluíram muitas conversas informais, com especialistas, informantes, conhecidos e desconhecidos; em encontros combinados, mas também muitas conversas de café e encontros fortuitos. Foram testemunhos não registados, mas que constituíram bases de reflexão e decisões; resultaram por vezes em descobertas importantes: tudo isso, sem dúvida, está implícito no que se pôde produzir. Tudo isso, porque profundamente humano, é que constitui a *alma* da pesquisa, se, porventura, em justiça, ela puder ser reconhecida.

Notas a I- Tema e Problemática

- 1- MORIN, Edgar; BOCCHI, Gianluca; CERUTTI, Mauro – **Os Problemas do Fim de Século**. 3ª Ed., Lisboa: Editorial Notícias, 1990, p. 6
- 2- MAGALHÃES, Manuela Raposo *et al.*- Morfologia da Paisagem. **Complexidade da paisagem metropolitana**. In TENEDÓRIO, José António (Dir.) – **Atlas da Área Metropolitana de Lisboa**. Lisboa: AML, 2003, p. 77
- 3- LOPES, Flávio; CORREIA, Miguel Brito - **Património Arquitectónico e Arqueológico (Cartas, Recomendações e Convenções Internacionais)**. 1ª Ed., Lisboa: Livros Horizonte, 2004, p. 23-39
- 4- CROFT, Vasco - **Arquitectura e Humanismo: o papel do arquitecto, hoje, em Portugal**. 1ª Ed. Lisboa: Terramar Editores, 2001, p. 71
- 5- CROFT, ref 4, p.159: acerca das negociações da C.M.C. com A. Santo para implementação do Programa PER.
 - Na sequência dessas negociações, a freguesia de S. Domingos de Rana foi invadida por edificação de densidades muito superiores ao previsto no PDM e construções em áreas com outros destinos.
- 6- Resolução do Conselho de Ministros nº 96/97: Ratifica o Plano Director Municipal de Cascais. REPÚBLICA PORTUGUESA. Diário da República, 19 de Junho 1997, Série I-B, Nº 139, p. 2970-2999
- 7- CARVALHO, Jorge – **Ordenar a Cidade**. 1ª Ed. Coimbra: Quarteto Editora, 2003, p. 18
- 8- CARVALHO, ref 7, p. 19
- 9- CARVALHO, ref 7, p. 19
- 10- CARVALHO, ref 7, p. 19
- 11- CARVALHO, ref 7, p. 19
- 12- CARVALHO, ref 7, p. 20
- 13- CARVALHO, ref 7, p. 197
- 14- CARVALHO, ref 7, p. 134: o autor refere o aumento exponencial da percentagem de edifícios habitacionais de grande dimensão (10 e mais fogos) nas cidades portuguesas, a partir de 1981
- 15- CARVALHO, ref 7, p. 248
- 16- Regulamento do PDM, Secção IV, artº nº 78 nº 79
- 17- TELLES, Gonçalo Ribeiro (Coord.)- **Plano Verde de Lisboa**. Lisboa: Edições Colibri, 1997, p. 11
- 18- TELLES, ref 17, p.12
- 19- TELLES, ref 17, p.20-21
- 20- TELLES, ref 17, p.19: o conceito de “continuum naturale”, definido e descrito na Lei de Bases do Ambiente, foi difundido em Portugal pelo Prof. Francisco Caldeira Cabral, a partir de 1940. É o “*sistema contínuo de ocorrências naturais que constituem o suporte da vida silvestre e da manutenção do potencial genético e que contribui para o equilíbrio estabelecido do território*”
- 21- TELLES, ref 17, p. 21
- 22- TELLES, ref 17, p. 48
- 23- TELLES, ref 17, p. 48
- 24- TELLES, ref 17, p. 48
- 25- TELLES, ref 17, p. 49
- 26- TELLES, ref 17, p. 51
- 27- TELLES, ref 17, p. 52
- 28- TELLES, ref 17, p. 57
 - TELLES, ref 17, p. 61: é referida a prática do planeamento que, nas cidades europeias, inclui a defesa da continuidade das estruturas verdes ecológicas, também em ambiente urbano e que tende a evoluir em sentidos contraditórios.
- 29- ANASTÁCIO, Maria Amélia Cabrita- **O Fenómeno do Crescimento Suburbano no século XX: Raízes e motivações**. Lisboa, 2005. Trabalho apresentado na disciplina de Teoria do Desenho Urbano Contemporâneo, p. 68
- 30- TELLES, ref 17, p. 145
- 31- TELLES, ref 17, p. 156
- 32- TELLES, Gonçalo Ribeiro - **A Integração Campo/Cidade**. Povos e Culturas, A Cidade em Portugal: Onde se Vive, 1987, nº2, p. 421-444
- 33- TELLES, ref 17, p. 157
- 34- TELLES, ref 32, p. 443
- 35- TELLES, ref 32, p. 443
- 36- DERRUAU, Max - **Geografia Humana**. 1ª Ed. Vol. II Trad. Arlindo Mota, Lisboa: Editorial Presença, 1973, p.169: definição de modo de vida, como o conjunto de hábitos pelos quais a colectividade ou grupo que os

prática assegura a sua subsistência, pela caça, pesca, agricultura, etc. Integra os meios materiais e processos de trabalho e também o conjunto de regras sociais que asseguram a coesão do grupo.

37- O que se passou no século XX no interior rural teve efeitos idênticos aos de uma colonização, com a destruição de uma cultura autóctone.

38- JASPERS, Karl – **Iniciação Filosófica**. 9ª Ed., Lisboa: Guimarães Editores, 1998, p.125

39- JASPERS, ref 38, p. 125

40- JASPERS, ref 38, p. 78

41- JASPERS, ref 38, p. 78

42- JASPERS, ref 38, p. 95: no contexto da vida de Karl Jaspers, expulso de Heidelberg pelo nazismo nos anos de 1930, a leitura da história também se fazia pela contemplação nostálgica de um passado de magnificências “*conservando viva essa recordação e, ao mesmo tempo, contemplando as calamidades em que tudo se subverteu*”

43-SOLÀ-MORALES, Ignasi – **Diferencias. Topografía e la arquitectura contemporánea**. 3ª Ed. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SA, 1998, p. 11

44- SOLÀ-MORALES, ref 43, p.11: Siegfried Giedion como figura paradigmática do militantismo das vanguardas e da necessidade de vencer uma sociedade não preparada para as novas propostas.

- Facto que, em Portugal, só virá a ganhar alguma expressão pública a partir de 1940

45- SOLÀ-MORALES, ref 43, p. 13

46- SOLÀ-MORALES, ref 43, p. 12

47- SOLÀ-MORALES, ref 43, p. 13: Arquitectura que, por seu lado, se revela incapaz de defender e justificar as suas propostas...

48- SOLÀ-MORALES, ref 43, p. 15

49- Incluindo a recuperação mais recente de valores do Movimento Moderno, num contexto que não integra esta pesquisa.

50- MONTANER, Josep Maria – **A Modernidade Superada: arquitectura, arte e pensamento do século XX**. Trad. Esther Pereira da Silva e Carlos Muñoz Gallego. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SA, 1997

- MONTANER, Josep Maria – **Arquitectura y Crítica**. 3ª Ed. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SA, 2002

51- PIAGET, Jean - **A situação das ciências do homem no sistema das ciências**. Trad. Isabel Cardigos do Reis, 1ª Ed., Amadora: Livraria Bertrand, 1970, p. 68

52- PIAGET, ref 51, p. 68

53- PIAGET, ref 51, p. 11

- MORIN, Edgar – **Introdução ao Pensamento Complexo**. 4ª Ed., Lisboa: Instituto Piaget, 2003, p.8-10: o autor desenvolve a ideia da necessidade de incluir o conceito de complexidade na ciência e no pensamento, em primeiro lugar, porque a própria natureza e a vida não se compadecem com os ditames do racionalismo, da análise por partes e da simplificação forçada. Reconhecendo o princípio da incompletude e da incerteza, “*o pensamento complexo é animado por uma tensão permanente entre a aspiração a um saber não parcelar, não fechado, não redutor e o reconhecimento do inacabamento, da incompletude de todo o conhecimento*”.

- Longe de contradizer o estruturalismo, o autor admite os seus princípios e metodologias, pois, em relação a Piaget, diz o autor: “*parece subestimado nos meus livros quando na verdade se trata de um autor crucial. Encontra-se na encruzilhada das ciências humanas, da biologia, da psicologia e da epistemologia*” (p. 166). Sendo partidário do construtivismo de Piaget, diz que este falha por não admitir a existência de forças complexas inatas organizadoras para que haja aptidões para conhecer e aprender. Pode dizer-se que a introdução do *pensamento complexo* vem dar uma nova dimensão, de realismo, humanidade e fecundidade, ao estruturalismo.

54- PIAGET, ref 51, p. 12

55- LÉVI-STRAUSS, Claude - **Mito e Significado**. 1ª Ed., Lisboa: Edições 70, 1979, p. 20

56- LÉVI-STRAUSS, ref 55, p.21

57- LÉVI-STRAUSS, ref 55, p.21

58- LÉVI-STRAUSS, ref 55, p.24

59- LÉVI-STRAUSS, ref 55, p.24

60- ROSSI, Aldo - **A Arquitectura da Cidade**. 1ª Ed., Lisboa: Edições Cosmos, 2001, p. 34

61- HALL, Edward T. – **A Dimensão Oculta**. Trad. Miguel Serras Pereira, 1ª Ed., Lisboa: Relógio d'Água, 1986, p.121-123: o autor adianta que “*até ao século XVIII, as divisões não tinham funções fixas nas casa europeias. Os membros da família não podiam isolar-se como hoje fazem. Não existiam espaços privados ou especializados. as pessoas estranhas à casa entravam e saíam à vontade, enquanto as camas e as mesas se armavam ou desarmavam segundo o humor ou apetite dos ocupantes. As crianças eram vestidas e tratadas como pequenos adultos*” A própria estrutura familiar evolui, a partir do século XVIII, com a especialização progressiva e organização dos espaços domésticos.

62- HALL, ref 61, p.213

63- HALL, ref 61, p.213

64- GUIRAUD, Pierre – **A Semiologia**. Trad. Filipe C. M. Silva, 1ª Ed., Lisboa: Editorial Presença, 1973, p.33

- 65- ECO, Humberto – **La Estructura Ausente**. 1ª Ed. Barcelona: Lumen, 1975, p. 323
- 66- GUIRAUD, ref 64, p. 7: a semiologia é a ciência que estuda os sistemas de signos: linguagens, códigos, sinalizações, etc. A semiologia foi concebida por Ferdinand de Saussure como “*a ciência que estuda a vida dos signos no seio da vida social*”.
- 67- GUIRAUD, ref 64, p. 59
- 68- ECO, ref 65, p. 324
- 69- ECO, ref 65, p. 326
- 70- ECO, ref 65, p. 333
- 71- ECO, ref 65, p. 333
- 72- ECO, ref 65, p. 334
- 73- ECO, ref 65, p. 341: o autor considera, por um lado, tanto as *denotações* como as *conotações* igualmente *funcionais* e por outro, *primário e secundário* não correspondem a diferentes graus de importância.
- 74- ECO, ref 65, p. 347
- É generalizado o conhecimento das experiências de dificuldades de adaptação de migrantes rurais ou nómadas às condições das habitações modernas, por exemplo, no uso das peças sanitárias.
- 75- ECO, ref 65, p. 348
- 76- ECO, ref 65, p. 349
- 77- ECO, ref 65, p. 350
- 78- ECO, ref 65, p. 350
- 79- ECO, ref 65, p. 350
- 80- ECO, ref 65, p. 350
- 81- ECO, ref 65, p. 351
- 82- ECO, ref 65, p. 351: o autor relaciona ainda este fenómeno com o da *Pop-Art e ready made surrealista*, que implicam a descontextualização dos signos, dando-lhes novos significados.
- 83- ECO, ref 65, p. 353
- 84- ECO, ref 65, p. 355
- 85- NORBERG-SHULZ, Christian – **A Paisagem e a obra do homem**. Arquitectura, 1968, nº 102, p. 52
- 86- NORBERG-SHULZ, ref 85, p. 52
- 87- NORBERG-SHULZ, ref 85, p. 72
- 88- NORBERG-SHULZ, ref 85, p. 56
- 89- NORBERG-SHULZ, ref 85, p. 56
- 90- NORBERG-SHULZ, ref 85, p. 56
- 91- NORBERG-SHULZ, ref 85, p. 58
- 92- NORBERG-SHULZ, ref 85, p. 58
- 93- NORBERG-SHULZ, ref 85, p. 58
- CORBUSIER, Le – **Maneira de Pensar o Urbanismo**. 2ª Ed. Lisboa: Publicações Europa-América, 1977
- 94- NORBERG-SHULZ, ref 85, p. 58
- 95- NORBERG-SHULZ, ref 85, p. 58
- 96- MONTANER, Josep Maria – **Arquitectura y Crítica**. 3ª Ed. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SA, 2002, p. 63
- 97- MONTANER, ref 96, p.63
- 98- NORBERG-SHULZ, Christian - **Genius Loci: Paesaggio, Ambiente, Architettura**. Trad. de Anna Maria Norberg-Schulz. 2ª Ed., Milão: Gruppo Editoriale Electa, 1992, p.5
- 99- NORBERG-SHULZ, ref 98, p. 63
- 100- NORBERG-SHULZ, ref 98: trata-se da data indicada no prefácio.
- 101- ROSSI, ref 60
- 102- ROSSI, ref 60, p. 151
- 103- NORBERG-SHULZ, ref 98, p. 18
- 104- NORBERG-SHULZ, ref 98, p. 18
- 105- NORBERG-SHULZ, ref 98, p. 18
- 106- NORBERG-SHULZ, ref 98, p. 18
- 107- NORBERG-SHULZ, ref 98, p. 18
- 108- NORBERG-SHULZ, ref 98, p. 6
- 109- NORBERG-SHULZ, ref 98, p. 6: Le Corbusier admite o papel da emoção na avaliação da arquitectura, em *Vers une architecture*, 1926: “*a emoção arquitectónica verifica-se quando a obra ressoa dentro de nós em harmonia com um universo a cujas leis tributamos obediência, fé e respeito*” (o autor não indica elementos bibliográficos).
- 110- NORBERG-SHULZ, ref 98, p. 5
- 111- NORBERG-SHULZ, ref 98, p. 5

- 112- NORBERG-SHULZ, ref 98, p. 5: o pensamento de Heidegger funcionou para o autor como catalizador, que tornou possível o livro, nomeadamente a obra:
-HEIDEGGER, Martin- **Que é uma coisa?: Doutrina de Kant dos princípios transcendentais**. Trad. Carlos Morujão. Lisboa: Edições 70, 1992
- 113- NORBERG-SHULZ, ref 98, p. 5
- 114- NORBERG-SHULZ, ref 98, p. 5
- 115- NORBERG-SHULZ, ref 98, p. 5
- 116- HEIDEGGER, Martin – **Ser e Tempo**. Parte I. Trad. Márcia de Sá Cavalcante. 4ª Ed., Petrópolis: Vozes, 1993, p. 90-98
- 117- LYNCH, Kevin – **A Imagem da Cidade**. 1ª Ed., Lisboa: Edições 70, 2003
- 118- PORTOGHESI, Paolo – **Después de la Arquitectura Moderna**. 1ª Ed., Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SA, 1981
- 119- VENTURI, Robert – **Complejidad y Contradicción en la Arquitectura**. 1ª Ed., Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SA, 1972
- 120- ROSSI; ref 60, p.151
- 121- ROSSI; ref 60, p.151
- 122- ROSSI; ref 60, p.151
- 123- ROSSI; ref 60, p.156
- 124- ROSSI; ref 60, p.157
- 125- ROSSI; ref 60, p.192: o autor baseia-se também na obra:
- HALBWACHS, Maurice- **On collective memory**. Chicago: The University of Chicago Press, 1992
- 126- ROSSI; ref 60, p.192
- 127- ROSSI; ref 60, p.193
- 128- LYNCH, Kevin- **De qué tiempo es este lugar?** Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1975
- 129- LYNCH, ref 128, p.148
- 130- LYNCH, ref 128, p.148
- 131- LYNCH, ref 128, p.148
- 132- LYNCH, ref 128, p.149
- 133- ELIADE, Mircea – **O Mito do Eterno Retorno**. 1ª Ed. Lisboa: Edições 70, 2000
- 134- LYNCH, ref 128, p.153
- 135- LYNCH, ref 128, p.153
- 136- ELIADE, ref 133, p. 56-57
- 137- LYNCH, ref 128, p.153
- 138- ELIADE, ref 133, p. 59
- 139- LYNCH, ref 128, p.149
- 140- LYNCH, ref 128, p.149
- 141- LYNCH, ref 128, p.152
- 142- LYNCH, ref 128, p.153
- 143- GOITIA, Fernando Chueca- **Invariantes castizos de la Arquitectura Española**. 1ª Ed. Madrid: Editorial Dossat, S. A., 1947, p. 12
- 144- DICIONÁRIO DE HISTÓRIA RELIGIOSA DE PORTUGAL. P-V Apêndices. Dir. de Carlos Moreira Azevedo Lisboa: Círculo de Leitores; Lisboa: UCP, 2001, p. 297
- 145- DICIONÁRIO DE HISTÓRIA RELIGIOSA DE PORTUGAL, ref 144, p. 298
- 146- ROSSI; ref 60, p. 49
- 147- ROSSI; ref 60, p. 50
- 148- MARAT-MENDES, Teresa – **The Sustainable Urban Form: A Comparative Study in Lisbon, Edinburgh and Barcelona**. Thesis submitted to the University of Nottingham for the degree of Doctor of Philosophy. Nottingham, Fevereiro de 2002, p.8
- 149- WHITEHAND, J. W. R. - **British urban morphology: the Conzenian tradition**. Urban Morphology. Journal of the International Seminar on Urban Form, 2001, nº 5, vol. 2, p. 103
- 150- MOUDON, Anne Vernez- **Urban morphology as an emerging interdisciplinary field**. Urban Morphology. Journal of the International Seminar on Urban Form, 1997, nº 1, p. 3
- 151- LÉVI-STRAUSS, Claude – **Tristes Trópicos**. 1ª Ed., Lisboa: Edições 70, 1993, p.113
- 152- MOUDON, ref 150, p. 3
- 153- ROSSI; ref 60, p. 61
- 154- RATCLIF, Richard U. -**The dinamicy of efficiency in the locational distribution of urban activities**. Reading in Urban Geography, 1959, p. 299. Cit. por ROSSI, ref 60, p. 62
- 155- GAUTHIEZ, Bernard- **The history of urban morphology**. Urban Morphology. Journal of the International Seminar on Urban Form, 2004, nº 8, vol. 2, p. 71-89
- 156- GAUTHIEZ, ref 155, p. 71

- 157- GAUTHIEZ, ref 155, p. 72
158- ROSSI; ref 60, p. 53
159- GAUTHIEZ, ref 155, p. 72
160- GAUTHIEZ, ref 155, p. 72: regular, correspondendo à existência de um plano e irregular, fruto da iniciativa individual.
161- GAUTHIEZ, ref 155, p. 73
162- GAUTHIEZ, ref 155, p. 73
163- GAUTHIEZ, ref 155, p. 73
164- GAUTHIEZ, ref 155, p. 73
165- GAUTHIEZ, ref 155, p. 73
166- GAUTHIEZ, ref 155, p. 74
167- GAUTHIEZ, ref 155, p. 75
168- GAUTHIEZ, ref 155, p. 75
169- GAUTHIEZ, ref 155, p. 75
170- GAUTHIEZ, ref 155, p. 75
171- GAUTHIEZ, ref 155, p. 75
172- GAUTHIEZ, ref 155, p. 76
173- GAUTHIEZ, ref 155, p. 76
174- GAUTHIEZ, ref 155, p. 76: Em Itália distingue-se Giovannoni; no período entre as duas guerras continuam os estudos na linha de influência de Fritz; a Alemanha do pós-guerra continua a tradição, dando origem a duas escolas, independentes das italiana e inglesa.
175- GAUTHIEZ, ref 155, p. 76: escola que surge na sequência de novas ideias, desenvolvidas entre arquitectos empenhados na reabilitação de centros históricos. Entre eles, é de referir a influência de Piccinato, através do ensino nas universidades de Nápoles, Veneza e Roma, bem como de Giovannoni e Trincanato.
176- GAUTHIEZ, ref 155, p. 76
177- GAUTHIEZ, ref 155, p. 76
178- GAUTHIEZ, ref 155, p. 76
179- GAUTHIEZ, ref 155, p. 77
180- GAUTHIEZ, ref 155, p. 77
181- GAUTHIEZ, ref 155, p. 77
182- GAUTHIEZ, ref 155, p. 77
183- GAUTHIEZ, ref 155, p. 78: sobretudo Stübben.
184- GAUTHIEZ, ref 155, p. 80
185- GAUTHIEZ, ref 155, p. 78
186- GAUTHIEZ, ref 155, p. 78
187- GAUTHIEZ, ref 155, p. 78
188- BLOCH, Marc- **Introdução à História**. Ed. revista por Étienne Bloch. Trad. de Maria Manuel, Rui Grácio e Vítor Romaneiro. 1ª Ed. (crítica). Mem Martins: Publicações Europa América, 1997
189- GAUTHIEZ, ref 155, p. 79
190- GAUTHIEZ, ref 155, p. 82
191- GAUTHIEZ, ref 155, p. 82
192- MOUDON, ref 150, p. 4
193- MOUDON, ref 150, p. 4
194- MOUDON, ref 150, p. 4
-WHITEHAND, J.W.R.; CARR, C.M.H.- **Twentieth-century suburbs: A morphological approach**. Oxford: Alexandrine Press, 2001
195- MOUDON, ref 150, p. 4
196- MOUDON, ref 150, p. 4: Entre eles contam-se Giancarlo Cataldi, Gian Luigi Maffei, Maria Grazia Corsini, Paolo Maretto, Giuseppe Strappa e outros.
197- MOUDON, ref 150, p. 5
198- MOUDON, ref 150, p. 5
199- MOUDON, ref 150, p. 6
200- MOUDON, ref 150, p. 5: a autora diz que Rossi não refere a influência de Muratori no seu trabalho, o que, de facto, aconteceu.
201- MOUDON, ref 150, p. 5
202- MOUDON, ref 150, p. 6
203- MOUDON, ref 150, p. 6
204- MOUDON, ref 150, p. 7
205- MOUDON, ref 150, p. 7
206- MOUDON, ref 150, p. 7

- 207- MOUDON, ref 150, p. 7
208- MOUDON, ref 150, p. 7
209- MOUDON, ref 150, p. 7
210- AYMONINO, Carlo – **El Significado de las Ciudades**. 1ª Ed. Madrid: H. Blume Ediciones, 1981, p.17
211- AYMONINO, ref 210, p. 18
212- AYMONINO, ref 210, p. 18
213- AYMONINO, ref 210, p. 17
214- AYMONINO, ref 210, p. 18
215- AYMONINO, ref 210, p. 113: exemplo de Durand, cuja teoria combinatória (trata-se de lições de arquitectura) se desenvolve combinando entre si, de todos os modos possíveis, os elementos de edificação dados. Este desenvolvimento realiza-se de forma abstracta primeiro, para depois passar a combinações que têm em conta os usos.
- BENEVOLO, Leonardo – **Historia de la Arquitectura Moderna**. 8ª Ed., Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SA, 2002, p. 39-40: exemplos de plantas e fachadas obtidas pelo método descrito
- **Théorie de l'Architecture: de la Renaissance à nos jours**. Prefácio de Bernd Evers. 1ª Ed. Colónia: Taschen, 2006, p. 200-205: descrição e ilustração do método de projecto de Jean-Nicolas-Lois Durand (1760-1835).
216- ROSSI; ref 60, p. 53
217- **Théorie de l'Architecture: de la Renaissance à nos jours**, ref 215, p. 98-103
218- ROSSI; ref 60, p. 53
- **Théorie de l'Architecture: de la Renaissance à nos jours**, ref 215, p. 98-103: identificando funcionalidade e beleza (dir-se-ia um Corbusier do século XVII), Milizia preconiza que a arquitectura seja: racionalista; funcionalista; “*falante*”, quer dizer, significativa; filosófica...
219- AYMONINO, ref 210, p. 114
220- AYMONINO, ref 210, p. 114: os edifícios que são descritos, entre a segunda metade de 1800 e princípios de 1900, como realizações positivas, são escolas, hospícios, cárceres e banhos públicos...trata-se, sobretudo, de dar um aspecto *civil* à fealdade da cidade industrial.
221- AYMONINO, ref 210, p. 104
222- QUINCY, Quatremère de- *Architecture, Encyclopedie méthodique*. 3 Vol. Paris, 1788-1825. Cit. por AYMONINO, ref 210, p. 104, (sem indicações bibliográficas completas)

- ARGAN, Giulio Carlo- **Project et destin: art, architecture, urbanisme**. 1ª Ed. Trad. Elsa Bonan. Châtillon: Les Editions de la Passion, 1993. Cit por ROSSI; ref 60, p. 54: Argan retoma, de acordo com Rossi, a teoria de Quatremère de Quincy de forma interessante.
223- ROSSI; ref 60, p. 53
224- AYMONINO, ref 210, p. 105
225- ROSSI; ref 60, p. 53
- AYMONINO, ref 210, p. 105
226- AYMONINO, ref 210, p. 105
227- ROSSI; ref 60, p. 54
228- ROSSI; ref 60, p. 54
229- ROSSI; ref 60, p. 54
230- Tradução um pouco literal do italiano, possivelmente com o acordo do autor, mas que julgamos não ser corrente em português.
231- ROSSI; ref 60, p. 54
232- ROSSI; ref 60, p. 54: interpretam-se assim os dois momentos de que fala o texto, sendo o segundo aquele em que o tipo, como constante, reage “*dialecticamente com a técnica, com as funções, com o estilo, com o carácter colectivo e o momento individual do facto arquitectónico*”
- ROSSI; ref 60, p. 55
- Mas Rossi parece ir mais longe na reflexão quanto ao carácter a atribuir ao conceito de *tipo*: este constituiria “*a própria ideia de arquitectura, o que está mais perto da sua essência*”. Embora reconhecendo as profundas diferenças e a variedade de soluções presentes, por exemplo, na habitação, Rossi parece ceder a uma grande intuição, quando diz: “*Inclino-me a crer que os tipos da casa de habitação não tenham mudado da antiguidade até hoje*”.
233- CANIGGIA, Gianfranco; MAFFEI, Gian Luigi – **Tipologia de La Edificacion**. 1ª Ed. Madrid: Celeste Ediciones, 1995
234- CANIGGIA, ref 233, p. 11
235- CANIGGIA, ref 233, p. 11-12
236- CANIGGIA, ref 233, p. 12
237- CANIGGIA, ref 233, p. 13
238- CANIGGIA, ref 233, p. 13

239- CANIGGIA, ref 233, p. 13: a situação actual passa por um individualismo em que cada um ignora o que faz o vizinho, com uma falta absoluta de consciência de estar a contribuir para a construção de um ambiente global; os arquitectos preocupam-se unicamente em afirmar a singularidade da sua obra entre outras mil, num panorama que é um amontoado indefinido de “*objectos aparentemente distintos*”.

240- CANIGGIA, ref 233, p. 14: o interesse pela edificação surgiu, como excepção, em 1954, com Muratori, nos cursos de Veneza e nos estudos sobre a mesma cidade.

241- CANIGGIA, ref 233, p. 14: os autores tomam noções da área da linguística, nomeadamente o que respeita à formação da língua, que, no caso italiano, é o resultado da aceitação, no latim generalizado, da sobrevivência linguística dos dialectos; os momentos de crise identificam-se com momentos de expansão ou de localização, de incremento ou perda.

242- CANIGGIA, ref 233, p. 15: a história da arquitectura mostra exemplos de crises deste tipo, nomeadamente quando na Europa mediterrânea o gótico do norte, associado às estruturas de madeira, se vem sobrepor ao românico, cuja matriz são as paredes-mestras. A crise virá a agudizar-se com a adopção dos exotismos, a partir do século XVIII, criando a confusão de linguagens que atingem o paroxismo, no século XIX com os neo- gótico, neo-românico, etc.

243- CANIGGIA, ref 233, p. 18

244- CANIGGIA, ref 233, p. 18-19

245- CANIGGIA, ref 233, p. 20

246- CANIGGIA, ref 233, p. 21

247- CANIGGIA, ref 233, p. 21

248- CANIGGIA, ref 233, p. 21

249- CANIGGIA, ref 233, p. 21

250- CANIGGIA, ref 233, p. 24

- RUDOFISKY, Bernard- **Architecture without architects: a short introduction to non-pedigreed architecture**. 8ª Ed. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2003: o livro corresponde a uma exposição no MOMA de Nova Iorque entre Novembro de 1964 e Fevereiro de 1965. O autor (da organização da exposição e do livro), diz que a arquitectura “*non- pedigree*” é tão pouco familiar que nem têm nome para ela. Objectiva a filosofia e saber dos construtores anónimos e releva a arte de construir como um fenómeno universal, que começa, de forma simbólica, na Bíblia, com Henoc—o primeiro homem que constrói uma cidade.

“*Fruto da actividade espontânea e continuada de um grupo com uma herança comum, agindo no contexto da experiência da comunidade*”, a arquitectura é reconhecida como produto da inteligência humana aplicada a “*modos de vida*”.

251- CANIGGIA, ref 233, p. 26

252- CATALDI, Giancarlo; MAFFEI, Gian Luigi; VACCARO, Paolo- **The Italian school of process typology**. Urban Morphology. International Seminar on Urban Form, 1997, nº1, p. 52

253- CANIGGIA, ref 233, p. 28: neste ponto os autores referem o mesmo significado já mencionado por Aymonino em relação à *tipologia de edificação* do século XIX.

254- CANIGGIA, ref 233, p. 29

255- MOUDON, ref 150, p. 9

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANASTÁCIO, Maria Amélia Cabrita- **O Fenómeno do Crescimento Suburbano no século XX: Raízes e motivações**. Lisboa, 2005. Trabalho apresentado na disciplina de Teoria do Desenho Urbano Contemporâneo, sob a orientação da Doutora Teresa Marquito Marat-Mendes, Professora Auxiliar, ISCTE

ARGAN, Giulio Carlo- **Project et destin: art, architecture, urbanisme**. 1ª Ed. Trad. Elsa Bonan. Châtillon: Les Editions de la Passion, 1993, 280 p. ISBN 2-906229-18-0

AYMONINO, Carlo- **El Significado de las Ciudades**. Trad. Francisco Pol Mendez. 1ª Ed. Madrid: H. Blume Ediciones, 1981, 364 p. (Col. Biblioteca Basica de Arquitectura) ISBN 84-7214-231-0

BENEVOLO, Leonardo- **Historia de la Arquitectura Moderna**. 8ª Ed. Trad. Mariuccia Galfetti et al., Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SA, 2002, 1196 p. ISBN 84-252-1793-8

BLOCH, Marc- **Introdução à História**. Ed. revista por Étienne Bloch. Trad. de Maria Manuel, Rui Grácio e Vítor Romaneiro. 1ª Ed. (crítica). Mem Martins: Publicações Europa América, 1997, 289 p.

CANIGGIA, Gianfranco; MAFFEI, Gian Luigi – **Tipologia de La Edificacion**. 1ª Ed. Madrid: Celeste Ediciones, 1995, 192 p. ISBN: 84-8211-000-4

CARVALHO, Jorge – **Ordenar a Cidade**. 1ª Ed. Coimbra: Quarteto Editora, 2003, 566 p. ISBN: 972-8717-60-1

CATALDI, Giancarlo; MAFFEI, Gian Luigi; VACCARO, Paolo- **The Italian school of process typology**. Urban Morphology. International Seminar on Urban Form, 1997, nº1, p. 49-63. ISSN 1027-4278

CORBUSIER, Le – **Maneira de Pensar o Urbanismo**. Francisco Lyon de Castro (Ed.) 2ª Ed. Lisboa: Publicações Europa-América, 1977, 211 p. (Coleção Saber)

CROFT, Vasco - **Arquitetura e Humanismo: o papel do arquitecto, hoje, em Portugal**. 1ª Ed. Lisboa: Terramar Editores, 2001, 321 p. ISBN: 972-710-294-8

DERRUAU, Max - **Geografia Humana**. Trad. Helena A. Lopes; Carlos D'Almeida Sampaio 1ª Ed. Vol. I. Lisboa: Editorial Presença, 1973, 502 p.

DICIONÁRIO DE HISTÓRIA RELIGIOSA DE PORTUGAL. P-V Apêndices. Carlos Moreira Azevedo (Dir.). Lisboa: Círculo de Leitores; Lisboa: UCP, 2001.632 p. ISBN 972-42-2459-7

ECO, Humberto – **La Estructura Ausente**. 1ª Ed. Barcelona: Lumen, 1975, 479 p.

ELIADE, Mircea – **O Mito do Eterno Retorno**. 1ª Ed. Lisboa: Edições 70, 2000, 174 p. ISBN: 972-44-0482-X

GAUTHIEZ, Bernard- **The history of urban morphology**. Urban Morphology, 2004, nº 8, vol. 2, p. 71-89. ISSN 1027-4278

GOITIA, Fernando Chueca- **Invariantes castizos de la Arquitectura Española**. 1ª Ed. Madrid: Editorial Dossat, S. A., 1947, 103 p.

GUIRAUD, Pierre – **A Semiologia**. Trad. Filipe C. M. Silva, 1ª Ed., Lisboa: Editorial Presença, 1973, 147 p.

HALL, Edward T. – **A Dimensão Oculta**. Trad. Miguel Serras Pereira. 1ª Ed., Lisboa: Relógio d'Água, 1986, 230 p.

HEIDEGGER, Martin- **Que é uma coisa?: Doutrina de Kant dos princípios transcendentais**. Trad. Carlos Morujão. 1ª Ed. Lisboa: Edições 70, 1992, 237 p. ISBN 972-44-0749-7

HEIDEGGER, Martin – **Ser e Tempo**. Parte I. Trad. Márcia de Sá Cavalcante. 4ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1993, 325 p. (Coleção Pensamento Humano) ISBN: 85-326-0947.3

JASPERS, Karl – **Iniciação Filosófica**. Trad. Manuela Pinto dos Santos. 9ª Ed. Lisboa: Guimarães Editores, 1998, 171 p. ISBN: 972-665-168-9

LÉVI-STRAUSS, Claude - **Mito e Significado**. Trad. António Marques Bessa. 1ª Ed. Lisboa: Edições 70, 1979, 93 p. (Coleção Perspectivas do Homem).

LÉVI-STRAUSS, Claude – **Tristes Trópicos**. Trad. Gabinete Literário de Edições 70. 1ª Ed. Lisboa: Edições 70, 1993, 399 p. ISBN: 972-44-0887-6

LOPES, Flávio; CORREIA, Miguel Brito - **Património Arquitectónico e Arqueológico (Cartas, Recomendações e Convenções Internacionais)**. 1ª Ed. Lisboa: Livros Horizonte, 2004, 319 p. ISBN: 972-24-1307-4

LYNCH, Kevin - **A Imagem da Cidade**. Trad. Maria Cristina Tavares Afonso. 1ª Ed. Lisboa: Edições 70, 2003, 205 p. (Coleção Arte e Comunicação) ISBN: 972-44-0379-3

LYNCH, Kevin - **De qué tiempo es este lugar?** Trad. Justo G. Baramendi. 1ª Ed. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1975, 285 p. (Colección Arquitectura y Crítica). ISBN 84-252-0853-X.

MAGALHÃES, Manuela Raposo *et al.*- Morfologia da Paisagem. **Complexidade da paisagem metropolitana**. In TENEDÓRIO, José António (Dir)- **Atlas da Área Metropolitana de Lisboa**. Lisboa: AML, 2003, p. 69 - 89

MARAT-MENDES, Teresa - **The Sustainable Urban Form: A Comparative Study in Lisbon, Edinburgh and Barcelona**. Thesis submitted to the University of Nottingham for the degree of Doctor of Philosophy. Nottingham, Fevereiro de 2002, 436 p.

MONTANER, Josep Maria- 1ª Ed. **A Modernidade Superada: arquitectura, arte e pensamento do século XX**. Trad. Esther Pereira da Silva e Carlos Muñoz Gallego. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SA, 1997, 220 p. ISBN: 84-252-1895-0

MONTANER, Josep Maria – **Arquitectura y Crítica**. 3ª Ed. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SA, 2002, 109 p. (G.G. Básicos) ISBN 84-252-1768-7

MORIN, Edgar; BOCCHI, Gianluca; CERUTTI, Mauro - **Os Problemas do Fim de Século**. Trad. Cascais Franco. 3ª Ed. Lisboa: Editorial Notícias, 1990, 219 p. ISBN: 972-46-0552-3

MORIN, Edgar- **Introdução ao Pensamento Complexo**. Trad. Dulce Matos. 4ª Ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2003, 177 p. ISBN: 972-771-630-X

MOUDON, Anne Vernez- **Urban morphology as an emerging interdisciplinary field**. Urban Morphology, 1997, nº 1, p. 3-10. ISSN 1027-4278

NORBERG-SHULZ, Christian – **A Paisagem e a obra do homem**. Arquitectura, 1968, Nº 102, p. 52-58

NORBERG-SHULZ, Christian - **Genius Loci: Paesaggio, Ambiente, Architettura**. Trad. de Anna Maria Norberg-Schulz. 2ª Ed., Milão: Gruppo Editoriale Electa, 1992, 214 p.

PIAGET, Jean - **A situação das ciências do homem no sistema das ciências**. Trad. Isabel Cardigos do Reis, 1ª Ed., Amadora: Livraria Bertrand, 1970, 146 p.

PORTOGHESI, Paolo – **Después de la Arquitectura Moderna**. Trad. Mª Pilar Servitje de Llorens. 1ª Ed. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SA, 1981, 311 p. ISBN: 84-252-1079-8

RATCLIF, Richard U. -**The dynamics of efficiency in the locational distribution of urban activities**. Reading in Urban Geography, 1959, p. 299

REPÚBLICA PORTUGUESA. Diário da República, 19 de Junho 1997, Série I-B, Nº 139, p. 2970-2999

ROSSI, Aldo - **A Arquitectura da Cidade**. 1ª Ed., Lisboa: Edições Cosmos, 2001, 258 p. ISBN: 972-762-126-0

SOLÀ-MORALES, Ignasi de– **Diferencias. Topografía e la arquitectura contemporânea**. 3ª Ed. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SA, 1998, 185 p. ISBN: 84-252-1663-X

TELLES, Gonçalo Ribeiro - **A Integração Campo/Cidade**. Povos e Culturas, A Cidade em Portugal: Onde se Vive, 1987, nº2, p. 421-444

TELLES, Gonçalo Ribeiro (Coord.)- **Plano Verde de Lisboa**. Lisboa: Edições Colibri, 1997. 197 p. Componente do Plano Director Municipal de Lisboa. ISBN 972-8288-74-3

Théorie de l'Architecture: de la Renaissance à nos jours. Prefácio de Bernd Evers. 1ª Ed. Colónia: Taschen, 2006, 575 p. ISBN: 3-8228-5084-5

VENTURI, Robert - **Complejidad y Contradicción en la Arquitectura**. Introd. Vicent Scully; trad. Antón Aguirregoitia e Eduardo de Filipe. 1ª Ed. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SA, 1972, 234 p.

WHITEHAND, J. W. R.- **British urban morphology: the Conzenian tradition**. Urban Morphology, 2001, nº 5, vol. 2, p. 103-109

WHITEHAND, J.W.R.; CARR, C.M.H.- **Twentieth-century suburbs: A morphological approach**. Oxford: Alexandrine Press, 2001, 214 p. ISBN 0- 415- 25770-0

De Cascais até Oeiras,
De Sintra, Mafra até Loures,
Foi a região saloia
Manancial de valores.

O saloio foi calceteiro
Das calçadas de Lisboa,
Até da pedra mais má
Ele fazia a pedra boa.

Foi por ele abastecida
A velha Praça da Figueira,
Ele foi chuva no nabal
Ele foi sol em toda a eira.

Foi canteiro, quase escultor
Das estátuas da capital,
E passou despercebido
Foi simples e natural.

Ele foi o rei das azenhas
E dos moinhos de vento
E do pão alvo da esperança
Foi farinha e foi fermento

Foi o às da água-pé,
Queijadas e pera parda,
E cobrou pela factura
Um pouco mais do que nada.

O chiar das suas noras,
Em manhãs de calma,
Fazia das suas hortas
Um convite à poesia.

Ó meu saloio do passado,
Tenho saudades de ti,
Recordo emocionado
Um tempo que mal vivi.

Tires, Agosto de 1990
O SALOIO (1)

PARTE II- Identidade Saloia e Território

II. 1- Saloios e Região Saloia

-Introdução

A designação de *salioio* surge cada vez mais associada a um sentido depreciativo e associa-se, para o vulgo, a uma região que, sendo de limites incertos, ainda terá o seu centro imaginário algures, entre Mafra e Sintra, num interior que, aos olhos do cidadão e do habitante urbanizado, se resume a invariáveis circuitos turísticos de fim-de-semana. O caminhante menos avisado, saindo desses circuitos automóveis, por caminhos antigos e veredas incertas, é surpreendido, nesse mesmo interior, pela existência de casais e pequenos aglomerados ainda de carácter rural; por campos, cuja geometria é rigorosamente marcada pelos alinhamentos de muros de pedra seca a perder de vista, lavrados ou de sementeiras a despontar; pequenos rebanhos ainda pontuam as pastagens e as galinhas debicam nos pátios; velhotes apanham sol nas soleiras de portas e algumas casas ostentam uma caiação recente alegremente bordejada de azul.

Os cimos dos montes ostentam velhos moinhos em ruínas e pelos vales das ribeiras, onde raramente se adivinha algum amanho de horta, vai-se deparando com as antigas estruturas, praticamente irreconhecíveis, das azenhas e sistemas de retenção e condução de água associadas. De vez em quando, há que dar passagem a um tractor, mas percebe-se que o abandono dos campos brevemente será definitivo, mesmo que alguns povoados aparentemente se renovem com o estabelecimento de novos moradores, também eles suburbanos e que interpretam à sua maneira a arquitectura vernácula das casas que adaptam a outras exigências (quando não procedem à sua demolição, substituindo-as por construções novas).

Tomando como exemplo os resquícios de vida rural assim encontrados, pode traçar-se um quadro completo, ainda que imaginário, de uma vasta região, cujos limites iniciais são hoje difíceis de estabelecer, face ao apagamento de vestígios e à rarefacção dos testemunhos.

Para investigar os contornos destas realidades em extinção— os *salioios* e a sua *região*, recorreu-se sobretudo a alguma da bibliografia disponível, utilizando a mais citada (e recomendada) por autores actuais e de reconhecido valor, nomeadamente, Jorge Gaspar e Maria Micaela Soares, sendo o primeiro geógrafo interessado na investigação dos recantos da *Terra Saloia*, mas sempre actualizado e com um agudo espírito crítico e Maria Micaela

Soares, com formação na área da linguística, uma entusiasta da descoberta de aspectos sempre novos relacionados com os saloios, da linguagem à arquitectura, passando pelo estudo etnográfico de usos e costumes. Impressiona e encoraja, a lucidez desta senhora de oitenta anos, que continua a dar o seu melhor contributo nas áreas que domina como poucos.

Embora se tenha respeitado a autoria inicial de muitas citações, na sua maior parte as mesmas foram confirmadas directamente na bibliografia citada; situações houveram em que foi possível confrontar as mesmas citações em autores diferentes.

De assinalar as dificuldades inerentes a uma leitura mais crítica dos contributos dos vários autores: em primeiro lugar, parece haver uma tendência para se repetirem sucessivamente. Sobretudo os do século XVIII, do grupo dos enciclopedistas, poucas ideias iam acrescentando aos que os precediam. Justamente porque outra das dificuldades se prende, não só com a linguagem utilizada por cada autor (mesmo os dos anos de 1930- 1940), mas com o facto de expressarem sobretudo as suas opiniões pessoais sobre os assuntos. Efectivamente, uma abordagem mais científica só é assinalada em 1917, com David Lopes (2), reconhecido *arabista*, que, para além de elencar alguns atributos dos saloios, já referidos por autores que o haviam precedido, descobre outras etimologias interessantes que parecem colher o acordo de todos os que depois trataram o tema. Tema que tinha surgido durante o século XIX, mas sem nada acrescentar de novo; voltando a aparecer em crónicas mundanas do princípio do século XX, torna-se recorrente para os etnógrafos durante as décadas de 1930-1940.

É sob a forma de artigos em publicações periódicas, actas de encontros e colóquios que vamos encontrar a maior parte da bibliografia actual sobre a temática da Região Saloia (ou o que dela resta) (3).

Pretendia-se, portanto, colhendo ideias e resultados de investigações, responder às perguntas de base:

- Qual a etimologia de *saloio* e, na prática, quais as suas origens, que possam explicar alguma diferenciação da população também rural do sul do país?
- Que delimitações geográficas se podem atribuir a uma etnia saloia e quais os seus factores?

II. 1. 1- Saloio: etimologia da palavra, origens e carácter das gentes. Recensão de autores

Os autores (4) que, desde o século XVIII, se referem aos *saloios*, ou estudam o tema, fazem-no tendo em conta três vertentes principais, mesmo não as considerando todas: a etimologia da palavra e o sentido da designação relacionando-os com as origens históricas das gentes; a possível definição de um tipo étnico e mesmo físico; a sua delimitação territorial.

Na perspectiva de um possível aprofundamento do tema, é de salientar que a recensão que aqui se ensaia diz respeito a uma parte muito pequena da extensa bibliografia disponível, nomeadamente, na biblioteca da Assembleia Distrital de Lisboa, na Sociedade de Geografia de Lisboa, na Biblioteca do Gabinete de Estudos Orlisiponenses e, sobretudo, na Biblioteca Nacional. Algumas publicações mais recentes, em Boletins Municipais ou resultado de comunicações em encontros e colóquios, estão disponíveis nos municípios promotores, tais como Loures, Mafra, Oeiras, Cascais e Sintra, bem como no Museu de S. Miguel de Odrinhas.

Numa compilação de Donzília Mana (5), são referidos alguns dos autores mais recorrentemente citados a propósito do tema dos *saloios*:

a)- **Rafael Bluteau** (6), para quem, em 1720, a designação de *saloio* é a memória e o testemunho que resta do facto de ter D. Afonso Henriques, após a reconquista de Lisboa, permitido aos mouros do termo de Lisboa que permanecessem nas “*suas fazendas e lugares, com obrigação de pagar o mesmo que aos Reis Mouros*” (7). Para Bluteau o termo *saloio* ou *çaloyo* corresponde a uma *seita*, “*gente de Çalaa*” (8), *mouros*, oposto a *cristãos*, cuja *barbárie* original foi depois desaparecendo sob a influência do cristianismo.

b)- **Fr. João de Sousa** (9), que vai explorar o significado da palavra árabe da qual presume derivar o termo *saloio*: “*Çala- Salah. Oração, deprecação. Deriva-se do verbo sálla, orar, rezar, deprecar. Cinco vezes frequentam os Maometanos no dia este acto de Religião*” (10). Assim se relaciona a origem da palavra *saloio* com a designação árabe para o acto de rezar. Mas também com o nome próprio *Çalá Ben Çala*, o qual significa *o justo filho do justo*, e com “*Çaloyo – Çalauio, natural de Çalé, cidade marítima da Maurítânia, donde creio que se deriva o dito nome em razão de alguns dos seus habitantes terem vindo talvez povoar os subúrbios de Lisboa.*” (11).

c)- **David Lopes** (12) diz que nos “*dicionários portugueses não escasseiam afirmações categóricas da sua origem árabe*” (13). No entanto, ele entende que, mais do que derivar da palavra árabe *çalá* ou *salah*, a qual significa oração, e também *seita de mouros*, é mais provável que tenha a ver com “*o vocábulo çalaio, tributo que se pagava do pão cozido na cidade e patriarcado de Lisboa*” (14), o que é reforçado pelo facto de ser a cidade abastecida de pão *saloio* “*trazida a ela em burros e dentro de alforjes*” (15).

Apesar de, para o autor, não estar ainda explicado, o vocábulo *salio* “*é, de facto, de origem árabe e significa habitante do campo, em oposição ao da cidade; apelação, pois, de desdém com que a gente polida da cidade designava a população inculta dos campos, campónio, enfim. Na boca de um lisbonense, um salio quer dizer um indivíduo de maneiras grosseiras*” (16)

O autor vai no entanto bucar a etimologia da palavra ao adjectivo *çahroí*, romanizado *çahroío*, derivado do substantivo que serve em árabe para designar o grande deserto africano, “*a Sahará, [...] significando não só planície deserta, mas também campo fora da povoação*” (17).

d)- **Gustavo de Matos Sequeira** (18) diz que “*O reino salio fica às abas de Lisboa. Uma corografia de carácter étnico teria de lhe marcar os limites, tanto a sua população de estranho particularismo a distingue, estendendo até ao seu ‘facies’ característico, ao campo que cultiva, às casas que habita, às povoações em que se concentra.*” (19)

Embora este autor também situe a origem desta especial *etnia* nas populações mouriscas consentidas no Termo de Lisboa após a reconquista, as quais pagariam o já citado tributo do pão, o *çalaio* (de onde lhe proviria o nome?), refere o núcleo franco dos povoadores nórdicos, vindos na época do povoamento (séculos XII e XIII, colonos francos e flamengos), de cujo cruzamento com os anteriores diz o autor provir “*sobre o seu trigueiro rude, a mescla loira, mais nobre e pura que tão amiúde os distingue*” (20).

e)- **José Leite de Vasconcellos** (21) critica “*certos autores, como Alberto Pimentel*” (22), quanto a afirmações de origem garantida e exclusividade de caracteres da população dita saloia, considerando antes como comuns a outras zonas do país, no quadro da vida rural, usos, costumes, trajes e vocábulos que aqueles atribuem só aos salios.

Por outro lado, admitindo a etimologia descoberta e justificada por David Lopes, conclui que o vocábulo *salio* “*não passa, originariamente, de alcunha, imposta, primeiro pelos árabes, e depois adoptada pelos cristãos, e continuada na linguagem até hoje*” (23), a qual considera designação étnico-geográfica, aplicando-se a “*uma área tradicional, determinada e não vaga, que data de tempos muito remotos, e com a qual os respectivos indivíduos não se ofendem, quando empregada a sério.*” (24)

Compulsando a própria fonte, quer dizer, o 3º volume da obra de José Leite de Vasconcellos, Etnografia Portuguesa, onde, no capítulo VIII, trata da Província da Estremadura, e nesta, do Território dos Salios, tem-se um texto estruturado em três pontos:



1



2



3



4 Alcabideche, 1958.
Fotografia de César Cardoso.

1 أيا عامر القبذاق لا تخل من زرع
ومن يصل نزر وشيء من القرع
2 وإن كنت ذا عزم فلا بد من رحي
سحابية لا تستمد من النبع
3 فما أرض قبذاق وإن جاد عامها
بموفية عشرين من حزم الزرع
4 وإن أنجبت شيئا وزانت تواترت
إليها خنازير المغاورن في جمع

5 بها قلة من كل خير ونقعة
كقلة ما تدري لدي من السمع
6 تركت الملوك الخالعين برودهم
علي وسيري في المواكب والنقع
7 وأصبحت في قبذاق أحصد شوكتها
بمزبرة رعشاء نابية القطع
8 فإن قيل تهجوها وأنت تحبها
فقل إن حب الخل من شرف الطبع
9 وحب أبي بكر المظفر قاندي
وإحسانه حتى انصرفت إلى ربيعي

Poema n.º 6, de Alcabideche

- 1.-Ó tu que habitas Acabideche,
não te faltará o grão nem terás
escassez de cebolas, nem de abóboras!
- 2.-Se és homem enérgico não te faltará a nora das nuvens,
sem necessidade de manaciais,
- 3.- pois a terra de Alcabideche, quando o ano é bom,
não produz mais que vinte cargas de cereais,
- 4.- e se der alguma coisa mais,
chegam as manadas de javalis reiteradamente.
- 5.- Há pouca coisa útil nesta terra,
como em mim próprio que sou duro de ouvido.
- 6.-Deixei os reis cobertos com os seus mantos,
deixei de ir em seus cortejos.
- 7.-Converti-me em Alcabideche em colhedor de espinhos
com uma foice guarnecida e afiada.
- 8.-E se me perguntam: Gostas? Respondo-lhes:
“O amor à liberdade faz parte do carácter nobre”.
- 9.-O apreço e os benefícios de Abū Bakr al- Muzaffar
conduziram-me até aqui, à minha morada.

5

II.1.1.a – Saloios: território e raízes. 1-Localização de Portugal relativamente ao Mediterrâneo: Google Maps. Mediterrâneo na Internet [em linha]. Mountain View: Google Inc. [citado em 5 de Julho de 2007 – 15:25]. Disponível em URL: <http://maps.google.com> . 2- Delimitação geográfica da Área Metropolitana de Lisboa: Área Metropolitana de Lisboa. Atlas da Área Metropolitana de Lisboa [em linha]. Lisboa [citado em 22 de Fevereiro de 2008 – 11:45]. Disponível em URL: <http://www.aml.pt> 3- Paisagem rural de carácter mediterrâneo: Julián Cuéllar Reynolds. A vinha na internet [em linha]. Arronches. Juliá Cuéllar Reynolds Lda [citado em 5 de Julho de 2007] Disponível em URL: <http://www.gloriareynolds.com/images/Vinha1.jpg> 4- Alcabideche, 1958. Fotografia de César Cardoso, in MATA, Maria de Jesus Rubiera- Ibn Muqana de Alcabideche. Testemunhando a actividade agrícola em condições muito semelhantes às herdadas das práticas muçulmanas, numa paisagem que nos anos 1950 ainda mantinha algum do bucolismo rude que o poeta andaluz cantava (5)

I – O que são os saloios;

II – Área própria dos saloios;

III – Alguns caracteres e costumes dos saloios.

O saloio é então “*o agricultor que traz a vender os frutos e pão à cidade*” (25); provém dos mouros, como todos, ou quase todos, dizem, e como o provam os termos do Foral dos Mouros Forros de Lisboa (*Leges et Consuetudines, 1179*). Mas, justamente porque este documento também refere escravos mouros, e porque uma boa parte da população era constituída por moçárabes, (26) “*a proveniência dos saloios é mista de mouros e cristãos*” (27). O autor considera que “*o elemento cristão, no decurso do tempo, absorveu em si o mourisco*” (28).

Concluindo o primeiro ponto, diz que “*salaios é agora mais que alcunha, é designação étnico- geográfica [...] Ouve-se a cada passo: morar nos saloios, ou lá para os saloios, ir aos saloios, ou para os saloios, vir dos saloios.*” (29)

Mas já no século XVIII significava *rústico*, tal como é atestado por Frei Lucas de Santa Catarina: “*Romances feitos às saloyas filhas da Serra da Estrella*” (30).

O vocábulo não escapa assim a resvalar para o sentido depreciativo e mesmo pejorativo que muitas vezes assume, derivado do significado de “*grosseiro, tosco, incivil*” (31), atribuído ao homem do campo, ideia esta originariamente contida na palavra *saloi*o.

Raul Proença, no Guia de Portugal, naquela que terá sido uma das primeiras obras nacionais de divulgação turística, diz do saloio: “*Quando Afonso Henriques tomou posse de Lisboa, consentiu-se ao mouro que refluísse para os subúrbios da cidade, e ele aí se estabeleceu, entregue ao cultivo das hortas, com a água a escorrer da nora gemedora. É desta população consentida, mourisca e subalterna, que deriva o mais da gente que habita os contornos de Lisboa—o saloio de tez morena, pele tisonada, olhos e cabelos negros ou castanhos, membros secos, tipo sem finura de raça e beleza plástica de linhas, (...)Psicologicamente, caracteriza o o espírito de rotina, a curteza de vistas, a avareza levada à sordidez, e essa atitude de desconfiança que, sob o nome de esperteza saloia, tomou foros de proverbial, e foi filão aproveitado por muita veia cómica nos teatros de Lisboa.*” (32)

Também **Pedro Falcão**, no seu livro de memórias de Cascais “*Cascais Menino*”, inclui um capítulo sobre “*Saloios, saloias e histórias saloias*” (33).

Começa por lhes situar a origem como “*descendentes de Berbéres, Beduínos, Tuaregues, e outras raças colonizadas que os Árabes trouxeram consigo como soldados, escravos e trabalhadores, quando invadiram a Península Ibérica*”, aos quais D. Afonso Henriques terá

posto o nome de *saloios*, quando, uma vez conquistada Lisboa, “os proibiu de entrarem na cidade” (34). De acordo com este autor, “*saloios*” são “*gente de fora dos muros*”.

Abreviando conclui então que “*As aldeias de Cascais e Sintra são pois terra de saloios.*” (35)

Distinguindo claramente a população da vila da dos seus arredores, tenta provar de seguida com uma pequena recolha de anedotário que “*os saloios têm uma maneira muito especial de ser e de se comportar: São desconfiados, curiosos, vaidosos, avessos à cultura, mal dizentes, piadistas, doidos por partidas e cheios da chamada “esperteza saloia. Usam uma maneira de se exprimir que é a que eles acham certa e que consiste em falar uma espécie de português, cheio de erros e muito trapalhão,...*” (36)

No entanto, algumas das histórias que o autor conta podem também ilustrar o contrário, quer dizer, a medida em que eram afinal essas populações verdadeiramente autóctones (já que a de Cascais era, na sua maioria, de estabelecimento recente) que se demarcavam da vida urbana, da vila, da cidade, com tudo o que estas significavam em termos de poder e de influência. E esta sim, pode considerar-se uma característica importante do *saloio* a registar. A registar também, como exemplo, o desdém e a sobrançeria com que os urbanos tratavam os *saloios*.

A este propósito, conta José Leite de Vasconcellos (37) que no seu tempo, em Sintra, era costume da gente da vila criticar os *saloios* que iam à vila vestidos com os seus trajes de trabalho, eventualmente sujos e pouco arranjados.

Torna-se claro, a partir destas histórias, que no confronto próximo do campo e da cidade os *saloios* optam claramente pelo primeiro, como forma de vida, preservando uma grande independência espiritual, que lhes permite, durante séculos, desenvolver uma cultura própria, uma identidade.

E é também na medida em que se vão deixando *contaminar* pela influência urbana que esta cultura se transforma ou desaparece.

Maria Micaela Soares distingue o Saloio na multiplicidade cultural do povo português, “*ainda hoje e apesar de tudo*”, face ao esbatimento das culturas tradicionais, “*neste alisar de arestas do mundo actual*” (38), para de seguida chamar a atenção para a figura do *moçárabe*— Godos que adoptaram os costumes árabes— como elemento de ligação no longo convívio, “*íntimos contactos e mútuas influências*”, entre Cristãos e Maometanos, “*provada, como está, a recíproca tolerância entre as duas etnias*” (39).

Porque “*a linguagem é o elemento mais persistente de uma cultura*” (40), é que ainda hoje subsiste mais de meio milhar de palavras de proveniência árabe, e, entre elas, o vocábulo *saloio*.

Diz a autora que a abonação do termo recua ao século XVI, tendo-se “*o vocábulo fixado com segurança na Literatura dos séculos XVI e XVII, inundada de abonações*” (41), referindo depois, para além de elementos literários, os dicionários, poemas, contos e sobretudo peças – Autos e, já no século XVIII, a literatura de cordel, de carácter urbano e popular, que “*usou o Saloio ao modo exemplar do Teatro satírico dos séculos precedentes, com outros figurinos*” (42).

Significa portanto que a utilização satírica da figura do saloio (e da saloia) se tornava num *ícone*, elemento portador de todo o repertório simbólico a ela associado pela tradição urbana, à maneira do que sucedeu mais tarde com o *Zé-povinho* (43).

Refere igualmente D. Francisco Manuel de Melo, que, no “*Apólogo Dialogal— Relógios falantes*”, põe “*o sino da Igreja das Chagas, polido e burguês, a apodar de saloio o seu congénere de Belas, no qual reconhece “ a malícia do saloio, de quem gracejam os doutores*” (44).

No que à etimologia diz respeito, e uma vez reconhecido o “*porfiado*” interesse que o étimo *saloio* tem despertado em “*etimologistas, historiadores e analistas*”, desde “*o começo do segundo quartel de seiscentos até aos nossos dias*” (45), Maria Micaela Soares diz que todos perfilham a origem arábica da palavra, seja de uma reza, de um porto marroquino, de uma saudação muçulmana, ou do já citado tributo do pão no Termo de Lisboa (46).

A partir do início do século XX, “*com raras excepções, os autores limitaram-se prudentemente a rememorar os vários pontos de vista dos teorizadores precedentes sobre a questão da etimologia, [...] Até que, em 1917, David Lopes, no estudo “ Coisas Árábico – Portuguesas”, ao confirmar a origem árabe da palavra, lhe revela e justifica o étimo*” (47).

De acordo com Maria Micaela Soares, é na esteira deste autor que seguem todos os que posteriormente se têm referido à etimologia de *saloio*, nomeadamente um dos que mais denodadamente defenderam a honra do mesmo— João Paulo Freire (Mário), na obra *O Saloio, sua origem e seu carácter* (48), de 1948— escrita com o objectivo de esclarecer mal-entendidos acumulados por vários autores (incluindo José Leite de Vasconcellos) e um pouco como desagravo das ofensas de um folheto “*de 1858, publicado anónimo mas reconhecido da autoria de A. da Cunha de Sotto Mayor*” (49), *Physiologia do Saloio*, no qual se patenteia uma enorme “*sanha [...] contra este grupo étnico*” (50).

Guilherme Felgueiras, por seu lado, começa por caracterizar o saloio como “*campónio tostado de árabe*”, ligado à produtividade da terra, no amanho da qual põe em evidência “*a sua laboriosidade e as suas virtudes rácicas.*” (51). E embora recorrendo a práticas rotineiras, faz do produto das hortas, do gado e demais actividades agrícolas a sua fonte de riqueza, “*contribuindo para a farta provisão dos mercados de Lisboa, Sintra, Cascais e tantos outros de áreas urbanas mais povoadas.*” (52).

“*Embora nas veias do saloio circule sangue cristão, o cerne rácico de moçárabe está evidente não só na pigmentação morena, mas ainda na seiva vital, na psicologia própria, nas manifestações da sua vida íntima, moral e material. Esta variedade humana, de feições ásperas e atrigueiradas, cabelos negros, olhos escuros e estatura mediana, apreciada no seu aspecto fisiológico, não alcançou ainda classificação antropológica elucidativa. Os sangues dos grandes troncos brancos e moreno-queimado, amalgamam-se no grande cadinho que abrange os aldeamentos saloios.*” (53).

O autor considera ainda a evidência de vestígios moçarábicos na influência da pronúncia árabe de alguns termos românicos, a par com a fixação “*na memória dos naturais, [de] nomes manifestamente arcaicos, como alface, alfazema, almeirão, alfavaca, alfobre, almece, albarda, azerve...*” (54) Lista esta a que podemos acrescentar tantos outros vocábulos: alguns que se mantêm; outros que se vão perdendo na voragem do tempo e do desuso...

Depois de caracterizar o ambiente saloio nos seus vários aspectos, diz o autor:

“*A ligação e entendimento entre o rincão mais inculto e Lisboa; o contacto dia a dia mais constante com as classes burguesas; a vida perturbante e tumultuosa com transportes acelerados; todo este conjunto de factores, permitiram que a castiça imagem popular fosse, pouco a pouco, esbatendo os seus tons mais realçantes. O saloio foi evolucionando, modernizou-se, perdeu as arestas mais duras, o seu clã fechado, melhorou as condições económicas, abandonou o barrete e as antiquadas roupas, tomou consciência como pessoa humana, e passou a acomodar-se ao xadrez dos meios citadinos. [...] As gerações que se têm sucedido neste incessante pulsar da vida, fizeram-no perder os traços físicos e morais que o individualizavam.*” (55)

Antes da listagem relativa ao “*Índice- Roteiro da Bibliografia sobre o Saloio*”, adverte o autor que “*sendo o saloio uma figura marcante no Termo de Lisboa, [...] nunca empolgou sublimadamente literatos, artistas, etnólogos, sociólogos, os intelectuais, em uma palavra.*”(56).

“*Escasseiam [por isso] obras de informação e de consultas.*” E apesar de os “*nossos pintores raríssimas vezes escolherem o Saloio para modelo*” (57), são referidas algumas obras de arte

da geração oitocentista; Ilustrações em “*magazines, livros e revistas*”; o extraordinário contributo de desenhadores estrangeiros, cujos legados, da última década do século XVIII e primeiro quartel do século XIX, constituem preciosos documentários iconográficos (58); refere-se ainda, a escola de Roque Gameiro e o caricaturista Leal da Câmara.

Guilherme Felgueiras, autor interessado na investigação e divulgação da etnologia da Região Saloia, insiste que “*está ainda por escrever em toda a amplitude a história do Saloio.*” (59) E pensa que seria útil incentivar jovens etnólogos “*a um estudo judicioso e claro acerca de uma casta humana que pouco a pouco vai sendo assimilada por descendentes transfigurados, representantes de uma nova civilização.*” (60).

Fernando Castelo Branco, no seu contributo para a *Etnografia da Região Saloia*, começa por aceitar como estabelecido o significado da palavra *saloio* expresso por David Lopes, “*sábio arabista, em sessão da Academia das Ciências de Lisboa de 23 de Dezembro de 1915*” (61). Considera que o termo “*surgiu antes da reconquista definitiva de Lisboa pelos cristãos, em 1147, e, obviamente é posterior à invasão islâmica.*” (62)

As questões que o autor a seguir se coloca são extremamente pertinentes, e às mesmas tenta adiante dar resposta. Trata-se do seguinte: se *saloio* é o camponês, por oposição ao cidadão, porquê a fixação da designação, ou antes, do conceito, apenas para os arredores setentrionais de Lisboa (a circunscrição territorial da Região Saloia para o autor não inclui a margem sul), sem que a mesma se aplique a outras cidades com um modelo histórico e urbano idêntico?

O que está em causa, para F. Castelo Branco, é mais do que uma simples etimologia; é o *conceito de saloio*.

E para defender a ideia de que este conceito contém mais que a simples antinomia homem do campo – cidadão, refere uma outra designação, também de origem árabe, com o mesmo significado de *saloio*, “*o nome que os moradores de Santarém dão à gente de fora da cidade: eles chamam-lhes barrões.*” (63). Esta designação não teve “*a mesma repercussão e impacto que a palavra saloio. Mas também não contém as antinomias, os contrastes, os factores de choque existentes entre o lisboeta e o saloio*” (64). É portanto na expressão desta tensão Lisboa cidade – arredores rurais levada ao extremo que o autor encontra o essencial na definição do *conceito de saloio*.

As origens deste conceito poderão ser encontradas, “*no contraste entre a população de Lisboa e a dos seus arredores no período muçulmano*” (65), desde logo marcado por aspectos relevantes de vida social e económica e em termos de mentalidade e cultura.

Estes são factores que persistem, tendendo a acentuar-se, no período pós reconquista (1147). O autor sugere, muito concretamente, um reforço da “*islamização*” dos arredores, quanto a costumes e mentalidades, com a testemunhada expulsão dos muçulmanos da capital e sua fixação fora de portas (66).

- Conclusões

Em conclusão, e no que diz respeito à *etimologia* da palavra *saloio*, prevalece a ideia da derivação árabe, seja de termos que significam *oração, cidade da Mauritânia, seita de mouros, tributo do pão, habitante do campo...* Ao qual, desde cedo, em oposição aos modos urbanos, mais civilizados, facilmente se associa a ideia de *grosseiro e incivil*, sentido depreciativo que actualmente se mantém. Tudo indica que se trate, na origem, de uma designação exclusiva dos habitantes dos arredores de Lisboa, sendo possível que a designação de *saloio* seja anterior à chegada de Afonso Henriques, limitando-se os novos ocupantes da cidade a dar continuidade a um costume muçulmano.

No que se refere às *origens* dos *saloios*, há unanimidade quanto às raízes mouriscas de uma população que após a reconquista juntou nos arredores da cidade os que já os povoavam— sobretudo berberes e outras etnias trazidas pelos árabes, bem como moçárabes e aqueles que, expulsos ou fugidos da Lisboa conquistada pelos cristãos, neles se estabeleceram, consentidos por Afonso Henriques, mediante o pagamento de certos tributos. Estas raízes muçulmanas fixaram-se no vocabulário corrente e na toponímia e, segundo algumas opiniões, nos próprios traços físicos.

O carácter dos *saloios*, fazem-no os diferentes autores decorrer directamente das suas origens— há um estigma associado de segregação em relação à cidade, pelo choque e contraste com os cidadãos, que se traduz num apego quase compulsivo à terra e uma clara demarcação de tudo o que é urbano, patente no tradicionalismo do modo de vida, na continuidade de processos no trabalho do campo herdados dos ancestrais avoengos, na linguagem, no traje, nos costumes e até na psicologia, com tendência para a desconfiança e para um certo fechamento num mundo muito próprio. Ao *saloio* corresponde, face aos habitantes de Lisboa, uma situação de inferioridade social, patente na literatura (onde surgem referências desde o século XVI), no aproveitamento anedótico e no teatro satírico que dele se fazia na capital.



1



2



Saloia vendendo fruta A.P.D.G., Sketches of Portugal life,Londres, 1826 Gravura colorida LISBOA Museu da Cidade

3



4



5



6

II.1.1.b- Os saloios em Lisboa: 1- Saloio vendendo pelas ruas de Lisboa. Coleção MACPHAIL. Lisboa. BN, 1842. lit. colorida. In SOARES, Maria Micaela- Saloios. Lisboa: ADL,1990. 2- Queijadas de Sintra? Coleção Ruas de Lisboa. 1ª série,1802-1806. Gravura aguarelada. In SOARES, Maria Micaela. ref 1
3- Saloia vendendo fruta: A.P.D.G. Sketches of Portugal life.Londres: 1836. Gravura colorida. Lisboa. Museu da Cidade. In SOARES, Maria Micaela. ref 1. 4-Saloios no Rossio. BENOLIEL, Joshua. Arquivo Municipal da CML,1907.Código de ref.: PT/AMLIS/AF/JBN/000163. 5- Saloias lavadeiras. A partida. Arquivo Pitoresco. vol I. 1858. Gravura. In SOARES, Maria Micaela. ref 1.
6-Cena do filme *Aldeia da Roupa Branca* Realização de Chianca de Garcia, 1938. Sociedade Filarmónica Recreio Alverquense.Aldeia da Roupa Branca na Internet [em linha]. Alverca [consulta a 5 de Julho de 2007]. Disponível em URL: <http://www.sfra.pt/historia/aldeiadaroupabranca.jpg>

Fornecedores de produtos agrícolas das vilas e sobretudo da cidade, onde muitos se deslocavam diariamente, mantinham com a mesma uma relação de interdependência especial. De tal forma que a designação de *saloio* se alargou ao próprio território. Apesar do que tinham em comum com as populações rurais do país, os saloios distinguiam-se assim dos outros camponeses e constituíam-se como uma *etnia*—no sentido de grupo humano unido pela mesma língua e vinculado a uma cultura específica.

O influxo de populações exteriores ao território e a modernização dos modos de vida provocaram, ao longo de poucas gerações, a perda progressiva de traços característicos que alguns artistas portugueses, como Leal da Câmara, se preocuparam em fixar nas suas obras, sendo sobretudo desenhadores estrangeiros, nos séculos XVIII e XIX, os que melhores testemunhos iconográficos dos saloios deixaram.

Uma questão emerge do atrás exposto: poder-se-á deduzir que os *saloios* já não existem?

Os saloios e saloias que todos os dias se deslocavam à cidade, vendendo os seus produtos agrícolas (e manufacturados), tão apreciados pelos cidadãos (67), nos mercados, pelas ruas, de porta em porta, ou, no caso das lavadeiras, fazendo pequenos negócios entre uma entrega e uma recolha de roupa às freguezas (68), eram parte integrante da imagem humana da cidade.

Alguns acreditavam mesmo que a Lisboa dos pregões nunca poderia desaparecer, sob pena de a cidade deixar de ser o que era (69). Não faltam os testemunhos fotográficos e iconográficos desta realidade que a memória colectiva já não alimenta, numa cidade que é cada vez mais igual, não a si mesma, mas a todas as cidades europeias, quiçá, em breve, a qualquer outra cidade do mundo.

De acordo com aqueles testemunhos, os *saloios*, com os seus trajos e maneiras próprias, calcorreando com as suas botifarras as ruas da cidade, passeando vacas e perus, tocando burricos pelas calçadas, eram uma parte da alma de Lisboa. E a mesma maré da história que varreu essas figuras típicas das praças, avenidas, ruas e becos, foi também levando dos arredores da cidade hortas, noras, arvoredos, quintas, casais, regatos com pegos; caminhos pedregosos, muros de pedra solta, arados e carros de bois, carroças e burros, porcos e galináceos. O que distinguiu as gentes diluiu-se em poucas gerações, uma vez acolhidos, em levadas sucessivas, migrantes de todo o país...

Quem poderão ser hoje os novos *saloios*? Aqueles que, embora sendo já daqui naturais, já não estão ligados à terra, não se reconhecem em nada do que caracteriza, ou caracterizava uma cultura, são, apesar de tudo, *saloios*?

Notas a II.1.1 – Saloia: Etimologia da palavra, origens e carácter das gentes. Recensão de autores

- 1- COSTA, Celestino- **A minha terra e eu. Poemas.** 2ª Edição. Cascais: Associação Cultural de Cascais, 1995, p. 65-66
- 2- LOPES, David- **Cousas Árábico- Portuguesas: Algumas Etimologias.**In Boletim de 2ª Classe da Academia das Ciências de Lisboa, 1917, v.10. p. 22-25
- 3- FELGUEIRAS, Guilherme- **Ensaio para um índice-roteiro da bibliografia sobre o saloio.** In Etnografia da Região Saloia. Sintra: Instituto de Sintra, 1993. p. 345-359
- Algumas iniciativas e publicações mais recentes, que, na sua maior parte incidem sobre os problemas da possível *museificação* do tema:
Câmara Municipal de Loures - **Jornadas sobre Cultura Saloia.** Comunicações. Loures: Câmara Municipal de Loures, 1996, 198 p. COTA A. 104 JOR Cul (ISCTE)
Câmara Municipal de Loures – **II Jornadas sobre Cultura Saloia.** Comunicações. Loures: Câmara Municipal de Loures, 1998, 223 p. COTA ETN 224-P CMLEO
Câmara Municipal de Loures – **III Jornadas sobre Cultura Saloia.** Comunicações.
Loures: Câmara Municipal de Loures, 2000, 238 p. COTA S.C. 96756 V.
Câmara Municipal de Loures – **IV Jornadas sobre Cultura Saloia.** Comunicações. Loures: Câmara Municipal de Loures, 2002, 174 p.
- 4- Não sendo possível referir todos os autores que trataram o tema dos saloios, optou-se pela recensão de alguns, considerados mais representativos, de acordo com as alíneas seguintes.
- 5- MANA, Donzília – **Algumas teses sobre a origem do saloio.** In Boletim Cultural. Câmara Municipal de Mafra, 1994, p.352-359
- 6-BLUTEAU, Rafael- **Vocabulario Portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico [...].** Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. Lisboa: 1720, t., p.450. Cit. por MANA, ref 5, p. 352. A autora refere a página 459, mas, confrontado o livro, verificou-se que a página era a 450.
- 7- BLUTEAU, ref 6, p. 450
- 8- BLUTEAU, ref 6, p. 450
- 9- SOUSA, Fr. João de- **Vestigios da Lingua Arabica em Portugal: ou Lexicon Etymologico das palavras e nomes portuguezes que tem origem arabica. [...] augmentada e anotado por Fr. Joze de Santo Antonio Moura.** Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias, 1830Lisboa: 1830. p. 110 - 111. Cit. por MANA, ref 5, p. 353
- 10- SOUSA, ref 9, p. 110-111
- 11- SOUSA, ref 9, p. 110-111
- 12- LOPES, ref 2, p. 22-25. Cit. por MANA, ref 5, p.353- 355. Citado por muitos autores posteriores, parece reunir consenso em torno das suas conclusões.
- 13- LOPES, ref 2, p. 22
- 14- LOPES, ref 2, p. 23
- 15- LOPES, ref 2, p. 23
- 16- LOPES, ref 2, p. 24
- 17- LOPES, ref 2, p. 24
- 18 - SEQUEIRA, Gustavo de Matos- **Os Saloios.** O Concelho de Mafra. 1958. Cit. por MANA, ref 5, p.355-357
- Não foi possível localizar esta publicação
- 19- SEQUEIRA, ref 18
- 20- SEQUEIRA, ref 18
- 21-VASCONCELLOS, José Leite de- **Etnografia Portuguesa: Tentame de Sistematização.** Lisboa: INCM, 1980. vol.III. p. 430-432. Cit. por MANA, ref 5, p. 358-359
- 22- VASCONCELLOS, ref 21, p. 430
- 23- VASCONCELLOS, ref 21, p. 432
- 24- VASCONCELLOS, ref 21, p. 432
- 25- VASCONCELLOS, ref 21, p. 428
- 26- VASCONCELLOS, ref 21, p. 428: Leite de Vasconcellos diz que se sabe da existência do Bispado de Olixibona, no século VII, e “*de um bispo em Lisboa no tempo dos árabes, bispo manifestamente Moçarábico, que, depois da tomada da cidade, e no momento do saque, foi degolado pelos Flamengos e Colonenses*”
-MATTOSO, José- **D. Afonso Henriques.** Lisboa: Círculo de Leitores; Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2006. p. 178: De acordo com o autor, o documento narrativo mais completo da tomada de Lisboa é uma carta escrita por um personagem, R., que poderá ser o presbítero Raul, fundador de um Eremitério em Lisboa, a Osberto de Bawdsey. Apesar de o relato se revelar tendencioso na exaltação da heroicidade e bom comportamento dos contingentes de cruzados ingleses e normandos, é considerado

historicamente válido. Nele se descreve então o episódio em que “ *os cavaleiros alemães, com grande escândalo, [...] entregaram-se a toda a espécie de abusos e violências, incluindo o assassinato de um velho ‘bispo’, que normalmente se admite ser o bispo da comunidade moçárabe ainda existente em Lisboa.*”.

- OLIVEIRA, José Augusto- **Conquista de Lisboa aos Mouros (1147). Narrações pelos cruzados Osberno e Arnulfo, testemunhas presenciais do cerco.** 2ª Ed. Lisboa: S. Industriais da C.M.L., 1936. Complemento ao volume II da “Lisboa Antiga” de Júlio de Castilho.

27- VASCONCELLOS, ref 21, p. 428

28- VASCONCELLOS, ref 21, p. 430

29- VASCONCELLOS, ref 21, p. 432

30- SANTA CATARINA, Frei Lucas de – **Seram Político, abuso emendado, dividido em tres Noytes para divertimento dos curiosos [...].** Lisboa Occidental: Na Officina de Bernardo da Costa, 1723. Cit. por VASCONCELLOS, ref 21 p. 432, referindo uma edição de 1704.

-SOARES, Maria Micaela- **Saloios.** Separata do Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa, 1989-1990, I Série Nº 91. p. 7: citando igualmente Fr. Lucas de Santa Catarina, a autora indica a mesma frase situada na página 126 da edição de 1704. Assinala ainda outra obra do mesmo autor, *Anatómico Jocosos*, onde é descrita com muita graça a indumentária da “*Saloia dos queijos, cara de laranja, olhos de morcego [...]*”

31-DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA. Porto: Porto Editora, 2006.

32- PROENÇA, Raul- **Guia de Portugal.** Edição de texto integral da 1ª edição de 1924. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991. 1º Volume. p 464.

33-FALCÃO, Pedro- **Cascais Menino.** Reedição. Cascais: Academia de Artes e Letras, 2005. p. 377

34- FALCÃO, ref 33, p. 377

35- FALCÃO, ref 33, p. 377

36- FALCÃO, ref 33, p. 377- 386: Das histórias, ou antes, anedotas, que o autor recolhe, deduz-se por um lado que a figura do saloio era um pouco bode expiatório da sociedade urbana; mas por outro, é possível nalgumas identificar com muita acutilância uma forma de ver o mundo muito própria. É o caso de uma delas, cujo resumo é o seguinte: um ministro foi a uma aldeia saloia e propôs ao povo construir um tanque coberto, para melhorar as condições de trabalho das mulheres. A resposta do povo foi que não estavam interessados.

Perplexo, o ministro quis saber porquê. A resposta foi a seguinte: “ *o pobo só quer o que bomecê nan quiser*”.

37- VASCONCELLOS, ref 21, p. 436: os habitantes das vilas, tanto Sintra, aqui referida, como Cascais, não se consideravam *saloios*. Saloios eram os camponeses dos arredores.

38- SOARES, ref 30, p. 3

39- SOARES, ref 30, p. 3

40- SOARES, ref 30, p. 4

41- SOARES, ref 30, p. 7

42- SOARES, ref 30, 8: destes figurinos fazem então parte o saloio, e sobretudo a saloia, figura portadora de ingenuidade, mas também de malícia, contraponto muitas vezes inteligente às figuras da cidade. Os títulos das obras populares eram do seguinte teor: *Novo, e gracioso Entremez, intitulado A Formidável Briga, e Escaramuça que tiveram na feira duas adelas e huma saloia sobre as anquinhas de arame [...]* (anónimo de 1757)

43- COUTO, Matilde Tomaz do- Figuras da cultura portuguesa. Rafael Bordalo Pinheiro. In Centro Virtual Camões. Cultura portuguesa [em linha]. Lisboa, Instituto Camões, 2008 [citado em 30 de Abril de 2008]

<http://www.instituto-camoes.pt/cvc/figuras/rbpinheiro.html> : “Data de 1875 a iniciativa então de maior alcance, com a criação do primeiro jornal dedicado à crítica social: “A Lanterna Mágica”. São companheiros de Bordalo neste empreendimento Guilherme de Azevedo (1840-1882) e Guerra Junqueiro (1850-1923), um projecto que faz a crónica dos factos sociais, enquanto tece a crítica às políticas e às instituições. Neste contexto, nasce a figura do Zé Povinho, tão acertada no seu conteúdo, que permanece no imaginário português com uma reforçada carga simbólica”

44- MELO, Francisco Manuel de- **Relógios falantes: Apólogo Dialogal.** Cit. por SOARES, Ref 30, p.7. Sem indicação da edição consultada.

- MELO, Francisco Manuel de- **Apólogos Dialogais. Relógios Falantes. A visita das Fontes.** Vol. 1. Lisboa: Livraria Sá da Costa, Editora, 1959. (Colecção Clássicos Sá da Costa), p. 21: Diz o relógio da cidade para o relógio de Belas: “*Ó saloio, por bom modo me desonrais de mentiroso!*”

45- SOARES, ref 30, p. 9

46- SOARES, ref 30, p. 9

47- SOARES, ref 30, p. 11

48- FREIRE, João Paulo – **O saloio: sua origem e seu carácter: fisiologia, psicologia, etnografia: infâmias, mentiras e disparates que se têm escrito sobre o saloio, seus usos e costumes.** Porto: Emp. Diário do Porto, 1948

49- NETO, Vitor Hugo- **O Saloio num texto etnológico (João Paulo Freire) e numa obra plástica (Leal da Câmara).** In Etnografia da Região Saloia. A Terra e o Homem. Sintra: Instituto de Sintra, 1993. p.331

50- NETO, ref 48, p. 331

- A propósito, tem interesse assinalar que J. Leite de Vasconcellos, no já citado capítulo da *Etnografia Portuguesa* sobre a região saloia, recorre ao escrito de A. da Cunha de Sotto Mayor, *Physiologia do Saloio*, o que leva a pensar que durante 90 anos a mesma foi referência generalizada.

51- FELGUEIRAS, Guilherme- **Ensaio para um índice- roteiro da bibliografia sobre o saloio.** in Etnografia da Região Saloia. A terra e o Homem. Sintra: Instituto de Sintra, 1993. p.345

52- FELGUEIRAS, ref 52, p. 345

53- FELGUEIRAS, ref 52, p. 345

54- FELGUEIRAS, ref 52, p. 345

55- FELGUEIRAS, ref 52, p. 348- 349

56- FELGUEIRAS, ref 52, p. 349

57- FELGUEIRAS, ref 52, p. 349

58- FELGUEIRAS, ref 52, p. 349: Obras que contêm o trabalho inestimável de artistas estrangeiros que retrataram tipos sociais, usos, costumes e trajes.

- Ver Bibliografia

59- FELGUEIRAS, ref 52, p. 349- 359: o autor apresenta listagem de obras que considera importantes para o estudo ainda por fazer.

60- FELGUEIRAS, ref 52, p. 350

61- CASTELO BRANCO, Fernando- **A problemática do conceito de saloio.** In Etnografia da Região Saloia. A terra e o Homem. Sintra: Instituto de Sintra, 1993, p.19

- A data apontada pelo autor – 1915 – dirá respeito à data da conferência, uma vez que a publicação citada é de 1917, conforme se verificou no documento.

62- CASTELO BRANCO, ref 61, p. 19

63- LOPES, ref 2, p. 25. Cit. por CASTELO BRANCO, Ref 61, p. 29

64- CASTELO BRANCO, ref 60, p. 29

65 - CASTELO BRANCO, ref 60, p. 29

66- **Chronica da Fundação do Moesteiro de São Vicente de Lixboa pello Inuictissimo e Christianissimo Dom Afonso Henriquez I Rei de Portugal e como tomou a dita çidade aos mouros** (citação sem indicação de edição e página): “[...] ficarom huns poucos de mouros, e erão caualeiros, e pidirrom por mercê a elrey que os nom mandasse matar, e que lhes desse hum logar apartado em que pudessem laurar...e criar, e que ficassem por seus seruos pera sempre [...]”.Cit. por CASTELO BRANCO, ref 61, p.26

67- CASTELO BRANCO, ref 60, p. 22p. 25: De acordo com o autor, a designação de saloio aplica-se àqueles “que viviam do cultivo da terra e que vinham a Lisboa para vender os seus produtos, aliás de um modo geral apreciados.”. Acrescenta em nota, com carácter pessoal, que a adjectivação de saloio “tem um sentido valorizativo, sendo indicativo de uma melhor qualidade.”.

- GASPAR, Jorge- **Território dos Saloios.** In Etnografia da Região Saloia. A terra e o Homem. Sintra: Instituto de Sintra, 1993. p.13: “A visão que o cidadão tem do saloio, embora aparentemente depreciativa, no fundo é valorativa”. Porque os seus produtos têm qualidade, reconhecida já nas descrições do século XVII de Lisboa feitas por Luís Mendes de Vasconcelos e frei Nicolau de Oliveira.

68- SOARES, ref 30, p. 84: fazendo a descrição detalhada do trabalho e da agenda das lavadeiras saloias que iam a Lisboa receber roupa para lavar e entregar a lavada, jornadeando na madrugada de 2ª feira para a cidade, nos diferentes meios transporte. Ficavam nas estalagens da sua preferência: “*Aí se hospedavam as lavadeiras durante segunda e terça- feira, com as carroças, as trouxas de roupa lavada e suja [...], com os queijinhos frescos e os ovos que haviam trazido, para, no entretanto, irem vendendo.*”

69- MESQUITA, Alfredo- **Os Saloios.** Ilustração Portuguesa, 9 de Julho de 1906, II série, p 630-637. Cit. por SOARES, ref 30, p.16: “[...] Porque se um dia desaparecessem para sempre [...] os ranchos de saloias e saloios [...] vindos de Terruge e de Montelavar, de Almargem e Alcabideche, de Caneças e de Frielas, de Unhos e de Camarate, para sempre quebrar-se-ia o encanto deste pedaço de terra portuguesa, cuja expressão, por assim dizer, eles completam [...]”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLUTEAU, Rafael – **Vocabulario portuguez e latino, auilico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasilico, comico, critico, chimico, dogmatico, dialectico, dendrologico, ecclesiastico, etymologico, economico, florifero, forense, frutifero...autorizado com exemplos dos melhores escritores portugueses e latinos...** Coimbra: No Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. COTA F.6813

CASTELO BRANCO, Fernando - **A problemática do conceito de saloio.** In Etnografia da Região Saloia: A Terra e o Homem. Sintra: Instituto de Sintra, 1993, p. 19- 29

COSTA, Celestino – **A minha terra e eu: poemas.** 2ª Edição. Cascais: Associação Cultural de Cascais; S. Domingos de Rana: Junta de Freguesia de S. Domingos de Rana, 1995, 123 p. ISBN 972-9406-02-2

COUTO, Matilde Tomaz do- Figuras da cultura portuguesa. Rafael Bordalo Pinheiro. In Centro Virtual Camões. Cultura portuguesa [em linha]. Lisboa, Instituto Camões, 2008 [citado em 30 de Abril de 2008]

<http://www.instituto-camoes.pt/cvc/figuras/rbpinheiro.html>

DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA 2006. Porto: Porto Editora, 2005

FALCÃO, Pedro - **Cascais Menino.** Cascais: Academia de Letras e Artes, 2005, 538 p. ISBN: 972-988 22- 2-3

FELGUEIRAS, Guilherme - **Ensaio para um índice - roteiro da bibliografia sobre o saloio.** in Etnografia da Região Saloia, A Terra e o Homem. Sintra: Instituto de Sintra, 1993. p. 345-359

FONSECA, Fernando V. Peixoto da – **Crónica da tomada de Lisboa: Chronica da Fundação do Moesteiro de São Vicente de Lixboa pello Inuictissimo e Christianissimo Dom Afonso Henriquez I Rei de Portugal e como tomou a dita çidade aos mouros.** Ed. fac-similada. Lisboa: Tip. Da Assoc. Dos Deficientes das Forças Armadas, 1995, 109 p. COTA H.G. 42244 V.

FREIRE, João Paulo – **O saloio: sua origem e seu carácter: fisiologia, psicologia, etnografia: infâmias, mentiras e disparates que se têm escrito sobre o saloio, seus usos e costumes.** Porto: Emp. Diário do Porto, 1948. 364 p. COTA H.G. 27924 P.

GASPAR, Jorge - **Território dos Saloios.** In Etnografia da Região Saloia, A Terra e o Homem. Sintra: Instituto de Sintra, 1993, p. 2 -18

Câmara Municipal de Loures - **Jornadas sobre Cultura Saloia.** Comunicações. Loures: Câmara Municipal de Loures, 1996, 198 p. COTA A. 104 JOR Cul (ISCTE)

Câmara Municipal de Loures – **II Jornadas sobre Cultura Saloia.** Comunicações. Loures: Câmara Municipal de Loures, 1998, 223 p. COTA ETN 224-P CMLEO

Câmara Municipal de Loures – **III Jornadas sobre Cultura Saloia**. Comunicações. Loures: Câmara Municipal de Loures, 2000, 238 p. COTA S.C. 96756 V.

Câmara Municipal de Loures – **IV Jornadas sobre Cultura Saloia**. Comunicações. Loures: Câmara Municipal de Loures, 2002, 174 p.

LOPES, David- **Cousas Arábico- Portuguesas: Algumas Etimologias**. In Boletim de 2ª Classe da Academia das Ciências de Lisboa. Lisboa, 1917, v.10, p-22-25 COTA L.5542//10 A.

MANA, Donzília - **Algumas teses sobre a origem do saloio**. Boletim Cultural. Câmara Municipal de Mafra, 1994, p. 352-359

MATTOSO, José - **D. Afonso Henriques**. Lisboa: Círculo de Leitores. Vol. 1 2006, 318 p. (Coleção Reis de Portugal) ISBN: 972-42-3867-9

MELO, Francisco Manuel de - **Apólogos Dialogais. Relógios Falantes. Visita das Fontes**. 1ª Ed. Vol. I, Lisboa: Livraria Sá da Costa Ed. 1959, 233 p. (Coleção Clássicos Sá da Costa)

MESQUITA, Alfredo - **Os Saloios**. Ilustração Portuguesa. 9 de Julho de 1906, II Série, p. 630-635

NETO, Vitor Hugo - **O Saloio num texto etnológico (João Paulo Freire) e numa obra plástica (Leal da Câmara)**. In Etnografia da Região Saloia, A Terra e o Homem. Sintra: Instituto de Sintra, 1993, p. 331-333

OLIVEIRA, José Augusto de – **Conquista de Lisboa aos Mouros (1147). Narrações pelos cruzados Osberno e Arnulfo, testemunhas presenciais do cerco**. 2ª Ed., Lisboa: S. Industriais da C.M.L., 1936, 88 p. Complemento ao volume II da “Lisboa Antiga”, de Júlio de Castilho

PROENÇA, Raul- **Guia de Portugal**. Vol. I, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991, 696 p. Edição de texto integral da 1ª edição de 1924.

SANTA CATARINA, (Frei) Lucas de – **Seram político, abuso emendado, dividido em tres Noytes para divertimentos dos curiosos...** Lisboa: Na officina de Bernardo da Costa, 1723. 330 p. COTA L. 1271 A.

SOARES, Maria Micaela - **Saloios**. Separata do Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa, 1989-1990, I Série, nº 91, 95 p.

SOUSA, Fr. João de - **Vestigios da Lingua Arabica em Portugal: ou Lexicon Etymologico das palavras e nomes portuguezes que tem origem arabica. [...] augmentada e annotado por Fr. Joze de Santo Antonio Moura**. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias. 1830, 204 p. COTA: 11703 V

VASCONCELLOS, José Leite – **Etnografia Portuguesa: Tentame de Sistematização**. Vol III. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1980, 794 p.

II. 1. 2- Delimitações geográficas: etnia e território

Uma das preocupações dos autores, referidos neste capítulo, que tratam os temas relacionados com os saloios, é a delimitação do respectivo território, o qual tem variado com as épocas e com as diferentes opiniões, dado o empirismo com que o assunto é normalmente tratado.

- A terra saloia: opiniões e argumentos

De acordo com Jorge Gaspar, “*nunca foi feito um estudo sistemático sobre a delimitação do território dos saloios*” (1). Embora tratando-o do ponto de vista científico, o autor apresenta-se sempre como testemunha, enriquecendo a sua contribuição com a experiência pessoal do convívio frequente com as gentes e a terra saloias.

Considera que por um lado, “*o topónimo Saloios, se é que se pode considerar como tal, nunca teve uma consagração administrativa*”, e por outro, “*nem existe a consagração da designação em nomes de lugares (ao contrário do que seria de esperar), nem se verificou qualquer fenómeno de polarização interna nesse território*” (2). O que acontece é justamente o contrário: a atracção e dependência sócio - económica de Lisboa; as tradições de peregrinação “*para os santuários excêntricos das Senhoras do Cabo Espichel, da Nazaré ou da Atalaia*” (3).

Aceitando a explicação de David Lopes (4) quanto à origem e desenvolvimento do termo, Jorge Gaspar propõe aquele que considera o método directo mais aconselhável para delimitar o território saloio: inquirir da “*percepção*” do mesmo, tanto aos lisboetas (que lhes terão dado e fixado a tradição do nome), como aos próprios visados.

Desta inquirição surgiria, segundo o autor, um mapa do tipo preconizado por Gustavo de Matos Sequeira, embora discorde de alguns limites por este estabelecidos, dando como exemplo a fronteira nascente que não devia excluir o Vale de S. Gião. Gustavo de Matos Sequeira considera, em relação aos *Saloios*, que os assaltos dos “*influxos civilizadores*”, apesar da resistência das gentes, lhe têm diminuído o território, primeiro absorvendo o tipo (*salioio*) e descaracterizando-o depois, fazendo com que se atenuem progressivamente as características da periferia da região para uma linha interior, onde se manteria ainda o “*centro étnico*” (5). Este centro estaria confinado entre Carriche e Mafra, na direcção norte, e entre as

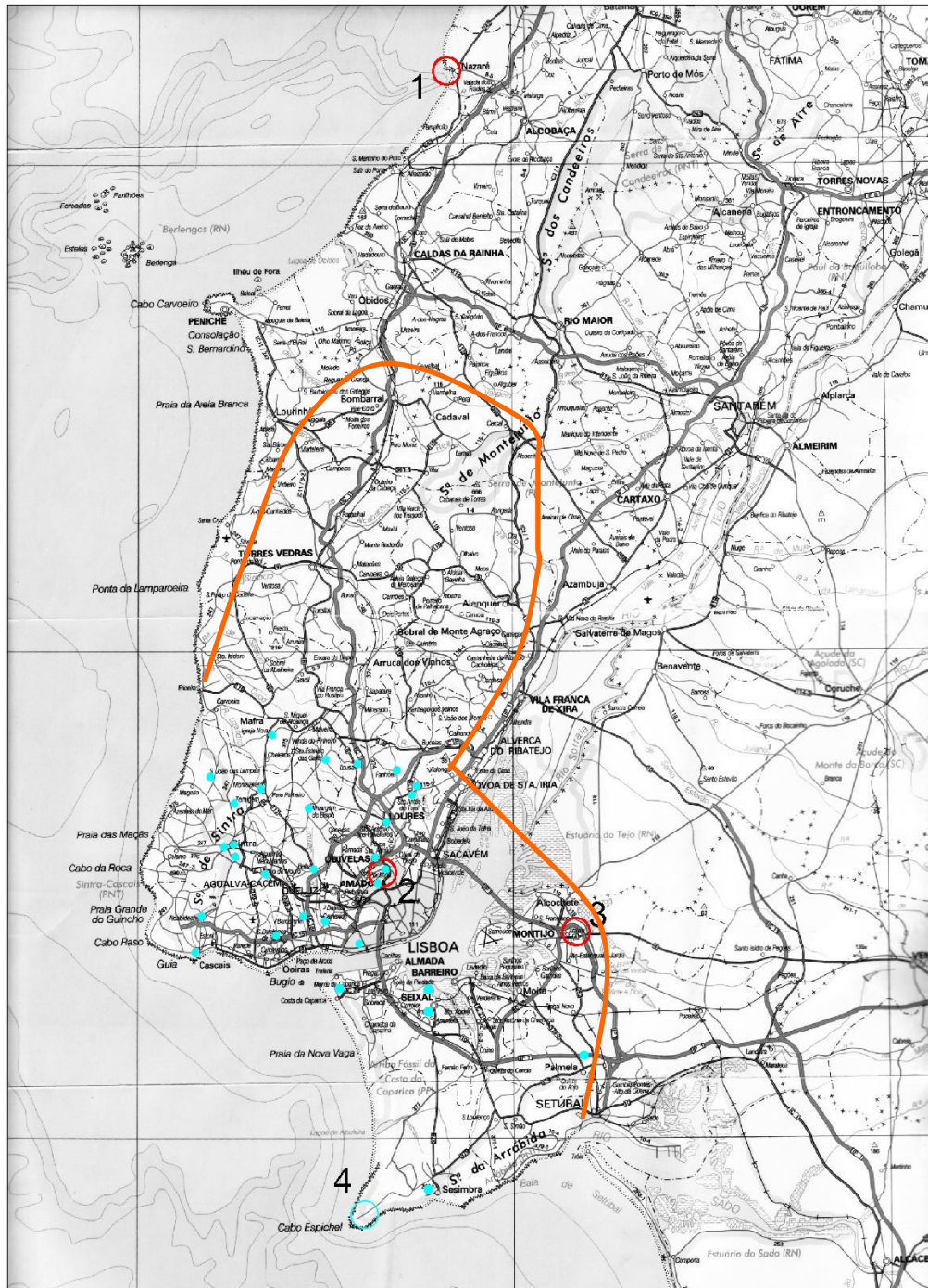
povoações a ocidente de Mafra e o Vale de S. Gião no termo de Bucelas, sendo que, “*para lá destas linhas o saloio já está inquinado, já não é puro*” (6).

Para Gustavo de Matos Sequeira, Vila Franca, Alenquer e Torres Vedras seriam as povoações limites da região considerada, onde se estabeleceram os colonos nórdicos no século XII, fundando as vilas francas do arrabalde; mas a influência da faina piscatória e da recolha do sal, ou a dedicação ao gado na estrema do Ribatejo, afastando as populações ribeirinhas dos campos, bem como a maior frequência dos contactos com o exterior, fizeram com que, tanto o saloio marítimo como o das Lezírias do Tejo se afastassem de usos, trajes e costumes típicos de uma região— o reino saloio— que o autor delimita da seguinte forma: “*diminuído das duas orlas que o deixam apenas chegar até Oeiras, pelo Sul; até à Portela de Sacavém ao Vale de S. Gião e S. Tiago dos Velhos pelo nascente; alastrando por todo o vale de Cheleiros, entre Mafra e Colares, e pela baixa da ribeira do Jamor, entre Sintra e Oeiras, pelo Oriente;*” (7) a norte incluiria Torres Vedras, com o Bombarral e Cadaval, até à Serra da Carregueira, “*passando pelos relevos de Sobral de Monte Agraço, Montachique, Serves e Atalaia*” (8).

De acordo com Jorge Gaspar, de entre os métodos indirectos para delimitar o território, destacam-se os que utilizam como indicadores, “*a toponímia, as relações funcionais campo-cidade, a utilização do solo e a expressão territorial do fenómeno religioso*” (9).

No que respeita a toponímia, abundam na região de Lisboa— considerada pelo autor a norte e a sul do Tejo, na qual estabelece uma certa simetria— os topónimos de origem árabe, sugerindo, pela sua densidade, “*a existência de um fenómeno de povoamento de raiz muçulmana, que se desenvolve em torno de Lisboa, de um a outro lado do Tejo.*” (10).

Quanto às *relações funcionais campo-cidade*, as quais incluem já o factor *utilização do solo*, e numa perspectiva que se pode considerar de caracterização suburbana, “*são marcadas fundamentalmente pela acessibilidade a Lisboa. Nesta abordagem é necessário analisar a organização do espaço a partir da capital como um sistema cuja força dinamizadora é Lisboa, o mercado, que vai pulsando ao longo do tempo: porque se alarga, porque se alteram as suas procuras quantitativas; procuras que são de produtos, mas também de serviços, a que a partir de determinado momento— mais recente— se junta a migração pendular diária de mão-de-obra*” (11). Baseando-se numa simetria histórica, funcional e cultural das duas margens do Tejo, o mapa do território saloio proposto por Jorge Gaspar incluiria uma área alargada comparativamente a outros autores (12).



II.1.2.a- Santuários de Peregrinação e Giro Saloio. 1-N^a S^a da Nazaré; 2-N^aS^a da Atalaia; 3-N^aS^a da Luz; 4-N^aS^a do Cabo- Jorge Gaspar defende a “simetria” desta distribuição geográfica, englobando a margem sul na Região Saloia. Maria Micaela Soares acrescenta a estes destinos de peregrinação N^{as} dos Remédios de Peniche e o Senhor Jesus do Carvalho, em Óbidos.

- - Localização das freguesias associadas no Círio dos Saloios. As localidades a sul do Tejo organizam também os seus círios, mas de forma independente, como Monte da Caparica, Seixal, Arrentela, Almada, Palmela, Azeitão e Sesimbra

— - Linha que delimita (como hipótese) o território saloio tal como Jorge Gaspar o propõe.

E é justamente a propósito da *expressão territorial do fenómeno religioso*, que a sua tese da unidade saloia das duas margens toma forma. Unidade esta sugerida desde os autores clássicos, com a referência do Cabo Espichel, o *Promontório Bárbaro*, mas ganhando consistência a partir do período muçulmano: “*Senhora da Atalaia e a Senhora da Luz, em Carnide, mais afastada; em paralelismo com o Espichel [S^a do Cabo] (até no milagre), a Senhora da Nazaré, também da devoção das populações rurais da periferia norte, mas mais afastada*”, sendo que as três primeiras “*têm influência significativa dos dois lados do rio*” (13).

Dos círios (14) da Senhora da Luz dão testemunho as Memórias Paroquiais de 1758: “*vêm círios dos dois lados do Rio, da Aldeia Galega, da Moita, de Alverca...*” (15).

Quanto à Senhora da Atalaia, corresponde a uma ermida situada “*num cabeço do lugar da Atalaia, a nascente da actual vila do Montijo, anteriormente designada por Aldeia Galega do Ribatejo*” (16).

Tal como nos outros casos, a organização dos círios teve origem em promessas colectivas. “*Um dos mais antigos era o dos oficiais da Alfândega de Lisboa, cujo compromisso reza ter-se ficado a dever à peste violenta, em Lisboa, no ano de 1507*” (17).

Para este santuário convergiam sobretudo freguesias de Lisboa e o *círio dos Varinos*. Mas para além das povoações, na sua maioria da margem sul, indicadas por Maria Micaela Soares, da região adstrita à S^a do Cabo, “*só na freguesia de Oeiras se regista a organização do círio e até de confraria com esta intenção. E aqui o culto de N^a S^a da Atalaia ganhou influência e peso no cômputo das actividades religiosas locais.*” (18).

Para Jorge Gaspar, “*a área de atracção à Senhora do Cabo é [...] a que melhor recobre no passado um fenómeno que podemos designar por realidade saloia*” (19). Correspondendo a uma continuidade de tradição local e de culto que remonta, através de sucessivas reconversões, provavelmente a um período pré - romano, do paganismo ao cristianismo passando pelo islamismo (20), estabeleceu-se, a partir de 1430, para a Senhora do Cabo, um “*giro saloio*” (21) que continua a cumprir-se com a maior solenidade em cada um dos vinte e cinco círios que ainda o compõem.

Para Jorge Gaspar “*os saloios*” constituem-se em “*facto geográfico*”, portanto uma “*realidade em permanente evolução, na globalidade do seu espaço, incluindo os contornos territoriais*” (22). Na senda deste autor, também José Manuel Fernandes, quando se refere à “*área de implantação*” (23) da arquitectura vernácula da região saloia, acrescenta aos concelhos dos arredores a norte e poente de Lisboa definidos como saloios por José Leite de Vasconcellos (24), os concelhos da margem sul do Tejo: Almada, Sesimbra e Setúbal.

A estes acrescenta ainda Guilherme Cardoso, Mafra, Torres Vedras, Arruda dos Vinhos, Lourinhã e mesmo Vila Franca de Xira, porque em relação à casa torreada, “*ainda é possível observar [ali] pontualmente, exemplares*” (25).

Fernando Castelo Branco, depois de ponderar as propostas de José Leite de Vasconcellos, da *Physiologia do Saloio* e de Alberto Pimentel, conclui que nenhum destes autores inclui a margem sul do Tejo, e a razão por si aduzida para em definitivo a excluir, é o critério da relação com a cidade: sendo todo este território envolvente de carácter marcadamente rural, a verdade é que “*separados de Lisboa pelo amplo estuário, não abasteciam a capital com os produtos agrícolas que produziam*” (26).

Para o autor, uma vez que o epíteto de saloio resulta do choque, do confronto directo dos citadinos com os camponeses que se apresentam na cidade para vender os seus produtos, só os que por tradição o faziam merecem a designação.

Como fica patente, a delimitação do território em causa depende essencialmente dos critérios utilizados por cada autor.

Também para a delimitação do território dos saloios, incluindo o problema da definição do que possa ser o *Termo de Lisboa*, encontramos em quase todos os autores mais recentes as mesmas referências a outros que trataram do tema em épocas precedentes, sobretudo a partir do século XVII, e com uma grande incidência no século XIX e princípios do século XX.

Alguns, como já ficou explícito, são recorrentes, como se fossem obrigatórios. São citados e analisados, por vezes com uma intenção marcadamente crítica. Acontece por exemplo com José Leite de Vasconcellos e Fernando Castelo Branco em relação a Alberto Pimentel; com João Paulo Freire em reacção à obra *Physiologia do Saloio* (27).

Para Maria Micaela Soares “*têm sido apresentados os Saloios como habitando tradicionalmente os arredores da capital, na zona mais ou menos coincidente com o Termo de Lisboa*” (28).

Mas quando se fala em *Termo* as opiniões dividem-se; torna-se difícil fixar a época a que cada um se refere, ou sequer qual seja o critério para definir o conceito respectivo.

Gustavo de Matos Sequeira, diz que é “*designação que hoje quase só se mantém no ouvido pelo prestígio do vinho, o carregado e saboroso vinho do termo que o Colares e o Bucelas não conseguiram destronar*” (29), enquanto Alberto Pimentel afirma: “*o que é certo é que a antiga expressão Termo de Lisboa se relaciona unicamente com o habitat dos saloios e não*



1



2

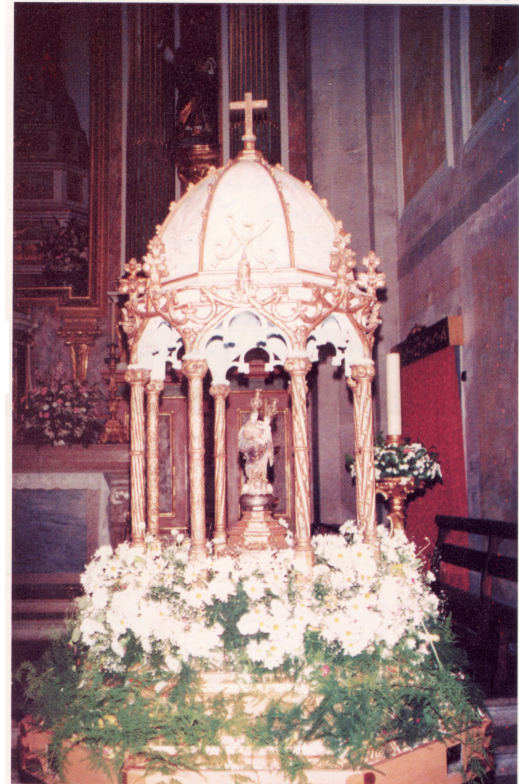


3



4

IMAGEM DE NOSSA SENHORA DO CABO NO
ALTAR DA IGREJA DE S. DOMINGOS DE RANA



5

II.1.2.b- Os Círios: entre o sagrado e o profano, testemunho de raízes pagãs. 1-Capela do Sítio, Nazaré *Arquitectura Popular em Portugal*. 2ª Ed. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1980, p.446. 2- Cabo Espichel: Ermida da Memória: sendo do século XVII, a sua forma é a da “cuba” muçulmana, e o local deve corresponder à instalação de um “ribat” ou “morabito” da mesma época e, provavelmente, os cultos locais remontam a tempos pré-romanos. 3- Círio de Nª Sª da Atalaia (PEREIRA, Paulo- *Enciclopédia dos Lugares Mágicos de Portugal*. vol 4.p.108). 4-Grupo de anjos (vestidos de soldados romanos, de acordo com a tradição) com a Sª do Cabo, à porta da igreja de S. Domingos de Rana, durante os festejos do Círio de 1972-1973 (fotografia anónima, cedida pelo Sr. Cristino). 5- Andor da Nª Sª do Cabo na igreja de S. Domingos de Rana, Círio de 1997-1998 (foto Sr. José Iglésias, folheto de promoção do evento. Paróquia de S. Domingos de Rana, 1998).

em geral com os arredores de Lisboa, porque apenas abrangia os habitantes da margem direita do Tejo e não os da margem esquerda” (30).

Se, no entanto, nos fixarmos no significado de *Termo* como circunscrição territorial na dependência de uma vila ou cidade, formando com esta, uma unidade administrativa— desde cedo identificável com o *município* ou *concelho*, e apesar das ambiguidades e dúvidas quanto a delimitações geográficas (31), em virtude das alterações de organização ao longo do tempo, alguns factos deverão ser tomados como certos em relação a Lisboa e seus arredores a ocidente:

- A Vila de Sintra e o seu *Termo*, que incluía o actual concelho de Cascais, são reconhecidos por Carta de Foral de 1154, outorgada por D. Afonso I.

- Cascais é desanexada, com o seu *Termo*, da Vila de Sintra, em 1364, por determinação de D. Pedro I (embora só em 1370 se tenha efectivado a autonomia da povoação, a qual, de aldeia na dependência de Sintra, ganhava importância de vila, após doação da mesma a Gomes Lourenço, pelo rei D. Fernando). No entanto, continuou a reger-se pelo Foral de Sintra até que, em 1514, lhe foi outorgado foral próprio por D. Manuel (32).

- Por seu lado, Oeiras só é desanexada do *Termo* de Lisboa em 1759 (33).

Portanto, se associarmos a designação de *Termo* ao municipalismo, num contexto histórico pós- reconquista, podemos afirmar, em relação ao território em causa, que a partir de 1370 Sintra e Cascais, com os respectivos *Termos*, tinham condições para ser autónomas como vilas em relação a Lisboa.

No entanto, é em 1385, de acordo com o olisipógrafo Augusto Vieira da Silva (34), que surgem os “*mais antigos documentos de que temos conhecimento em que se faz referência ao Termo de Lisboa*” (35). Trata-se do conjunto das quatro cartas das doações feitas por D. João I à cidade de Lisboa, em reconhecimento dos serviços de auxílio por esta prestados nas lutas de libertação em relação à ameaça castelhana e do apoio na elevação à realeza (36). Do teor dessas cartas, relativas às doações das vilas de Sintra, Torres Vedras, Alenquer e o conjunto formado por Vila- Verde, Colares, Ericeira e Mafra, bem como todos os *Termos* das mesmas e “*todos os outros lugares que são desde o Termo de Alenquer até à dita Cidade de Lisboa, assim como vai o Rio do Tejo, e que são desde o Termo de Torres Vedras até à dita Cidade, e desde Sintra até essa mesma Cidade, assim como vai à beira do mar*” (37) deduz-se a inclusão de Cascais no *Termo* de Lisboa, a partir de 1385.

No entanto, Cascais já tinha sido separada do *Termo* de Sintra e nada de substancial se terá alterado no regime de doação anteriormente estabelecido, até porque é nesta altura que o

mesmo D. João I faz mercê da mesma Vila (acrescida do Reguengo de Oeiras), ao Doutor João das Regras, também em pagamento dos favores prestados (38).

Na opinião de Augusto Vieira da Silva, as vilas incluídas neste território alargado do *Termo* de Lisboa e que já possuíam, por direito, as suas prerrogativas, “*naturalmente trataram de invocá-las, para lhes ser restituída a autonomia, como aconteceu, desconhecendo nós os diplomas que, até ao ano de 1527, desligaram do Termo de Lisboa as Vilas mencionadas nas cartas de doação referidas*” (39).

Apesar destas ressalvas, parte-se do princípio de que, quando os diferentes autores se referem ao *Termo de Lisboa*, nesta acepção administrativa, não deverão estar incluídos os municípios de Sintra e Cascais; o mesmo se dirá de Oeiras a partir de 1769.

De um modo geral, uma certa mobilidade ao longo do tempo está sempre presente: ou é o traçado de fronteiras entre municípios que varia; ou a relação de povoações de cada um; muitas vezes são os limites das freguesias que não coincidem com os do município respectivo. Foi só com a reorganização administrativa do país a partir de 1833 que se atingiu alguma estabilização ao nível municipal. É nessa altura, em 1852, que é extinto o *Termo de Lisboa* (40).

Maria Micaela Soares diz que, em relação à sua extensão territorial, “*variou conforme as divisões administrativas e judiciais decretadas em várias épocas, e consoante as correntes políticas dos governantes*”. Houve períodos em que algumas vilas e seus respectivos termos “*ora se encravavam (1385) ora se desencravavam do de Lisboa (1527)*” como é o caso de Sintra, Torres Vedras, Alenquer e Mafra, referindo-se à circunstância acima descrita (41).

Do *Termo* de Lisboa sempre fez parte o território correspondente ao actual concelho de Loures, até à sua desanexação definitiva em 1886, “*bem como algumas freguesias até há pouco rurais e que hoje pertencem ao aro cidadão: Ameixoeira, Benfica (de que fazia parte a Porcalhota e actual Amadora), Carnide, Charneca, Lumiar, Olivais.*” (42).

Já Luís Mendes de Vasconcelos, na sua apologia de Lisboa, no capítulo em que faz o enaltecimento do seu *Termo*, diz que os seus limites seriam “*de Torres até Cascais, pelo mais comprido, dez léguas e pelo mais largo, cinco*” (43). Ao tentar calcular o número de habitações do *Termo*, situa-o “*de Peniche e Sacavém até Cascais e Sintra*” (44). Mas o facto de assim o delimitar, não impede o autor de considerar as origens extra- termo de produtos afamados como o vinho, dizendo que “*poucos se avantajam aos de Carcavelos, Oeiras e Camarate, poucos chegam aos da Labrugeira, Ourém, Alcochete e Caparica, e a todos avantajam os de Peramanca, Beja, Vila de Frades, Cuba e Vera Cruz*”(45).

Alarga ainda o elogio às terras contíguas ao mesmo *Termo*, dizendo que “*também, saindo fora dele, que cousa há que se compare com os lugares de seus campos, que do mesmo modo são honrados e férteis, e tantos, que de Sacavém à Castanheira, que são quatro léguas, se veêm doze lugares postos no caminho, ou junto dele, e alguns grandes e lustrosos [...]*” (46).

Alberto Pimentel, em 1908, empenhou-se em definir o que designou por “*Região dos Saloios e suas zonas*” (47), classificando-as da seguinte forma:

- “*Zona de instalação*”, correspondendo à área geográfica inicialmente ocupada pelo “*mouro foragido de Lisboa após a tomada da cidade pelo Conquistador*” (48) e que se compunha do arrabalde da mesma e do espaço confinado pelo mar, pelo Tejo e pelas vilas de Oeiras, Cascais e Mafra, coincidindo assim com o antigo *Termo* de Lisboa.

- “*Zona de penetração ou irradiação*”: ocupada progressivamente pela expansão setentrional dos ocupantes da primeira zona, estender-se-ia até Óbidos, incluindo Mafra, Torres Vedras, Lourinhã e Cadaval, bem como Arruda e Sobral de Monte Agraço, “*libertando apenas a faixa marginada pelo Tejo e pela orla oceânica*” (49).

José Leite de Vasconcellos, contrariando, também neste ponto, Alberto Pimentel, por demasiado expansionista, traça para o território dos saloios o seguinte itinerário (50):

“*1-Algumas freguesias rurais do concelho de Lisboa [...]: Ameixoeira, Benfica, Carnide, Charneca, Lumiar, Olivais. [...] A Benfica pertencia ainda a Porcalhota em 1894 [...], terra de saloios, hoje denominada Amadora, que é propriamente a parte moderna, habitada por pessoas de Lisboa e onde está uma estação ferro-viária*”

“*2-O concelho de Oeiras.*

As povoações do interior, situadas nas freguesias de Barcarena e Carnaxide (nesta fica Linda-a-Pastora e Linda - a-Velha), são confessadamente saloias”

“*3-O concelho de Cascais. Neste concelho temos de distinguir o seguinte:*

a) A população das aldeias do interior (umas vinte e tantas) que aí mora e veio de tempos antigos de família em família, com rara infiltração estranha, é genuinamente saloia.

b) Há povoações antigas da beira-mar que eram saloias, cuja população mudou por infiltração de gente vinda, por assim dizer, com o comboio, ou procurou as praias (há uns oitenta anos para cá), atraídas pela corte, que se fixava muito em Cascais. A fora Cascais, aconteceu o mesmo a outras povoações do interior [...]”.

O autor considera Galiza, Parede, Carcavelos, como tradicionalmente saloias e que “*vão perdendo os seus primitivos caracteres*” (51).

“4-O concelho de Loures. Exceptuando a freguesia de Sacavém [...]

5- O concelho de Sintra. A capital, porém, diferencia-se das freguesias rurais em ser pouco saloia, em ainda querer ser menos, e em desdenhar o qualificativo. [...].

6- O concelho de Mafra.” Com excepção da Ericeira, já que “os da Ericeira muito menos se consideram saloios, e chamam assim, com desprêzo, aos de Mafra” (52).

Deduz-se que um dos critérios utilizados por Leite de Vasconcellos foi o grau de auto - consciência e auto - denominação da população relativamente à designação de “saloiio”, tal como o fez Maria Micaela Soares, com base em inquéritos linguísticos, “os quais tiveram como objectivo tentar perceber o grau de consciência de cada inquirido sobre a região em que se situa e o grupo em que se integra” (53). Como resultado, apresenta um mapa em que “a alcunha Saloio parece alargar-se a uma área que se situa mais para norte e mais para leste das zonas consagradas, aparentando serem agora pouco definidos os contornos que a tradição impôs. Só em reduzida percentagem os inquiridos se mostraram indecisos.” (54).

- Conclusões

Etnia saloia e o respectivo território surgem assim como indissociáveis, apesar de todas as variações encontradas.

Como fica patente, a delimitação do território em causa depende essencialmente dos critérios utilizados por cada autor e a abordagem do tema não tem sido sistemática.

Da compilação de opiniões apresentada ressaltam os seguintes critérios, que se poderão revelar úteis no contexto do presente estudo:

- A percepção do território como saloio, através da inquirição quanto à auto-consciência da população relativamente à integração numa região e num grupo (designado e identificado como *dos saloios*).
- A teoria do *centro étnico*, que situa geograficamente uma área dos arredores de Lisboa, eventualmente identificável com o antigo Termo, área onde se terão concentrado as populações muçulmanas saídas da cidade em 1147. A etnia saloia teria irradiado a partir deste centro, expandindo o respectivo território, com maior ou menor amplitude, segundo os autores, no cruzamento com os outros critérios. É praticamente excluída a beira-mar, bem como as margens do Tejo. A área do território assim demarcado terá tendência para *encolher* sob a pressão da expansão urbana.
- A manutenção de características originais, pela preservação de *infiltração estranha* nas famílias antigas.

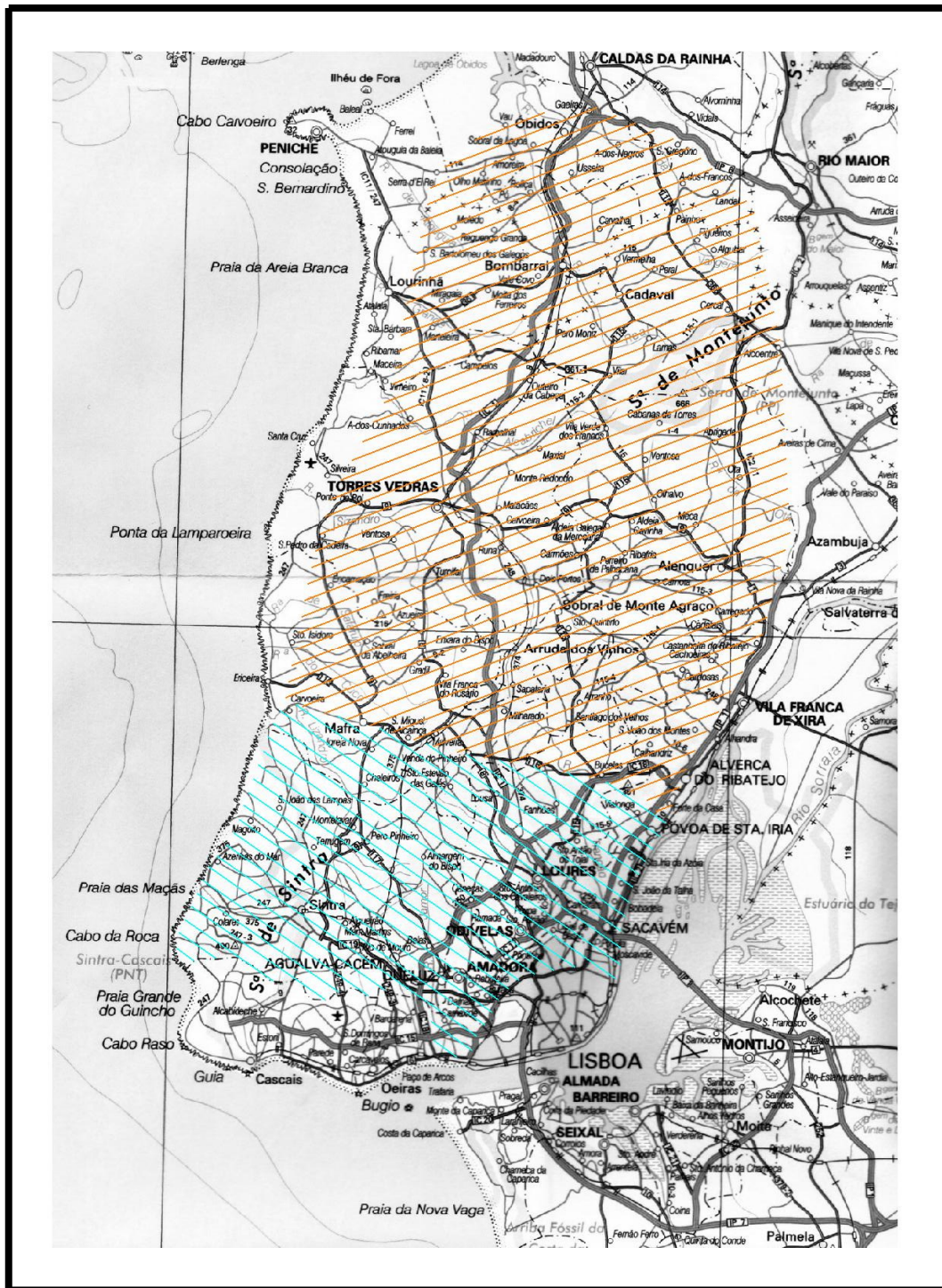
- A incidência da toponímia de origem árabe.
- A relação com a cidade, de abastecimento directo e pessoal de produtos agrícolas.
- A relação com a cidade do ponto de vista mais geral do *mercado*, o que incluiria a adaptação ao mesmo ao longo do tempo, do fornecimento directo de víveres ao fenómeno mais recente das deslocações pendulares para a cidade das massas trabalhadoras.
- A percentagem de utilização agrária do solo.
- A expressão territorial do fenómeno religioso, vinculado às rotas das romarias e peregrinações a santuários cuja localização radica em origens remotas e pagãs, atestando por um lado a antiguidade da ocupação do território, a evolução, mas também a força das tradições e por outro, a possibilidade de considerar o alargamento do território dito saloio para a margem sul do Tejo, dada sobretudo a importância do Santuário da S^a do Cabo no Cabo Espichel. A organização em *círios*, envolvendo várias localidades, pode considerar-se um sinal de unidade (em certos aspectos simétrica) das duas margens do Tejo na zona de Lisboa.
- A existência de tipologias arquitectónicas, identificadas como próprias dos saloios, mormente a *casa torreada*.

De salientar que a delimitação do *território* é, na maior parte dos autores, acompanhada, ou precedida, de uma caracterização étnica, a qual se considera contributo essencial para a definição da *identidade cultural da Região Saloia*.

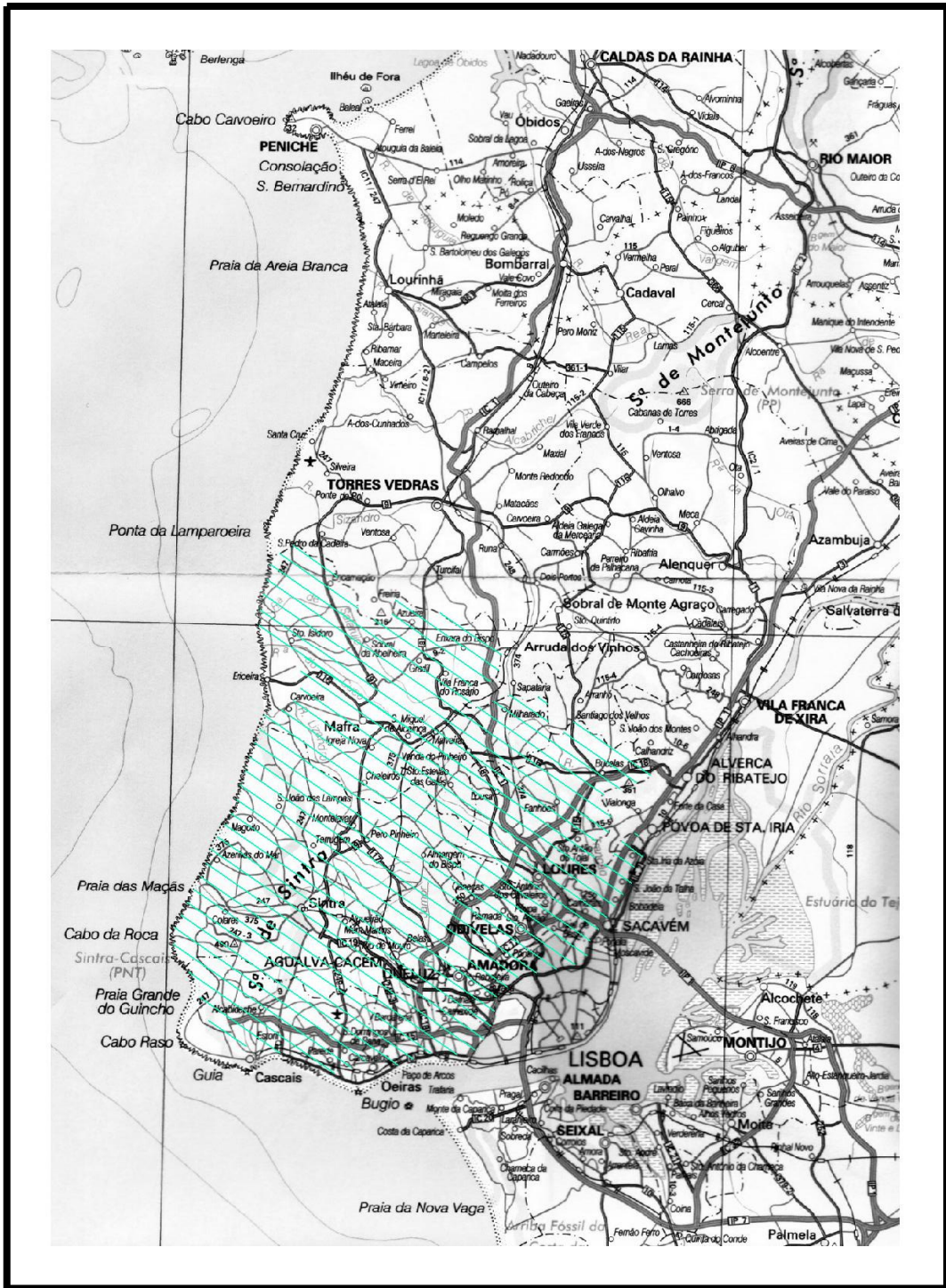
O ensaio de delimitação territorial cartográfica que se apresenta, por ordem cronológica, baseia-se no conjunto de informações pouco precisas que foi possível colher nalguns autores citados e pretende somente ajudar a visualizar o território objecto de tantas conjecturas, permitindo traçar um esquema comparativo: percebe-se que as variações dependem das opiniões dos autores, de acordo com critérios que se podem considerar parciais e pouco actualizados, para os mais recentes. Por exemplo, quando Jorge Gaspar fala da tradição dos Círios, não refere que já só consta o da N^a S^a do Cabo (que as novas gerações já não entendem); se José Manuel Fernandes e Guilherme Cardoso, com base na extensão da arquitectura saloia, consideram um alargamento da zona de carácter saloio, parecem não dar valor ao facto de essa arquitectura estar numa fase de desaparecimento progressivo e inelutável; para Maria Micaela Soares é cada vez mais difícil encontrar, mesmo nas zonas mais recônditas e esquecidas do possível núcleo saloio, pessoas que ainda mantenham a linguagem, os costumes, as memórias...

Foi acrescentado o que respeita às delimitações actualmente consideradas no âmbito das Unidades de Paisagem da Área Metropolitana de Lisboa, conforme referenciado na figura.

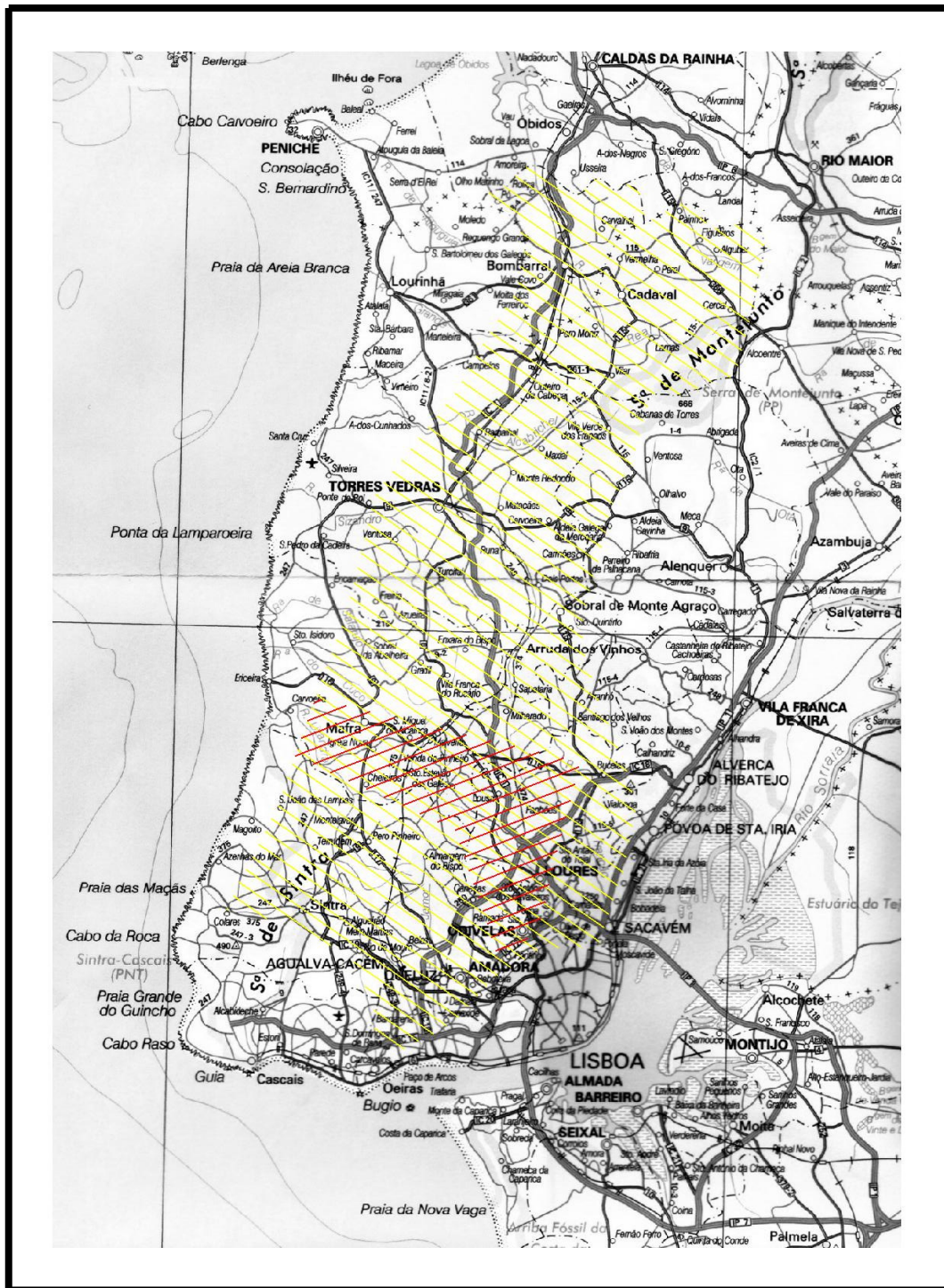
Considera-se que as mesmas correspondem à imagem mais realista do que é actualmente o território *salio*. Denota a tendência para o mesmo *encolher* progressivamente: resta uma espécie de *coração*, o qual, por mau funcionamento dos organismos envolventes, acabará por sufocar...



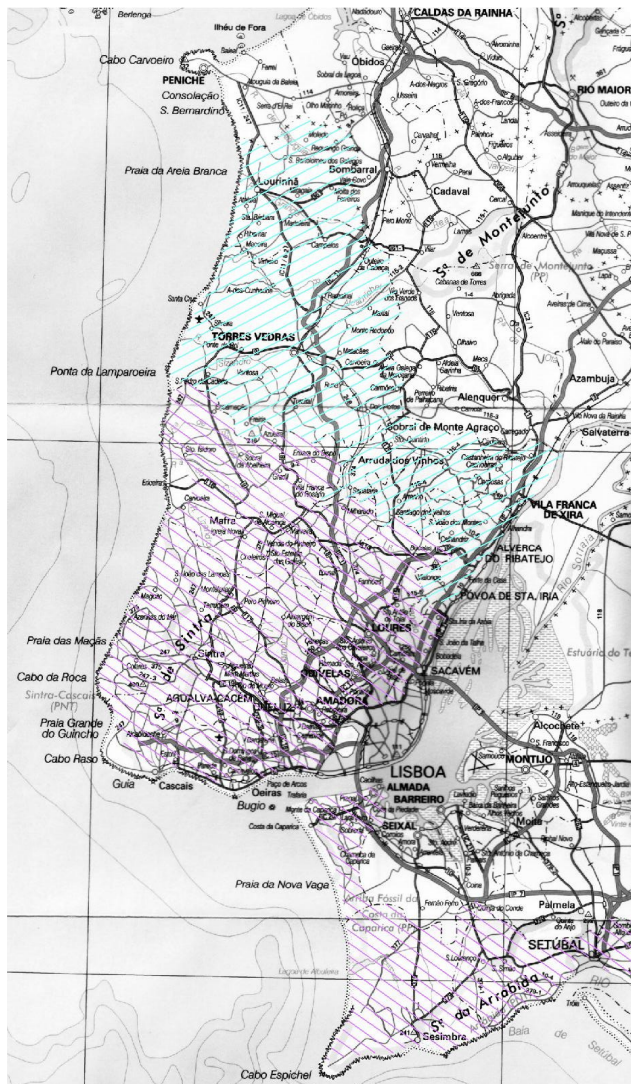
II.1.2.c - O território saloio segundo Alberto Pimentel (1908), com a zona de instalação a azul, e a de expansão a laranja



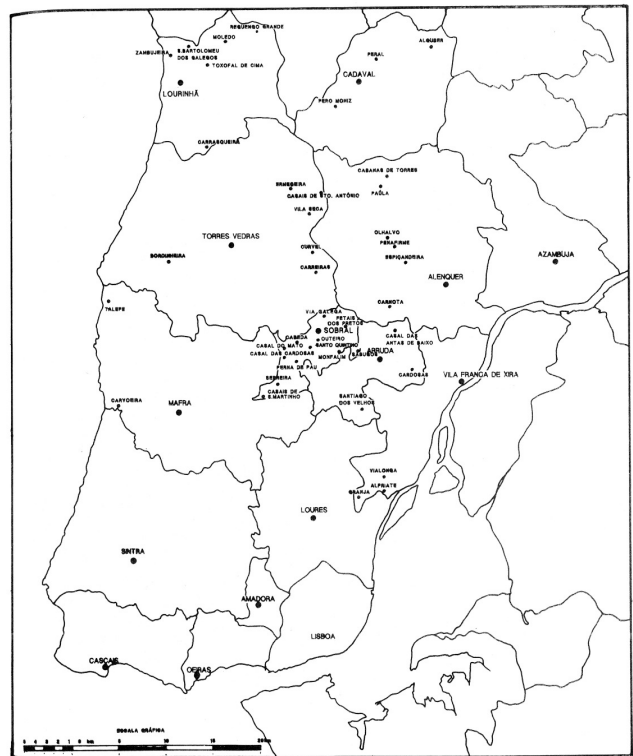
II.1.2.d - A terra dos salios de José Leite de Vasconcellos (1942)



II.1.2.e – O Território Saloio de Gustavo de Matos Sequeira, em 1958: o autor admite um núcleo (a vermelho) de autenticidade saloia e uma área em fase de contracção (a amarelo), onde as características vão desaparecendo



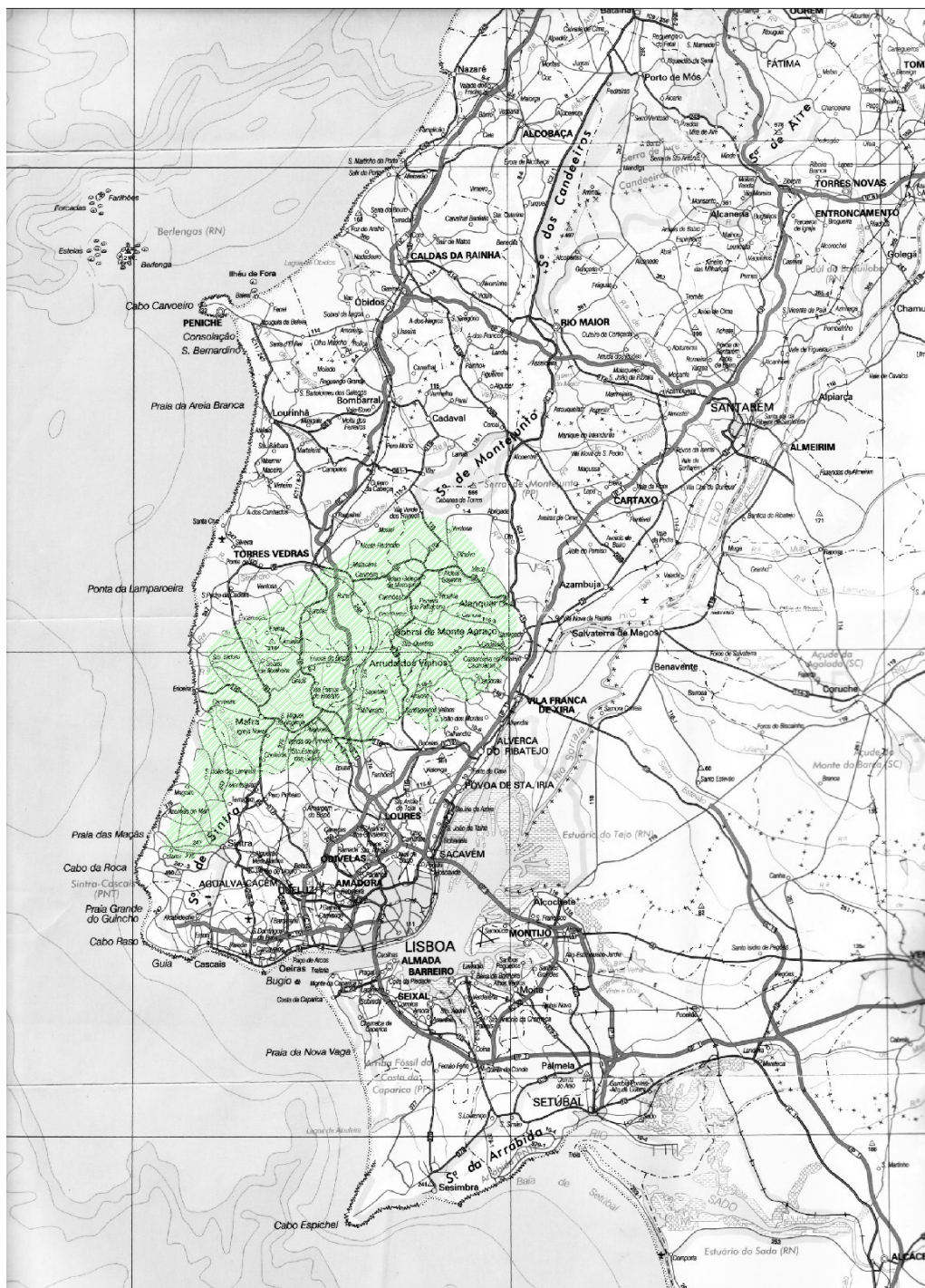
1



Distribuição provisória da alcunha saloio no distrito de Lisboa

2

II.1.2.f- A Cartografia recente: 1- À zona preconizada por José Leite de Vasconcellos, junta José Manuel Fernandes os concelhos assinalados da Margem Sul. Guilherme Cardoso acrescenta ainda os concelhos assinalados a verde. 2- Da pesquisa feita por Maria Micaela Soares resultou um mapa provisório da distribuição da alcunha de saloio (e aceitação da mesma pelos visados)



II.1.2.g- Os limites da Terra Saloia: ABREU, Alexandre Cancela de; CORREIA, Teresa Pinto; OLIVEIRA, Rosário - Grupos de Unidades de Paisagem: K (Maçios calcários da Estremadura) a Q (Terras do Sado). In *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental*. Lisboa: DGOTDU; Lisboa: Universidade de Évora, 2004, Vol. IV

- Para os autores o território que se pode considerar *Terra Saloia*, está cada vez mais condicionado pelo avanço caótico de infraestruturas de comunicação e urbanizações.

Notas a II.1.2- Delimitações geográficas: etnia e território

1- GASPAR, Jorge- **Território dos Saloios**. In Etnografia da Região Saloia. A Terra e o Homem. Sintra: Instituto de Sintra, 1993, p.9: O autor considera que se confrontam duas teses, a de Alberto Pimentel (1908) e a de Leite de Vasconcellos (1942). Para ele, ambos erraram e ambos têm alguma razão, não adiantando muito mais do que a classificação de dinamismo para um e purismo para o outro.

2- GASPAR, ref 1, p.9

3- GASPAR, ref 1, p.9

4- De acordo com a teoria de David Lopes sobre a origem do saloio abordada no ponto I.1.1

5- SEQUEIRA, Gustavo de Matos; GAMEIRO, Roque- **Portugal de algum dia: cenas, costumes e usos de outros tempos**. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1931. Cit. por GASPAR, ref 1, p.10

- **Os Saloios**. In O Concelho de Mafra, 1958. In MANA, Donzília – **Algumas teses sobre a origem do Saloio**. In Boletim Cultural. Câmara Municipal de Mafra, 1995. P.355 (sem mais informações bibliográficas).

6- MANA, ref 5, p.356

7- MANA, ref 5, p.357

8- MANA, ref 5, p.357

9- GASPAR, ref 1, p.11

10- GASPAR, ref 1, p.11-12: destaque, no que respeita a toponímia, para o vocábulo *Azoia*, presente no Cabo Espichel, no Cabo da Roca e em Santa Iria, marcando arcos de incidência da toponímia de origem árabe. *Azoia*, palavra derivada do árabe *Zauía*, túmulo de um homem santo, local de peregrinação de fiéis. A ideia da simetria norte-sul do Tejo, seria então reforçada, não só pela idêntica densidade toponímica, como também pelo sistema de organização de espaço: primeiro os reguengos das duas margens; os vinhos; a implantação das quintas de prazer e rendimento, renascentistas e depois românticas.

11- GASPAR, ref 1, p.11

12- Ver figura II.1.2 a

13- GASPAR, ref 1, p.16 e Fig. I.1.2.a

14- PEREIRA, Paulo- **Enciclopédia dos Lugares Mágicos de Portugal**. 1ª Ed. Vol 4. Lisboa: Público, 2006, p. 106-107: “*O Círio, em termos populares, designa a romaria de uma comunidade ou população a um santuário de destino, como paga de uma promessa colectiva ou de uma promessa antiga*”. Cumpre-se como uma obrigação sazonal, religiosa (devoção Mariana em geral) mas de raiz laica, a que se associa a Igreja Católica. Toma geralmente a forma de peregrinação, organizada como festa popular por Confrarias. A sua origem remonta eventualmente a cultos pagãos depois cristianizados, e o nome deriva, por metonímia, das grandes velas ou círios, que eram transportados pelos romeiros, e guardados em caixas próprias.

15- GASPAR, ref 1, p.16

16- SOARES, Maria Micaela- **Saloios**. Separata do Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa. 1989-1990, I Série, Nº 91, p. 37

17- SOARES, ref 16, p.37: “*Ocorre ainda hoje o dos marítimos solteiros e o dos casados de Alcochete, entre a última sexta feira de Agosto e a segunda-feira seguinte*”. Tal como noutros santuários, também aqui os peregrinos procedem à ablução de mãos e rosto na água da nascente milagrosa, e põem ao peito as medalhas artesanais em cartão, “*enfeitadas com fitas e lantejoulas, tendo ao centro um registozinho da Virgem*”

18- TEIXEIRA, Carlos A. CARDOSO, Guilherme; MIRANDA, Jorge – **Registo Fotográfico da Freguesia de S. Domingos de Rana e Alguns Apontamentos Histórico- Administrativos**. S. Domingos de Rana: Junta de Freguesia, 2003, p.199: Descrição a propósito da participação de S. Domingos de Rana, associada a Oeiras, no Círio da Sª da Atalaia. Não se indica, porém, quando cessou esta celebração, sendo certo realizar-se desde o século XVI.

19- GASPAR, ref 1, p.16

20- GASPAR, ref 1, p.17: Esta devoção – peregrinação teria a ver, segundo o autor, com a peregrinação do período muçulmano à *Zauía* do Cabo Espichel. A sua área de influência já configuraria a actual, incluindo a margem sul, e fazendo assim remontar a origem da própria Região Saloia a este período.

-ENCARNAÇÃO, José d’- **Recantos de Cascais: Uma devoção secular**. Jornal da Região, 2 de Abril de 2003, p5 : Apesar desta remota origem, uma lenda popular que poderá ter surgido por volta de 1410, assegura o carácter cristão do culto. Envolve um velho de Alcabideche, o qual, durante várias noites, avista uma luz para os lados do Cabo Espichel, como uma estrela especial que atraía a atenção. O velho pôs-se a caminho, depois de em sonhos ter sido avisado de que a luz irradiava de uma imagem perdida de Nossa Senhora que devia ser recuperada e venerada. Pernoitando na Caparica, “*contou à hospedeira ao que vinha. Impressionada, a mulher sentiu também ela, durante a noite, uma força irresistível que a impeliu, manhã cedo, para as bandas do Cabo e aí a foi encontrar, horas depois, o velhote de Alcabideche, prostrada diante da imagem, que, no século XIII, pertencera (rezam os livros) a Hildebrando, frade eremita de S. Agostinho, viajante rumo a Lisboa, numa embarcação ali naufragada*”

-PEREIRA, Paulo-**Enciclopédia dos Lugares Mágicos de Portugal**.1ª Ed. Vol. 13. Lisboa: Público, 2006, p. 118-130:

De acordo com Paulo Pereira, outra variante da lenda combina esta história com a de um naufrágio, ao largo do Cabo, no meio de uma grande tempestade, do qual todos se salvam “*pela intercessão de uma imagem da Virgem, a quem os marinheiros oravam na capela de bordo*”. Quando veio a bonança, uma grande luz indicava, pela falésia acima, a subida da imagem montada numa mula (cujas pegadas teriam ficado impressas na rocha) o que explicaria também o primitivo nome do lugar: Pedra da Mua; e duma assentada dava também uma razão de existir ao trilho de dinossauros que pontuam de forma inexplicável para a época, o flanco da falésia.

- Por outro lado, poderá tornar-se interessante verificar os pontos que esta história fundacional tem em comum com uma outra: a do Convento de Nª Sª da Arrábida.

21- SOARES, ref 16, p.31. É a seguinte a lista de povoações que faziam parte do giro dos saloios em 1989: Alcabideche, Carnaxide, S. Julião do Tojal, S. Pedro de Penaferrim, Belas, Loures, Carnide, Barcarena, Lousa, S. Antão do Tojal, Benfica, S. Domingos de Rana, S. João das Lampas, Montelavar, Rio de Mouro, Nª Sª da Ajuda de Belém, Cascais, Odivelas, S. Martinho de Sintra, Almargem do Bispo, Stº. Estêvão das Galés, Igreja Nova, Terrugem, Fanhões, Stª Maria e S. Miguel de Sintra (associadas).

-ENCARNAÇÃO, ref 20, p. 5: Este autor indica a data de 1606 para a criação da “*confraria com a finalidade de promover a peregrinação da imagem pelas 30 (depois 26, e agora 25) freguesias da região saloia*”, por iniciativa de uma mulher de Alcabideche e um mancebo de Carnaxide. No entanto, não indica a fonte.

22- GASPAR, ref 1, p.17

23- FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes- **Arquitectura Vernácula da Região Saloia: Enquadramento na Área Atlântica**. Lisboa: ICLP, 1991. p. 47

24- Ver Fig. II.1.2.d

25- CARDOSO, Guilherme; CABRAL, João Pedro- **Povoamento e Arquitectura Popular na Freguesia de Cascais**. Cascais: Junta de Freguesia, 2004, p.32

-Ver Fig. II.1.2.f

- FERNANDES, ref 23, p. 28: os autores partem do pressuposto de que há um *tipo* de casa saloia; abstraindo dos subtipos, distinguem a mais exemplar, a que chamam *torreada*, por analogia com as torres medievais e cujas origens procuram sobretudo nas influências da época muçulmana. Por seu lado, o mesmo carácter fortemente geometrizado, apoiado na forma quadrangular e com proporções aproximadamente constantes, terá influenciado a construção erudita, em solares e igrejas, na mesma região.

26- SOUSA, João de- **Caderno de todos os barcos do Tejo tanto de carga e transporte como de pesca**. Lisboa: Na Loja de joze de França, 1785. Cit. por CASTELO BRANCO, Fernando- **A problemática do conceito de saloio**. In *Etnografia da Região Saloia. A Terra e o Homem*. Sintra: Instituto de Sintra, 1993, p.24-25: Testemunha os produtos que, através do rio chegavam a Lisboa, da outra margem e das regiões tanto a nascente como a poente, no século XVIII: madeira vinha na Barca de Aldeia Galega; lenha na fragata de Alcochete; pedra na bateira de Porto Brandão; já os barcos do Ribatejo, assim como os “*Bateis d’Agoa a’ssima*” traziam abastecimentos a Lisboa. Os barcos dos moinhos traziam farinhas da outra margem.

27- VASCONCELLOS, José Leite – **Etnografia Portuguesa: Tentame de Sistematização**. Vol III. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1980, p. 430

- CASTELO BRANCO, ref 26, p. 23-24

- FREIRE, João Paulo – **O saloio: sua origem e seu carácter: fisiologia, psicologia, etnografia: infâmias, mentiras e disparates que se têm escrito sobre o saloio, seus usos e costumes**. Porto: Emp. Diário do Porto, 1948, p. 59: o autor faz um contraponto de todas as afirmações da *Physiologia*, mas a verdade é que acaba por concordar com algumas, dando-lhes a sua própria interpretação (exemplo da explicação para o horror à árvore e à água).

- SOTTO MAYOR, A. da Cunha - **Physiologia do saloio**. Lisboa: Livraria Central, 1858

28- SOARES, ref 16, p.13

29- SEQUEIRA, ref 5. Cit. por MANA, Donzília, ref 5, p. 356

30- PIMENTEL, ref 30, p. 6. Cit. por CASTELO BRANCO, ref 26, p. 24

31- SOARES, ref 16, p.15

32- REDONDO, Belo- **Murtal Aldeia das Murtas. Com o foral da vila de Cascais e seu têrmo**. Cascais: Museu Biblioteca do Conde de Castro Guimarães, 1943, p.22-50

33- SOARES, ref 16, p.15

34- SILVA, A. Vieira da – **Dispersos**. 1ª Ed.Vol. I.Lisboa: Oficinas Gráficas da C.M.L., 1954 p. 35-54

35- SILVA, ref 34, p.37

36- SILVA, ref 34, p.37

37- SILVA, ref 34, p.37

38- ANDRADE, Ferreira- **Monografia de Cascais**. Cascais: C.M.C., 1969, p. 35: O senhorio de Cascais passa para a posse de João das Regras depois da morte de Sancho Gomes de Avelar, filho do primeiro donatário, a quem foi concedido o senhorio, depois de D. Henrique Manuel de Vilhena, senhor de Cascais durante a crise de

1383-1385, ter traído os interesses do país, servindo Castela. O autor diz que existem três documentos que o designam como donatário, datados de 1386, 1387 e 1397. Quanto à inclusão do Reguengo de Oeiras, esclarece que o mesmo sempre pertenceu ao senhor de Cascais, desde 1370 até 1760.

39- SILVA, ref 34, p.38

40- SILVA, ref 34, p. 50-51

41- SOARES, ref 16, p.15

- A interpretação da autora refere-se às circunstâncias detalhadas por Augusto Vieira da Silva, na obra citada

42- SOARES, ref 16, p.15

43- VASCONCELOS, Luís Mendes de- **Do Sítio de Lisboa: Diálogos**. Organiz. José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte, 1990, p.120.

- SOARES, ref 16, p.15: Edições referidas da obra em 1608 (1ª edição) e 1736 (2ª edição).

44- VASCONCELOS, ref 43, p.118

45- VASCONCELOS, ref 43, p.119

46- VASCONCELOS, ref 43, p.120

47- PIMENTEL, ref 30, p. 5. Cit. por SOARES, ref 16, p. 17

48- PIMENTEL, ref 30, p. 5. Cit. por SOARES, ref 16, p. 17

49- PIMENTEL, ref 30, p. 5. Cit. por SOARES, ref 16, p. 17

50- VASCONCELLOS, ref 27, p. 433-435: no ponto 3, II - Território dos saloios, área própria dos saloios.

51- VASCONCELLOS, ref 27, p. 434: o autor considera mesmo que “*Os indígenas quase desapareceram. Em rigor, a terra já não é saloia*”.

52- VASCONCELLOS, ref 27, p.437

-Ver Fig. II.1.2.d

53- SOARES, Maria Micaela- **Literatura Saloia**. In Etnografia da Região Saloia: A Terra e o Homem. Sintra: Instituto de Sintra, 1993, p.33-34

54- SOARES, ref 53, p.34

- Ver Fig. II.1.2.f

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Ferreira de - **Monografia de Cascais**. 1ª Ed. Cascais: CMC, 1969. 277 p.
- CARDOSO, Guilherme; CABRAL, João Pedro - **Povoamento e arquitectura popular na freguesia de Cascais**. 1ª Ed. Cascais: Junta de Freguesia de Cascais, 2004, 144 p. ISBN: 972-99239-0-6
- ENCARNAÇÃO, José d' - **Recantos de Cascais: Uma devoção secular**. Jornal da Região, 2 de Abril de 2003, p.5
- FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes - **Arquitectura Vernácula da Região Saloia: Enquadramento na Área Atlântica**. 1ª Ed. Lisboa: Ministério da Educação. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1991, 78 p.
- FREIRE, João Paulo - **O saloio: sua origem e seu carácter: fisiologia, psicologia, etnografia: infâmias, mentiras e disparates que se têm escrito sobre o saloio, seus usos e costumes**. Porto: Emp. Diário do Porto, 1948. 364 p. COTA H.G. 27924 P.
- GASPAR, Jorge - **Território dos Saloios**. In Etnografia da Região Saloia, A Terra e o Homem. Sintra: Instituto de Sintra, 1993, p. 2 -18
- MANA, Donzília - **Algumas teses sobre a origem do saloio**. Boletim Cultural. Câmara Municipal de Mafra, 1994, p. 352-359
- PEREIRA, Paulo - **Enciclopédia dos Lugares Mágicos de Portugal**. 1ª Ed. Vol 4. Lisboa: Público, 2006, 159 p. ISBN: 989-619-075-5
- PEREIRA, Paulo - **Enciclopédia dos Lugares Mágicos de Portugal**. 1ª Ed. Vol 13. Lisboa: Público, 2006, 159 p. ISBN: 989-619-075-5
- PIMENTEL, Alberto - **A Extremadura Portuguesa**. Lisboa: Empresa da História de Portugal, 1908.
- REDONDO, Belo - **Murtal Aldeia das Murtas Com o foral da vila de Cascais e seu termo**. 1ª Ed. Cascais: Museu Biblioteca do Conde de Castro Guimarães, 1943, 68 p.
- SEQUEIRA, Gustavo de Matos; GAMEIRO, Roque - **Portugal de algum dia: cenas, costumes e usos de outros tempos**. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1931.
- SILVA, A. Vieira da - **Dispersos**. 1ª Ed., Vol. I. Lisboa: Oficinas Gráficas da C.M.L., 1954, 160 p. COTA C.G. 7099 P.
- SOARES, Maria Micaela - **Saloios**. Separata do Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa, 1989-1990, I Série, nº 91, 95 p.
- SOARES, Maria Micaela - **Literatura Saloia**. In Etnografia da Região Saloia. A Terra e o Homem. Sintra: Instituto de Sintra, 1993, p. 33-100

SOUSA, João de - **Caderno de todos os barcos do Tejo tanto de carga e transporte como de pesca.** Lisboa: Na Loja de joze de França, 1785 COTA RDe 4-39

TEIXEIRA, Carlos A. CARDOSO, Guilherme; MIRANDA, Jorge – **Registo Fotográfico da Freguesia de S. Domingos de Rana e Alguns Apontamentos Histórico- Administrativos.** S. Domingos de Rana: Junta de Freguesia de S. Domingos de Rana, 2003, 286 p.

VASCONCELLOS, José Leite – **Etnografia Portuguesa: Tentame de Sistematização.** Vol. III. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1980, 794 p.

VASCONCELOS, Luís Mendes de - **Do Sítio de Lisboa: Diálogos.** Organização e notas de José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte, 1990, 169 p. ISBN: 972-24-0798-8

II.1.3- Identidade cultural saloia- síntese de traços essenciais

1.3.1- Cultura e identidade cultural

Compulsados os vários autores assinalados, procurou-se definir os contornos, quanto a origens e carácter, de um grupo étnico (1) – *os saloios*.

Mostrou-se esta definição indissociável da História e de um território, de delimitação incerta, mas que tem sempre como referência a cidade de Lisboa.

Os aspectos culturais mais relevantes, capazes de dar corpo a uma *identidade* própria dos saloios terão a ver com características fixadas no tempo, marcadas por traços originais para os quais contribuirá a especial relação com a cidade.

Relação que se revela, neste ponto do estudo, de antinomia no que respeita aos aspectos culturais, uma vez denunciado o paradoxo de uma proximidade e contacto que, em vez de diluir as diferenças parece ter ajudado a acentuá-las.

As características que se destacam, nomeadamente as decorrentes do carácter principalmente rural da população e as suas raízes muçulmanas, terão necessariamente em conta os factores da geografia física e as condições naturais do território, ou parcela deste considerada.

Para abordar o tema da cultura, parte-se da definição do conceito de cultura adoptada por Manuel Antunes quando se refere ao significado etnológico - etnográfico da palavra: “*um conjunto de atributos e de produtos das sociedades humanas e, por conseguinte, do género humano, extrassomáticos e transmissíveis por meios diferentes da hereditariedade biológica e que faltam essencialmente nas espécies subhumanas tanto quanto são características da espécie humana enquanto esta se agrega em sociedades*” (2).

De entre os referentes possíveis será dado destaque ao *popular*, face ao carácter marcadamente rural dos *salosios*, tendo no entanto em conta os contextos urbano-rurais próprios da *cultura saloia*.

Numa aproximação à metodologia dialéctica, ter-se-á em conta que “ [...] *o modo de produção na vida material determina o carácter dos processos sociais, políticos e espirituais da vida. Não é a consciência dos homens que determina a sua existência, mas é a sua existência que determina a sua consciência. Com a mudança da base económica toda a imensa super-*

estrutura se vê, mais ou menos rapidamente, modificada” (3). Trata-se de uma ideia que não se toma por determinista, mas que está subjacente no desenvolvimento de análises e interpretações de *factos culturais*, entendidos como designação geral dos objectos do estudo, sobretudo a “*cultura construída*” (4).

Do ponto de vista fenomenológico, considera-se que “*cultura e civilização são um produto ou manifestação da Consciência Colectiva*”, sendo que a principal característica desta é ser “*algo de imaterial, de irreduzível às consciências individuais e a elas transcendente [...] que, projectando o seu pensar, querer e sentir nas consciências individuais, produz as diversas formas de cultura e civilização*” (5).

Mas as culturas são também “*seres vivos no mais alto grau’ que nascem, crescem, envelhecem e desaparecem na civilização por eles próprios criada.*” (6).

Por *identidade* toma-se o conjunto de características que, como unidade original, formam o retrato de uma entidade e a podem representar.

A *identidade cultural*, como conceito, portanto tomado abstractamente, “*não é directamente observável, mas tão-só as suas manifestações*” (7), sob a forma de expressões materiais, factuais, tangíveis e intangíveis (8), capazes, pelo seu carácter e originalidade, de ser reconhecidas como próprias e representativas de um grupo social específico.

1.3.2- Os Saloios: vida espiritual

De acordo com Maria Micaela Soares, são os vários aspectos e manifestações da vida espiritual dos saloios que constituem o cerne e a matriz da sua identidade cultural (9).

1.3.2.1- A linguagem

São numerosos os exemplos assinalados na literatura que testemunham uma forma de falar, de se exprimir muito própria dos saloios (partilhando no entanto características comuns do sul do país). Mas dificilmente se encontram, pelo menos no concelho de Cascais, testemunhos vivos dessa forma de falar (10).

De acordo com Maria Micaela Soares, houve um largo aproveitamento da “*linguagem saloia*” feito especialmente pela Literatura de Cordel e pelos autores teatrais a partir do século XVIII

para obter efeitos cômicos, “*com a intenção de algo reproduzir da linguagem destas populações, mas carecendo tudo de valor científico.*” (11).

Para Maria Teresa Caetano, o “*estudo de tradições populares é fundamental para que se entenda o povo, seus temores e anseios; o modo como encara a Natureza e o Mundo do Sobrenatural. Permite a detecção de formas arcaicas de linguagem e sua evolução. E possibilita o conhecimento do passado: na maioria, as tradições são antigas e, em muitos casos, são detectados vestígios de mitos primitivos, de cultos pagãos e cristãos.*” (12).

“*‘É-lé Graviel’, disse este [o sacristão], por fim, com um sorriso. ‘Você hoje campou. o patrão é festeiro; fica o moinho a dormir! Hem? Galdere; não é assim? Mas c’os diabos! Não sei como não vieste cá dormir. Botas os olhos acolá para o arraial. Vês? Duas bolacheiras e a Tia Sezila com queijadas’*” (13).

“*O Pároco da Aldeia*” é um conto que terá sido escrito em 1844, reportando-se a narrativa a 1825, uma vez que é a data que figura no frontespício. Já José Leite de Vasconcellos o toma como retrato dos saloios (14), e tornou-se numa referência importante para a caracterização destes (15).

Poder-se-ia pensar que Alexandre Herculano era, ele próprio, de origem saloia. Mas não. O autor nasceu em Lisboa, em 1810. Numa primeira aproximação, um *pároco de aldeia* remete, em imaginação, para alguma zona de remota província, de preferência no norte do país. No entanto, correspondendo com uma exactidão, dir-se-ia milimétrica, às características até agora registadas das gentes saloias e da sua terra, incluindo a relação com a cidade, a acção decorre algures nos arredores de Lisboa. E se estes arredores, por mais próximos que lhe fossem, mantinham um cariz arreigadamente rural e provinciano, então poderá ser certo que para Herculano e para os *alfacinhas* de um modo geral, a província (também ao serviço do procurado bucolismo romântico) estava às portas da cidade.

É notável a força e o rigor que o autor imprime às personagens; mas também o carinho e humanidade com que as trata. São provavelmente inspiradas em figuras que conheceu, justamente no âmbito das relações que os cidadãos mantinham com aqueles que desde tempos imemoriais teriam eles próprios apelidado de *saloios*.

Um exemplo mais recente é-nos dado por José Rodrigues Miguéis, na sua obra *A Escola do Paraíso*. Inspirado em recordações de infância, descreve o mundo visto a partir de dois bairros de Lisboa, cujos horizontes são o Tejo e justamente os arredores da cidade. Aqui a saloia é a

Maria dos Laparotos, a qual, para justificar perante a patroa certos aspectos de uma história pouco edificante que ela se empenha em contar com todos os pormenores, diz:

“*A minha senhora desculpe, mas isto a gente semos saloias, temos cá outros modos...*” (16).

Para além da caracterização das figuras, interessa neste passo sobretudo o que à linguagem diz respeito. A opinião de Leite de Vasconcellos é que não existe especificidade de fala saloia, mas apenas “*falar estremenho*” (17). Maria Micaela Soares chega à mesma conclusão, uma vez que a maior parte das alterações fonéticas, a modificação do timbre, bem como os aspectos morfológico e sintáctico são comuns a diversas áreas regionais. No entanto, é de considerar a “*notória originalidade e diversidade de múltiplos falares locais, do maior interesse para o estudo da linguagem meridional da nossa terra.*” (18).

Um aspecto importante prende-se com a fixação de anacronismos, o que permite detectar a presença das origens muçulmanas (moçárabes) de alguns termos. Um deles é a palavra “*almácea, almáciga ou almaça*” que significa “*pequeno tanque*”, e que é, segundo a autora, “*como se fosse um monumento mudéjar na fala dita saloia*” (19).

1.3.2.2- A literatura

É a tradição oral, em vias de extinção, que fornece os elementos coligidos, do *Romanceiro* de Almeida Garrett a recolhas mais recentes (20).

Maria Micaela Soares considera que não existe uma “*Literatura com características exclusivamente saloias*”, não revelando as peças dos vários géneros qualquer originalidade, pois “*são meramente populares e algumas povoam os quatro cantos do país, vindas do fundo dos tempos*” (21).

No entanto, as peças por si recolhidas, bem como as de outros autores (22), apesar de serem versões de *romances, cantigas e orações* comuns a outras regiões, podem ainda assim, fornecer informações sobre costumes, crenças e mentalidades muito próprios dos saloios. O mesmo se verifica com os textos de “*cegadas*” (23) e “*natalendas*” (24).

Estes temas têm sido objecto de pouca atenção em vista da sua importância e extensão, talvez porque são vítimas do fenómeno da proximidade: quanto mais alheios, longínquos (no espaço e no tempo) e exóticos são os assuntos, mais atraentes se tornam. Para os intelectuais de Lisboa, os arredores da cidade parecem estar demasiado presentes, não criam distanciamento, para lhes darem a devida atenção. Continua portanto a haver um trabalho de recolha e tratamento de dados por fazer de um património em “*completa decadência*” (25).



Fig. 47 - Freiria. Ara ao deus Triborunis.

1



2



4



3



5



6



7

II.1.3.2.a- Religiosidades populares. 1-Ara votiva (sec. I d.C.), encontrada na villa romana de Freiria. Venerando uma divindade indígena, trata-se “*duma oferta, destinada, muito provavelmente, ao local de culto*”. In ENCARNAÇÃO, José d’-Roteiro Epigráfico romano de Cascais. Cascais: CMC,2001.p.26

2- Capela da Nª Sª da Conceição da Abóboda:Ex-voto.Pintura sobre madeira, século XVIII. Assinala uma promessa e o agradecimento pelo favor concedido.(Foto Amélia Cabrita).3- Ex-voto Nª Sª da Conceição. Trata-se também de uma cura, considerada milagrosa. Séc. XIX. Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, Lisboa. 4- Presença de estandarte e andor de Nª Sª de Fátima: Procissão do Padroeiro, S. Domingos de Rana, Agosto de 2007.(Foto Amélia Cabrita). 5- Procissão em louvor de Nª Sª da Peninha. In Etnografia da Região Saloia: A Diversidade do Quotidiano. Sintra: Instituto de Sintra, 1999. Capa. Também aqui pontua a Nª Sª de Fátima.6- Nª Sª do Ó, Museu de Lamego, séc.XIV. “O culto da Sª do Ó recobre cultos ancestrais da Deusa-Mãe e tem o seu equivalente no resto da Europa, nas Virgens Negras”. In PEREIRA, Paulo- Lugares Mágicos de Portugal. Lisboa: Círculo de Leitores,2004.p.71.7-Imagem em pedra pintada.Capela da Conceição da Abóboda, datável séc.XIV.(Foto Amélia Cabrita)

Decadência que se deve sobretudo ao *desuso*, face à invasão de elementos novos e estranhos a uma cultura considerada pelas gerações mais novas *ultrapassada*; é também a omnipresença da televisão, *os poderes da imagem*, a força de atracção das ilusoriamente sempre novas histórias que as *telenovelas* veiculam.

Outros *entretimentos* se impuseram então, e ao serão já não se contam histórias passadas; já não se canta no trabalho – não há bois para “*aboiar*” (26) nem se lava a roupa no “*rio*”. Também já não há “*bailos*” onde se cante “*uma moda*” a servir de música (27):

O bailarico saloio/ Não tem nada que saber/ É andar com um pé no ar/ E outro no chão a bater (28)

Assim, as recolhas feitas permitem concluir que são muito variadas as formas pelas quais se expressa a literatura popular saloia: *ditos, adágios, romances, contos, cantigas, lengalengas* – celebrando a vida, o vinho, sentimentos como o amor, a alegria – mas também o medo e a tristeza, a maior parte das vezes em quadras e poemas onde perpassa uma sabedoria antiga e profundamente humana. Uma das formas que se destaca é a das *orações*. Porque o que Maria Teresa Caetano refere relativamente à recolha que fez na região de Colares pode considerar-se aplicável aos *salaios* em geral: “*As orações recolhidas ajudam a compreender a mentalidade religiosa do habitante da região de Colares: onde está patente uma certa confusão entre religião, crenças e superstições que, por vezes, surgem amalgamadas, complementando-se numa interdisciplinaridade sem limites palpáveis.*” (29).

A literatura surge assim como expressão de uma cultura em que a religião se cruza com a medicina caseira, as crendices e as superstições. Mas também com o lazer e a diversão...

1.3.2.3- Religião e superstições

“O sentimento religioso da gente saloia, tal o de qualquer outra da zona meridional do país, não se apresenta em manifestações tão excessivas como nas regiões do Norte, se bem que as suas formas de culto sejam ruidosas, sociáveis e comunitárias.” (30).

Sobre a religiosidade dos *salaios* dividem-se as opiniões.

Atende-se às manifestações; mas podem também ter-se em conta os testemunhos.

O que ressalta pode talvez interpretar-se integrado no contexto mais alargado, não só da história do cristianismo (e da Igreja Católica em particular), mas também da dicotomia religião canónica – religiosidade popular, tendo presente a relação cultural estreita que esta

última mantém com origens pagãs (31) e a colagem, recorrente ainda hoje, de práticas religiosas a superstições e crendices.

Dois momentos históricos no país, de ruptura relativamente à religião, merecem ser assinalados, mesmo que não seja possível traçar com exactidão os contornos das suas consequências: o que corresponde, a partir de 1820, à nova ordem monárquico-constitucional revolucionária, culminando na reestruturação política que extingue as ordens religiosas, em 1834 (32); o período que se segue à implantação da República, com implicações profundas na cultura religiosa, do abandono das igrejas e delapidação do seu património à decadência de práticas e celebrações tradicionais (33).

“Os desmandos então cometidos, ou mesmo durante as lutas liberais, não impediram que alguns ecos da piedade popular tivessem chegado até nós, quer através de documentação escrita, quer pela criação de muitas e caridosas irmandades e confrarias.” (34) A estes testemunhos acrescenta-se todo o conjunto de celebrações, sob a forma de festas populares de motivação religiosa, de romarias nas festas dos *oragos*, procissões e *“sobre todas, os círios”* (35), de grande riqueza etnográfica e factores de identidade cultural; acrescentem-se igualmente os elementos literários de orações e responsos e o facto de a religião, a fé e a crendice (todos presentes de forma sincrética nas manifestações populares em geral) serem transversais à cultura popular, à própria maneira de estar e de viver do povo.

É possível que a relação do mundo rural com o transcendente decorra, tradicionalmente, do contacto mais directo com a natureza e da dependência dos seus elementos.

É de notar que, superados estes condicionalismos, pela urbanização progressiva do território e pela alteração dos *modos de vida*, transformam-se as manifestações, mas há raízes que se mantêm. Basta o exemplo actual de Fátima: fenómeno de massas originado de forma controversa e nas circunstâncias decorrentes ainda da *“questão religiosa”* (36) do regime republicano, transporta até hoje, com uma vivacidade acutilante, os ancestrais anseios, comuns a toda a humanidade, relativamente à esfera do transcendente, além de apresentar as mesmas características dos *Lugares Sagrados* (37). Fátima, no quadro que aqui se tenta delinear, vem substituir gradualmente, para uma população cada vez mais urbanizada, a fé na N^a Sr^a do Cabo, da Nazaré, da Saúde, da Luz, da Atalaia e dos vários santuários da Região Saloia em apreciação, para além de, eventualmente, muitos outros pelo país, dado o seu impacte nacional e internacional. Contudo, devendo esta extensão de raio de influência também às facilidades de comunicações e transportes, é de notar o facto de se tratar, uma vez mais, de um *Santuário Mariano*, à imagem dos anteriores; são também as velas de cera, os



1



2



3



4

II.1.3.2.b- Manifestações religiosas, assinalando uma continuidade de tradições. 1- Procissão em honra da N^a S^a da Conceição, Abóboda, 8 de Dezembro de 2006 (Foto Amélia Cabrita). 2- Procissão em S. Domingos de Rana: Festa do Padroeiro e inauguração de carrilhão, 5 de Agosto de 2001 (Foto Amélia Cabrita). 3- Procissão do Corpo de Deus ou da Coca, em Monção. In BARROS, Jorge; COSTA, Maria da Soledade Martinho- Festas e Tradições Portuguesas. Junho. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002, p.27.4- A luta de S. Jorge com a Coca. In PEREIRA, Paulo- Enciclopédia dos Lugares Mágicos de Portugal. Lisboa: Público, 2006. Vol.4, p.130. Com origem no século XIV, esta luta simbólica entre o bem, S. Jorge e o mal, representado pelo dragão, Serpe ou Coca, aparece associada à procissão do Corpo de Deus e vem até hoje apesar das proibições (nota n^o91), associando a diversão à religião. 5- Nem de propósito, a presença do *assustador dragão* num carroussel de feira presente em quase todas as festas populares. Tires, Festas da Rã, Junho de 2006 (foto Amélia Cabrita)



5

círios, os ex-votos e as ofertas que medeiam a *transacção* com o divino, no *pagamento de promessas* (38); subsiste a ideia de *peregrinação* a um local sagrado— tornado sagrado pela manifestação divina (*hierofania*), através de acontecimentos sobrenaturais em elementos materiais conhecidos (39).

Poderá Fátima, como fenómeno religioso, interpretar-se como o elemento de continuidade de uma tradição portuguesa de devoção à Virgem— a qual por sua vez pode ter resultado de cultos à *Deusa Mãe* anteriores ao cristianismo? (40)

É no contexto desta tradição que se situam algumas estruturas de devoção organizada que contribuem para a caracterização da identidade cultural da Região Saloia; incluem-se nos factores de unidade da mesma e constituem uma medida da relação com o exterior. Sobretudo, tornaram-se elementos importantes para delimitar o *território dos saloios*, nomeadamente a tradição dos *Círios da N^a S^a do Cabo* (41).

As manifestações religiosas saloias distribuem-se por festas, romarias e círios, ligados, como por todo o país, aos ciclos agrícolas, a tradições de raízes mediterrâneas (42), islâmicas ou mesmo pré-históricas. Têm um carácter religioso, mas também profano; a origem e a responsabilidade de algumas dessas manifestações são laicas, associando-se a Igreja às celebrações (43). Geralmente, às festas e romarias aparecem associadas formas de devoção como Missas, pregações e procissões; mas também as imprescindíveis *feiras*, locais tradicionais de mercado, de diversões, convívio e encontro.

Quanto aos *Círios* (44), distinguem-se por envolverem uma organização mais apurada; por ligarem povoações distantes, em longas peregrinações de ir e voltar, eventualmente de acordo com uma lógica territorial cuja origem e sentido não se encontram esclarecidos; por exigirem, para além da organização, gastos que as comissões formadas, nem sempre conseguiam suprir. Uma imagem *milagrosa* da Virgem, surgida sempre em circunstâncias misteriosas lendárias, é transportada para a povoação a quem cabe o *Círio* anual, e fica à guarda do *Juiz* durante um ano, até que a comunidade seguinte retome o ciclo, após “*o transporte em romaria da imagem até ao santuário.*” (45)

Em todos os casos são relevantes os aspectos sociais envolvidos— oportunidade que não se perdia para vestir a melhor fatiota, ou estrear a nova; oportunidade para brilhar como *juiz*, *festeiro*, *mordomo* (46); participando na procissão, transportando andores, pendões ou o Pálio; e ainda rematando por bom preço *cargos* e outros objectos de leilões, com os quais as comissões faziam face às despesas (47).

Embora actualmente ainda subsistam algumas festas tradicionais nas quais é possível identificar uma continuidade do culto ao Espírito Santo, o certo é que, para além dos Açores, é na povoação do Penedo, freguesia de Colares, que se tem notícia de celebrações cujos rituais se identificam em muitos aspectos com uma tradição iniciada no século XIII (48). Trata-se de uma festa, designada do *Império do Divino Espírito Santo*, a decorrer normalmente pelo Pentecostes, que se celebrava em muitas localidades do país, principalmente a partir do século XIV, nomeadamente na Estremadura e na Região Saloia. A lista dessas povoações (49), dá conta de uma geografia de difícil interpretação. Correspondendo talvez aos objectivos de “*dimensão nacional e alcance universal*” (50) da respectiva institucionalização por intercessão da Rainha Santa Isabel, nela encontramos povoações de dimensões e importância tão díspares como Sintra, Cascais, Torres Vedras, Torres Novas, Guimarães e outras, com dimensão concelhia e aldeias quase isoladas, como é o caso de Alte, no concelho de Loulé; Bordeira, Odeceixe e Bensafirim no concelho de Lagos (51).

Como “*especialmente na Estremadura e nos Açores o culto do Divino atingiu vastas proporções, sendo muito popular*” (52), quando, em virtude do seu carácter acentuadamente profano, “*a partir de meados do século XVI, as festas são reprimidas, perdendo a sua importância a nível nacional*” (53), compreende-se que sejam aquelas regiões os últimos redutos da tradição.

Tradição que, de forma adaptada, se mantém nomeadamente na Festas dos Tabuleiros em Tomar e Torres Novas, se tornou incontornável nos Açores e se manifestava com alguma da sua pujança primeva na *Festa do Império do Divino Espírito Santo* na aldeia do Penedo, antes de ter sido eliminado dos festejos o ritual da morte do boi (54).

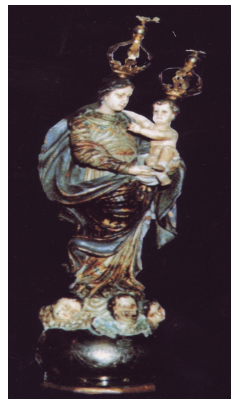
Evoluindo a partir das suas origens, (tendo em conta que a expansão do culto se faz a partir do século XIV), a festa do Penedo surge “*como uma festividade popular, embora interrompida por diversas vezes. Realizou-se com significativo aparato até 1987, data em que sofreu novo interregno para voltar a efectuar-se em 1999 e 2000.*” (55) A forma das celebrações parece ter sofrido algumas transformações ao longo do tempo, embora se mantenham os elementos essenciais com excepção da morte do boi na praça pública. Inclui, obedecendo a cerimoniais estabelecidos, a coroação do “*Imperador*” (56), a corrida à corda de um touro ou boi pelas ruas da aldeia e o *bodo*, confeccionado com a carne do mesmo animal (que é entretanto morto no matadouro). O *bodo*, “*destinado outrora aos pobres do Penedo e das localidades em redor e a quem cumpria promessas*” (57), é actualmente uma refeição colectiva, oferecida aos



2



3



4



5

II.1.3.2.c- Cívios, Peregrinações e culto da Virgem. 1-Santuário de N^a S^a da Nazaré: Cartografia que atesta uma unidade excêntrica à Região Saloia. In PEREIRA, Paulo- Lugares Mágicos de Portugal.Cabos do Mundo e Finisterras.Lisboa:Círculo de Leitores, 2004, p.87.2- Imagem de N^a S^a da Nazaré, séc. XIV-XV, expressão iconográfica dos atributos de Virgem do Leite, Virgem em Majestade e Virgem Negra, esta de forte tradição oriental, vigente na Europa a partir do séc.XIII. In Ref.1, p.85.3- Constança, Festa das Flores, Imagem de Virgem Negra. In PEREIRA, Paulo- Lugares Mágicos de Portugal. Espírito da Terra, p.151.4- Imagem (peregrina) de N^a Sr.^a do Cabo, em madeira pintada, séc XVIII, atribuída a Machado de Castro. Folheto do cívio de S. Domingos de Rana, 1997/98.5- Antigo registo de N^a S^a da Peninha.In CAETANO, M^{te}Teresa- Contributos para o estudo das lendas de N^a S^a da Peninha. In Etnografia da Região Saloia. Sintra: Instituto de Sintra,1999, p.43. Para diferentes situações, destacam-se os elementos iconográficos que estas imagens têm em comum.



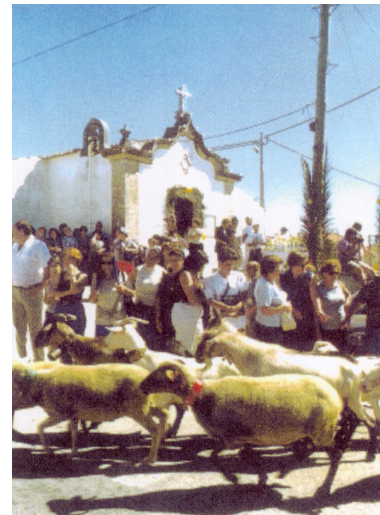
1



2



3



5



4

II.1.3.2.d-Vínculo da religião às formas de vida. 1- Mangualde, capela de S. Cosmado: Festas de Stº António como protector do gado, circum-ambulação ritual. In PEREIRA, Paulo-Enciclopédia dos Lugares Mágicos de Portugal. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006, p.41.2-Stª Quitéria de Meca, Alenquer: benção do gado. Culto com prováveis raízes fenícias cristianizado. In PEREIRA, Paulo - Lugares Mágicos

de Portugal. Lisboa: Círculo de Leitores,2004, p.119.3 e 4- Capela de S. Mamede, Janas, Sintra. Dia da festa, 15 de Agosto de 2007. Alpendrada e exterior, onde uma incipiente *feira* aguarda os visitantes e eventuais devotos para a benção do gado, uma vez que durante a manhã a chuva arrefeceu os ânimos. O gado vai desaparecendo e é substituído por cães de luxo e avestruzes.(Foto Amélia Cabrita). Também esta capela, do séc.XVI, se distingue, não só pela sua forma típica de igreja de peregrinação, mas pelos antecedentes propiciatórios do local pelo menos desde a ocupação romana, em que um templo de estrutura circular terá dado lugar a um templo moçárabe de forma quadrangular. S. Mamede é um santo que a lenda popular relaciona com a protecção dos animais, mas cujo nome tem a ver com *Maomé*. PEREIRA, Paulo- Enciclopédia dos Lugares Mágicos de Portugal. Lisboa: Círculo de Leitores,2006, p.43. 5-Murches, Cascais: Festas de S. Mamede, benção do gado. In Exposição Patrimónios de Cascais. Cascais: CMC, 2003.p.131.

habitantes do Penedo e aos seus visitantes, servida em mesas corridas junto ao adro da capela de Santo António, sendo tradicionalmente confeccionada só por homens, na via pública.

Maria Micaela Soares considera que, num contexto de gradual desaparecimento de festas populares— resultante também da repressão da Igreja, já desde o século XV e principalmente no período pós-Concílio de Trento— sobretudo as que estão mais ligadas a tradições de raiz pagã— é de assinalar a sobrevivência de algumas, como é o caso dos *Impérios Populares* (58).

Depois de assinalar diferentes formas que as *Festas do Divino Espírito Santo* tomam (ou tomavam), nomeadamente no que respeita a um elemento essencial, que é o *bodo*, em localidades do país como Tomar, Aldegalega, Leiria, Portalegre, Marvão, Niza, Marmeleite, Alcabideche, Mercês, Eiras, Santiago do Cacém, Aljezur, a autora descreve as festas do Penedo. A cada um dos três momentos dos festejos— a morte do boi, a coroação do *imperador* e o *bodo*— correspondem rituais próprios, que se repetiram ciclicamente durante séculos, o que lhes confere um valor que a actualidade já não reconhece: “*Da dicotomia religião oficial-religião popular, é esta que sai vencida. Considerados por alguns como fenómenos religiosos inferiores, as manifestações populares de fé são por eles aceites como fatalidade resultante da impreparação do povo para o conhecimento da verdade oficial, tornando-se imperioso ‘catequisá-lo’*” (59).

Em Cascais celebram-se ainda hoje festas principalmente relacionadas com o mar. É o caso da N^a S^a da Guia, num quadro geral de devoção mariana, assinalado por outras situações, como a de N^a S^a da Conceição dos Inocentes e N^a S^a da Conceição de Porto Seguro (60). Igualmente importante é a referência a *imagens milagrosas* encontradas no mar de Cascais, sendo uma delas de N^a S^a da Graça, entregue, segundo a tradição, aos Frades Agostinhos de Lisboa, que “*fundaram a capela da sua invocação*” (61). Mas apesar de tudo isto, diz Ferreira de Andrade: “*A principal festa de Cascais, cujo início deve ter sido igualmente anterior à própria elevação a vila, era a do Espírito Santo que começou a realizar-se em Portugal no reinado de D. Dinis.*” (62) A descrição que o autor faz das festas coincide com a prática, em muitos pontos ainda actual, das celebrações no Penedo (63).

Se a medicina popular recorria a rezas como complemento de *mezinhas* (64) e se com os *resposos* (65) se procurava a protecção e auxílio face ao desconhecido, também para a

exorcização de medos de superstição se invocavam elementos de religião, naturalmente alheios ao seu contexto canónico.

José Leite de Vasconcellos, a propósito deste tema e com base num artigo noticioso do Diário de Notícias de 16 de Fevereiro de 1920, refere o “*caso das pedras misteriosas que caíam sobre um telhado e o tenebroso fantasma que aparecia entre Alcabideche e o Zambujeiro. Agora, há coisa de três meses, anda a população novamente alarmada com a história de espíritos maus, que se diz terem entrado no corpo de duas criaturas daquela povoação [...]* Como de costume em tais casos, houve promessas a vários santos, mézinhas de toda a casta, e por fim a inevitável ‘mulher de virtude’— uma varina qualquer, que não tardou a descobrir coisas mirabolantes” (66).

No quadro do sincretismo popular torna-se difícil distinguir entre “mulher de virtude” e “bruxa”. Sendo a bruxa ou “*feitecêra*” preferencialmente vocacionada para obter o mal de alguém (geralmente por encomenda), do qual as pessoas eram aconselhadas a proteger-se com *figas* e *rezas* (67), a elas igualmente se recorria para exorcizar o mesmo mal (68).

Também nestes aspectos em nada se distingue o saloio “*da generalidade da população portuguesa*” (69).

No que se refere ainda a *crendices* parece necessário fazer uma especial referência a “*lobisomens*” ou “*labisongos*” (70), os quais, sendo pessoas normais, se acreditava transformarem-se “*nas noites de lua cheia, [quando] ninguém saía à rua, tudo com medo dele*” (71). Apareciam nas encruzilhadas, que assombravam (72).

Se, por superstições, entendermos “*preconceitos ingénuos e tradicionais*” (73), tem interesse referir algumas que influenciam o quotidiano, fornecendo indicações para determinados procedimentos: a preferência pelos números ímpares (74); a influência das fases da lua; a previsão da meteorologia anual (75). Estas a par de outras cujo sentido nem os próprios sabem justificar: “*mais vale prevenir do que remediar, se os nossos antepassados nos transmitiram este conhecimento, é porque ele tem razão de ser.*” (76).

Podemos dizer que, sendo a superstição o objecto da Etnologia “*mais difícil de coordenar e sistematizar*” (77), é talvez aquele que, paradoxalmente, fixa nas sociedades tradições mais recuadas e pulsões mais primárias. Se assim não fosse, como explicar a sobrevivência, na actualidade, de crenças como a astrologia, para só referir uma das “*superstições protegidas e oficialmente reconhecidas*” (78)?



1



3



4



2



5

II.1.3.2.e- O pão como oferta sagrada. 1- Tomar: Festa dos Tabuleiros ou do Espírito Santo: os tabuleiros são compostos de fiadas verticais de pão e flores naturais e são sempre oferecidos em cumprimento de promessas. In BARROS, Jorge; COSTA, Soledade Martinho- Festas e Tradições Potuguesas. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002, p.225. A forma e o objectivo dos tabuleiros são os mesmos dos *cargos*, típicos das festas da Região Saloia, estes compostos por *fogaças* em vez de pão. 2- Batalha: Festas da Santíssima Trindade. Bolos de *ferradura* são oferecidos em cestos encimados por grandes armações em forma de coroa, com a pomba do Espírito Santo por remate. In ref 1, p.231-233. 3-4-5- Conceição da Abóboda: Como possível evocação da lenda da fundação da capela, em que N^a S^a aparece a uma pastora, fazendo multiplicar-se o pão por milagre, eram os bolos confeccionados neste forno para a festa da Padroeira. Actualmente os mesmos são fabricados industrialmente e vendidos, assinalando-se igualmente a venda ambulante de ferraduras, modernamente *plastificadas*. Dezembro de 2007. (Foto Amélia Cabrita)



1



4



2



3



5

II.1.3.2.f- O culto do Divino Espírito Santo.

1- Tomar: Festa dos Tabuleiros, como forma de celebração do Divino, dada a ênfase do pão das promessas, disposto nos *tabuleiros*. Registe-se a presença da simbologia das três coroas e a realização do bodo. In PEREIRA, Paulo-Lugares Mágicos de Portugal. Paraísos Perdidos e Terras Prometidas.Lisboa: Círculo de Leitores, 2004, p.59. 2- Procissão (Festas do Penedo, Sintra). In SOARES, Maria Micaela- Mulheres da Estremadura. In Boletim Cultural. Lisboa, ADL,1977.fig.III. 3- Penedo, Colares, Sintra. Festa da Santíssima Trindade, culto ao Divino Espírito Santo. Desfile da coroação do “*menino imperador*”.In BARROS,Jorge; COSTA, Soledade Martinho - Festas e Tradições portuguesas. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002, p.188. 4- A refeição comunitária distribuída na aldeia do Penedo - o *bodo*, confeccionado ao ar livre, com a carne do boi que, corrido na véspera, era morto em público. In ref. 3, p.193. 5- Angra do Heroísmo, Terceira, Açores: Transportada para as ilhas, a Festa mantém aspectos de origem e outros de tradição própria: Os Impérios, capelas de arquitectura peculiar. <http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/fotos/acoress/angra38.htm> [consulta: 4 de Janeiro de 2007]

Voltando à questão da religiosidade do saloio, depois de atender principalmente às manifestações, há ainda a assinalar o especial testemunho que os relatórios patentes nos “*Livros das visitas*” das paróquias de cada diocese providenciam ao longo de séculos. Relatórios estes cujo conteúdo, rico em informações locais, parece estar ainda em grande parte por investigar (79).

“*Queixavam-se, por vezes, os visitantes do incumprimento de algumas normas pias, principalmente da inobservância da interrupção do trabalho aos domingos e dias santos ou santificados (‘pescando, joeirando, peneirando, escolhendo trigo ou matando porcos’), da ausência de alguns paroquianos à missa diária (em especial os homens do mar, ou seja, do Tejo), da falta de decência e respeito pelo adro da igreja (que servia para passagem dos carros ou de estendal das redes e até para terreno de jogos), da negligência das irmandades e dos desmandos de algum clero*” (80). O resumo feito assim por Maria Micaela Soares das infracções mais correntes colhidas nos livros das visitas pastorais à igreja de Unhos, aplica-se genericamente a “*qualquer lado do país inteiro*” (81) Acresce que as infracções cometidas podiam ser objecto de duras sanções, já que em Portugal se verificava “*a natureza judicial da devassa*”, podendo as penas “*atingir o degredo ou a prisão*” (82). No entanto, ao cumprir as penalidades pecuniárias que lhe eram atribuídas, sentia-se o saloio tranquilizado em relação às obrigações divinas, facto que ajuda a caracterizar a sua religiosidade (83).

1.3.2.4- Diversões

De volta a *O Pároco da Aldeia*, vamos encontrar a gente nova da aldeia, reunida, nos domingos à noite, “*na casa da brincadeira*”, onde “*havia dança e viola*” (84).

Eram o *bailarico saloio*, o *bailharito*, o *verdigaros* e o *vira saloios*, as danças mais escolhidas pelos saloios, ao som do canto, do realejo ou do instrumento de um tocador contratado (85). Mas dançava-se também o *verde-gaio*, a *caninha-verde* e o *fandango*, ao som dos mais variados instrumentos, “*harmónio, gaita-de-beiços e até da gaita-de-foles.*” (86).

O “*Enterro do Bacalhau, cerimónia com sabor pagão que, acabadas a penitência e abstinência pascais, chamava aos lugares grande quantidade de chorosos foliões*” (87); as *cegadas*, peças teatrais populares, versando temas comuns, algumas de crítica social, e que se representavam em lugares públicos nas povoações (88); as *pulhas*, forma de que há notícia desde o século XV, *lançavam-se* pelo carnaval, e eram ditos entre o crítico, o jocoso e o ofensivo (89); jogos como o *chinquilha* ou um jogo de cartas na taberna, divertimentos

populares saloios referidos por Maria Micaela Soares, ocupavam o ócio do saloio, para além da caça, “*de que colhia proveito, vendendo as peças capturadas nos mercados lisboetas*” (90). Já foi referido a propósito de *romarias* e *círios* a forma como a devoção anda associada à alegria, ao convívio, ao divertimento, à exibição social.

Pode causar hoje alguma estranheza a descrição da participação popular nas procissões (91), como é o caso das danças das Frieleiras na procissão de *Corpus Christi*: “*Concorriam numerosas danças de saloios, como a dos Foliões da Arruda, a das mulheres de Frielas, de Vialonga, etc. Os Foliões da Arruda levavam um pandeiro, que iam tocando com muito estrondo e faziam muitas macaquices. As frieleiras dançavam uma dança mourisca, a que chamavam chacóina, dança antiga e até usada nas salas, em tempos mais remotos.*” (92). Foram estes aspectos objecto de reparos e proibições, na perspectiva da progressiva cristianização e dignificação do culto católico. Mas são justamente as sucessivas proibições de muitas formas desta participação— que transformava a procissão num misto de devoção e divertimento— que atestam a sua autenticidade e força. Mesmo no período pós-Concílio de Trento prevalecem manifestações que dir-se-ia ignorarem as normas. É assim que “*Filipe I escreve a suas filhas, em 25 de Junho de 1582, comparando os festejos na procissão de Lisboa e de Madrid, ressaltando a grandeza da de Lisboa [...] ‘Também fui ver as danças do Corpus Christi. Se o vosso irmão tem medo daquelas coisas [os gigantones, a Serpe] procurai que não o tenha [...]. Aqui não houve foliões mas antes muitas danças de mulheres e algumas que cantavam bem*” (93).

Também na “*Lisboa setecentista vista por estrangeiros*” avultam as procissões: “*De facto, ‘os portugueses gostam muito de procissões. Os dias em que estas se realizam são dias de festa e todos ocorrem a assistir. Para as mulheres, sobretudo, constituem uma ocasião de saída que não deixam escapar. Elas querem apresentar-se o melhor possível e os arranjos demoram vários dias. Janelas e balcões estão cheios de gente [...], as procissões são desordenadas e os monges que vão nelas pensam mais em olhar para as mulheres nos balcões do que propriamente em rezar...*” (94) A festa de *Corpus Christi* é citada como a mais famosa e concorrida. Beckford relata-a como uma solene e faustosa representação teatral congregando os esforços e a atenção de todas as classes sociais e que decorre nos espaços da cidade transfigurados em cenários majestosos. (95)

São no entanto os chamados *santos populares*, *Santo António*, *S. João* e *S. Pedro*, com festas que ainda prevalecem, que surgem, sobretudo os dois primeiros, como o exemplo da síntese



1



2



5



6



3



7



4

II.1.3.2.g- Um território: uma incidência de modelos.

1-Ermita de Nª Sª da Conceição da Abóboda (Foto Amélia Cabrita, 2006), cuja fundação se julga remontar ao século XVI – exterior, com a galilé interceptada pela construção posteriormente adossada. Arquivo de Cascais. Boletim Cultural do Município. Cascais, CMC, 1980. Nº1, p.12.2- Interior da mesma ermida (Foto Amélia Cabrita). 3- Serreira, Sobral de Monte Agraço.Capela de Nª Sª da Luz (anteriormente Nª Sª da Guia),séc.XVI. In SOARES, Maria Micaela- As Ermidas de Nossa Senhora da Guia, no lugar da Serreira. In Boletim Cultural. Assembleia Distrital de Lisboa. Lisboa: ADL,1999. Fig. nº4. 4-Ermita de Nª Sª da Guia,séc.XVI, Cascais. In Exposição Patrimónios de Cascais. Cascais, CMC, 2003, p.77. Estas ermidas são exemplo de outras da mesma época e região que obedecem a um mesmo modelo, com idênticas plantas, dimensões, tecto de maceira, arco triunfal e galilé ou nártex. 5- Imagem de Nª Sª da Conceição da Abóboda, séc.XVII.6-Composição azulejar na fachada da capela da Fortaleza S. Julião da Barra. (Foto Amélia Cabrita). De salientar que Nª Sª da Conceição é também da invocação dos mareantes. 7- Igreja Nova, Mafra: Azulejos em fachada, séc.XVIII, representação de Nª Sª da Conceição. (Foto Amélia Cabrita).

entre devoção, crença, religião e diversão e cujas raízes se devem procurar na cristianização de antigos cultos pagãos.

Quando se fala de Santo António de Lisboa, é preciso referir que se trata “*do mais conhecido santo português e um dos mais populares— senão o mais popular— do calendário cristão português. A sua devoção estende-se a todo o território português sem qualquer descontinuidade. É o santo patrono de Lisboa, substituindo-se ao anterior patrono, São Vicente, tal é a dimensão da veneração popular nesta cidade.*” (96)

“*Entre as personalidades da Igreja que mais se prendem às teias da lenda, destaca-se a figura de Santo António. Há um halo de mistério, de fantástico, de maravilhoso, que recobre muitas facetas da sua vida e confere contornos lendários à sua memória.*” (97) É então no domínio da lenda que Cascais, na área de influência de Lisboa, aparece associada ao Santo, uma vez que se conta ter sido nesta vila que ele chegou, vindo de Pádua (onde ao mesmo tempo permanecia a pregar), para salvar o pai da forca, acusado injustamente de homicídio, ressuscitando a vítima que contou toda a verdade (98).

Presentes de início no Convento do Estoril, cujo templo foi consagrado a Santo António, encontram-se referências iconográficas em Cascais, na Capela de N^a S^a de Porto Seguro (painel de azulejos); nas igrejas de N^a S^a da Assunção (imagem em barro, do século XVIII), da Misericórdia e dos Navegantes (madeira pintada, talvez de século XIX). Mais recente é a imagem do santo, em barro, da autoria de Jorge Barradas, na igreja da Parede, na continuidade de uma tradição que traz até à actualidade esta figura para o centro do imaginário popular, uma vez que “*a presença tutelar e votiva do santo não se restringe ao interior dos templos*” (99). Vamos encontrá-la “*em registos e painéis de azulejos adossados às paredes exteriores ou interiores de alguns edifícios, numa evocação que apela à sua intercessão, quanto à salvaguarda do imóvel e dos seus moradores, contra os desastres naturais e as malfetorias dos homens.*” (100). Esta invocação do santo como protector das casas, que se terá generalizado sobretudo após o terramoto de 1755, remete para uma possível raiz no culto das *divindades tutelares* de lares e famílias, “*por um fenómeno de assimilação, de apropriação. Daí que Santo António esteja ligado, em muitos aspectos, a práticas pagãs cristianizadas*” (101), o que se encontra patente no imaginário e nas festas populares. Pode dizer-se que a apropriação que o vulgo fez do Santo lhe criou como que uma dupla personalidade: o franciscano, nascido em Lisboa, em 1195, que estudou em Coimbra depois de ter professado nos cónegos regantes de Santo Agostinho, se dedicou à pregação em Itália já como franciscano e companheiro de S. Francisco, “*construindo um sermonário célebre*” (102) e

onde acaba por morrer a 13 de Junho de 1231, sendo canonizado logo após um ano da sua morte, declarado Doutor da Igreja, não coincide propriamente com o santo que já foi chamado “*Zé-povinho dos altares*” (103). Tornou-se conhecido pelos milagres e “*o largo espectro das intercessões [...] que o tornam uma figura [...] motivadora [...] de atributos de deuses pagãos*” (104), aproximam-no do S. João e do S. Pedro na motivação *solsticial* desta tríade de festas: “*A data que celebra a morte de Santo António— 13 de Junho— é imediatamente anterior ao solstício de Verão e à festa de S. João Baptista, que coincide com esta celebração universal e antiquíssima.*” Em comum com esta tem também a celebração com fogueiras rituais, alimentadas por “*plantas de consagrado valor propiciatório e purificador (alecrim, rosmaninho, alfazema e pinhas)*” (105). Outro aspecto importante é o carácter comunitário da festa: “*realizava-se no espaço público: na rua, no largo, no terreiro, no pátio. Era de e para todos os moradores do sítio, indistintamente. E a comunidade reforçava os seus laços de coesão e de identidade, num tonificante espírito de unidade e de equipa, com grupos formados para o desempenho de funções específicas.*” (106).

“*A festa de S. João representa, como se sabe, a festa do Sol. Temos razões para supor que nas nossas festas populares de S. João há vestígios de cultos fálicos*” (107). José Leite de Vasconcellos lembra a este propósito o “*Facho de S. João*”, costume da Beira Alta, que é uma fogueira com um pinheiro erguido, cercado de lenha, ao qual se deita fogo. Isto porque “*decorre de todas as festas joaninas uma poderosa evocação de todas as forças da natureza*”: o que está na realidade em jogo, sob a aparência de alguma licenciosidade consentida, é a fecundidade do gado e a fertilidade da terra (108).

Celebrada a 24 de Junho, coincide a festa de S. João com o solstício de Verão, o que só por si permite considerá-la “*a festa solsticial por excelência*”, festa em que se celebravam ritos ligados ao sol, ritos do fogo (109), e que encontra o seu equivalente nas fogueiras colectivas ateadas em locais públicos, na noite de S. João, fogueiras onde se queimam plantas propiciatórias, que os jovens saltam e onde chamuscam a premonitória alcachofra; na queima-sacrifício ritual de uma árvore ou a erecção de um mastro, eventual símbolo fálico, com a função ineludível de marcar um *centro*, como se de um *axis mundi* temporário mas cíclico, e portanto renovado, se tratasse. É então assim que a festa de S. João, embora com variantes locais, “*herda todos os sinais e símbolos característicos de uma celebração pagã*” (110). Acontece também que “*quase todos os lugares de culto joanino foram precedidos por santuários pagãos; ou a sua instituição ex novo adoptou os rituais pagãos sem dificuldade,*



1



2



3



4



5



6

II.1.3.2.h - As feiras: de saloias a vulgares. 1 e 2- *O muro do derrete* e o bombo na festa, cenas saloias retratadas por Leal da Câmara, Casa Museu Leal da Câmara, Sintra. <http://www.cm-sintra.pt/Artigo.asp?xID=3469> [consulta: 10 de Janeiro de 2008]. 3-“*Gente de Matos*”: GAMEIRO, Roque; SEQUEIRA, Gustavo de Matos- *Portugal de Algum Dia. Cenas, costumes e usos de outros tempos*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1931. In VARGAS, José Manuel- *As Feiras Saloias. Notícia histórica e propostas de reanimação*. In *Etnografia da Região Saloia. a Diversidade do Quotidiano*. Sintra: Instituto de Sintra, 1999, p.249. Trata-se do retrato de um ambiente de feira marcadamente saloio. 4-*Aspecto da Feira do Campo Grande*. Arquivo Municipal de Lisboa. Ref. AML-AF. A 74640. A feira era também um local de convívio social, fosse em Mafra ou às portas da cidade. 5 e 6- Aspectos da feira em Tires, no âmbito das *Festas da Rã*, Junho de 2006. Os elementos que compõem as feiras actuais são cada vez mais estereotipados e idênticos de norte a sul. (Foto Amélia Cabrita)

estando a maior parte das vezes ligados ao culto de fenómenos da natureza ou à topografia local (designadamente montes, rios e fontes).” (111).

Se “*Janus era o deus romano das passagens, das portas e das janelas (janua), isto é, o deus dos começos, representado com duas faces, uma barbada e outra imberbe*” (112), simbolizando as duas faces de uma mesma realidade, a cristianização do deus (também pela assonância dos nomes) e da respectiva celebração, de acordo com Paulo Pereira, incluirá S. João Baptista, representando o solstício de Verão; e S. João Evangelista, com festa a 27 de Dezembro, assumindo o solstício de Inverno.

A propósito das festas dos *Santos Populares*, é de assinalar a incidência de foguetes, acompanhados de salvas de morteiros, que ainda hoje atroam os céus dos arredores, não só assinalando momentos marcantes das festas, e de manhã bem cedo, anunciando em cada povoação o início dos festejos locais, mas também a propósito de comemorações que só os autores conhecem. Há uma tradição muito arraigada ligada à pirotecnia, que não se pretende aprofundar. No entanto, à imagem do resto do país, também na região saloia os foguetes estão sempre à mão para as festas, para além de terem funcionado como alarme em caso de assalto ou aflição, nos casais perdidos pelos montes, de onde podiam ser lançados através da chaminé, tal como descrito por Joaquim Fontes: “*No travejamento, à vista, estão pendurados dois ou três foguetes. É sinal de alarme, pela noite alta, quando perigo grave ameaça seus haveres ou da vizinhança.*” (113).

Com origem, na sua maioria, no século XVIII (114), são as feiras saloias geralmente promovidas a pretexto de festividades do calendário cristão, associadas igualmente a qualquer outra festa religiosa, seja a do *orago* ou a romaria, apontadas como a melhor representação do que era a maneira de ser e de viver saloia: “*Nada mais espectacular, imaginoso e pictórico que uma feira no Termo de Lisboa. Centros modelares de convívio e confraternização que eram, afóra a sua vocação primeira— abastecimento e escoamento de produtos regionais— as feiras foram o grande sucesso saloio, onde tudo se destinava a exibição— mercadorias, gados; e até as pessoas se expunham, com seus fatos vistosos, seus adereços reluzentes, sua alegria festiva.*” Eram as feiras o palco também dos extremos, de “*profusas libações báquicas*”, onde se fechavam negócios e se discutia até à eclosão de rixas que “*envolviam a feira toda*” (115). Para além de mercado imprescindível de produtos, local preferencial de encontro, convívio, trocas de ideias e diversão, e onde não faltava o petisco tradicional, exerciam também as feiras uma função de catarse colectiva.

“Tudo ali era autêntico e natural, até o burburinho. Comparado com isto, as feiras de hoje são uma lástima, fatal, sem dúvida, mas deprimente.” (116).

No entanto, ainda em 1947 as feiras saloias mantinham o seu carácter: *“O saloio desta região nunca falta ao mercado. Se a necessidade caseira não impõe a visita, vai por ir. Encontra sempre conhecidos de outras terras, e bebe o seu copo em companhia agradável à ‘sua pessoa’. Se é novo, e o coração está devoluto, o mercado presta-se a encontros cujas consequências terminam, às vezes, no ‘arrecbimento’.* No entanto o sexo fraco vai em maior número à Feira das Mercês.” (117).

Assinalada como *“uma das mais pitorescas feiras arrabaldinas, ‘pelo variegado dos trajos, pelo estranho das figuras, pela balbúrdia e pela singularidade dos tipos”* (118), é a Feira de Loures: *“A ela concorriam as populações vizinhas, mas também os lavradores de fora, para trocarem seus gados, comercializarem as colheitas e proverem-se de utensilagem agrícola.”* (119). São ainda referidas por Maria Micaela Soares as feiras de Odivelas, Sacavém (denominada do Espírito Santo), Lumiar (coincidente com a Festa de Santa Brígida e a bênção dos gados), da Luz, de Sintra, da Malveira e das Mercês, de entre muitas outras do restante Termo.

Apontadas ainda por Joaquim Fontes como exemplares para a recolha etnográfica são a Feira das Mercês (anual) e a de S. Pedro de Penaferrim (bi-mensal), sendo que a primeira tinha sido em épocas anteriores *“a bolsa agrícola da saloia”* (120), função que *“lhe fugiu para a de S. Martinho, na Malveira dos Bois”* (121).

Outras feiras citadas por este autor são as de Nossa Senhora dos Enfermos (Camarões), S. Mamede de Janas, S. João das Lampas e Assafora.

“Actualmente, resta um escasso número dessas reuniões periódicas, algumas em evidente decadência, outras teimando em resistir, todas adulteradas na sua identidade saloia” (122).

1.3.3- Vida material e vida activa

As transformações sofridas pela vida material do saloio *“deixaram-na quase irreconhecível”* (123). Da maior parte dos aspectos a abordar, já poucos vestígios existem e poucas são as localidades da região saloia onde prevalece sequer a vontade de conhecer, divulgar e manter alguma memória dos aspectos da vida quotidiana daqueles que nos precederam neste território, até meados do século passado, quer dizer, apenas duas gerações atrás. Acontece então que as pessoas de oitenta anos com quem falamos e que viveram ainda o último período



1



3



4



2



5



6

II.1.3.2.i - A dinâmica dos Santos Populares. 1- Santo António de Lisboa: devoção e homenagem populares com carácter igualmente católico e civil. Nas festas da cidade coincidem manifestações populares com cortejos, animação oficial, celebrações litúrgicas e procissão em honra do patrono da cidade. In PEREIRA, Paulo-Lugares Mágicos de Portugal. Espírito da Terra.Lisboa: Círculo de Leitores, 2005, p.126. 2-Tires:imagem de Santo António existente na colectividade *Grupo Musical Recreativo 1º de Maio da Solidariedade Operária*. Trata-se de uma tradição de origem indeterminada que relaciona o Santo com as festas laicas e populares locais. A paróquia criada em 1986 e a capela do século XVII são da invocação de Nª Sª da Graça. (Foto Amélia Cabrita, 2007). 3- Folheto das *Festas da Rã*, 2006, promovidas pela Junta de Freguesia de S. Domingos de Rana, mas realizadas em Tires, na data dedicada às festas de Santo António e ainda com algumas referências ao mesmo. 4- Aspecto do arraial de S.João no Porto. In BARROS, Jorge; COSTA, Soledade Martinho - *Festas e Tradições Portuguesas*. Lisboa: Círculo de Leitores, p.143.As fogueiras comunitárias pontuam desde sempre as festas dos Santos Populares, sobretudo o S.João, pela iconografia a ele associada. 5 e 6- A Fonte de S.João, na Rebelva, com nicho do século XVIII, centro de tradicional festa, a qual, até pelo menos a década de 1970, suscitava a realização de fogueiras em diferentes locais, incluindo o *saltar a fogueira* e queimar alcachofras. Em tempos mais recuados faziam-se romarias de foliões e enamorados à fonte, na madrugada do dia de S. João. Também neste caso as festas são de carácter exclusivamente laico. (Foto Amélia Cabrita, 2007).

da vida rural na região, transmitem uma mundivivência do território e dos modos de vida difícil de captar na actualidade: é que as transformações têm *deformado, desestruturado, desvalorizado*, um património cultural construído e paisagístico consolidado e coerente, de tal forma que o retrato que essas pessoas tentam transmitir já não se reconhece na realidade presente, cada vez mais fragmentada. É no entanto muito importante referir que esse pode ter sido o preço a pagar pela grande melhoria da qualidade de vida da sociedade em geral, mas que é especialmente apreciada pelas pessoas que ainda sofreram problemas de carências e passaram por sofrimentos de vária índole, das epidemias à fome, sem esquecer as inevitáveis dificuldades do árduo trabalho no campo.

1.3.3.1- A família, o quotidiano

Uma vez já tratados, a propósito da *vida espiritual* os aspectos relacionados com a religiosidade e as festas, como expressão cultural da organização da vida comunitária, trata-se neste ponto de entrar um pouco na caracterização da vida individual e sobretudo familiar.

Eram as festas priódicas, e também os *bailaricos*, os locais de encontro, onde de preferência se iniciavam os namoros e se lhes dava continuidade, muitas vezes até ao feliz desenlace... No entanto, se o casamento era motivo de festa, com foguetes e uma mesa melhorada, à volta da qual se juntavam parentes, amigos e vizinhos (124), as perspectivas da nova família, na continuidade geracional, seriam pautadas pela rotina dos ciclos agrários e sobretudo pela precaridade económica da vida no campo.

O exemplo da família da Murteira, povoação do concelho de Loures, onde Maria Rosa Lila Dias Costa fez um levantamento etnográfico e linguístico em 1957 (125), atesta uma rudeza que a autora atribui em grande parte à falta de instrução e de fé (126).”*O marido não é, em geral, avesso ao trabalho, mas limita a sua actividade às horas de sol dos dias de semana. Ao sol-posto, quando larga das hortas, passa pela taberna onde bebe alguns copos de vinho e, se ‘calha a ficar resinado’ entra em casa disposto a implicar com os filhos e com a mulher.*” (127). Na sequência do ambiente criado, Os filhos rapazes não demonstravam nem respeito nem carinho pelos pais. Impressiona sobretudo a condição da mulher, face a uma preponderância masculina socialmente promovida e incentivada, que a colocava numa situação de dependência sem qualquer saída, uma vez casada. Não lhe era permitido participar das decisões familiares, nem podia dispor de qualquer dinheiro. E isto trabalhando de sol a

sol, no campo ou como lavadeira, sem deixar de cuidar e criar os filhos, tratando sozinha da casa, da roupa e da preparação das refeições (128). Por outro lado, “*o casamento sequestra a mulher saloia, até que haja poucas probabilidades de desvarios. Então falam-se sem reбуço*”, porque “*a falácia a ‘duo’ em público, entre indivíduos de sexos diferentes só se dá quando o amor tece as suas malhas ou, então, quando cabelos brancos e rugas justificam pureza de intenções. Entre um e outro extremo, homens e mulheres dão os bons dias de passagem ou trocam lacónicas palavras.*” (129).

Da abordagem do tema da família no quadro da unidade espiritual e também territorial dos saloios e na sequência de algumas pesquisas (130), resulta o reconhecimento de que a prática do casamento exogâmico (131) “*não alteraria o facto social total, em virtude de se efectuar entre indivíduos do mesmo nível, oriundos de sociedades rurais em que se mantêm organicamente ligados os aspectos económicos, técnicos, religiosos, lúdicos e, até, simbólicos.*” (132). O que, assumido como componente da cultura saloia, explicaria, não só o facto de ter acompanhado “*sempre a evolução dos tempos, sem desvios culturais ou decadência*”, mas também “*o alargamento que se pretende dar à Região Saloia actualmente considerada, dentro de um território em que jazem as suas raízes históricas e étnicas.*” (133). Assim, independentemente da continuidade de uma linha antropológica pura, constituiria o casamento “*o meio de transmissão dos valores culturais próprios*”, mantendo a *fácies* característica dos saloios por “*força psíquica e tradição*” (134).

Das discussões sobre os saloios, com destaque para a que opôs, com um intervalo de noventa anos, João Paulo Freire (Mário) às ideias expressas na *Physiologia do Saloio* (135), ressaltam as que dizem respeito a dois aspectos, designados por “*horror à água e desprezo pela árvore*” (136). Apesar das explicações e atenuantes, o próprio João Paulo Freire os admite, como os maiores defeitos dos saloios, que ficariam a dever “*ao sangue que lhes corre nas veias*” (137). Mas o certo é que ainda hoje a paisagem da região surge, em muitas áreas, nomeadamente a do interior dos concelhos de Cascais e Oeiras, marcada pela escassez de árvores, as quais, como se compreende, eram incompatíveis com a conveniente extensão da cultura de cereais e vinha, próprias da região. Quanto à falta de higiene, descrita na *Physiologia*, como expressão de muita miséria e indigência que o autor terá observado, convém notar que a mesma situação seria observável em todo o mundo rural, já que “*os hábitos higiénicos dos agricultores de todos os campos de Portugal e do povo em geral alteraram-se muito nas últimas décadas*” (138).



1



4



2



5



3

II.1.3.3.a- Cenas da vida quotidiana dos saloios.

1-2-3- Momentos do dia das mulheres, entre a casa, o campo e a lavagem da roupa no rio. 4- Cena da vida diária do camponês. 5- Traje típico do saloio. In MONTOITO, Eugénio (Dir.)- Sintra... e suas gentes. Sintra: Câmara Municipal de Sintra, 2001, p.21; p.105; p.49; p.40; p. 25.

Testemunho de herança de costumes muçulmanos poderão eventualmente reconhecer-se na arraigada separação funcional e social de grupos masculinos e femininos (139) e também no uso do lenço, considerado peça indispensável na indumentária feminina. Embora Joaquim Fontes considere que na sua época “*a rapariga dos arredores já não usa este tapicho no seu povoado*”, afirma também que “*velhas sem lenço a emoldurar-lhes a carantonha, é cousa que nunca vi.*” (140).

Das descrições do vestuário saloio ressalta a sua evolução no tempo, a adaptação às condições do trabalho e a garridice das mulheres, uma vez que, do lenço (e também a extinta carapuça) às saias e aventais, tudo tinha cores vivas e diferentes, ramagens, orlas e barras (141). O traje surge influenciado pelas “*condições climatéricas, profissionais, cerimoniais, a própria variação das modas aristocráticas, cujo traje e adereços exerceram sempre forte atracção sobre as classes populares, onde chegavam com algum atraso, mas onde ficavam de forma mais duradoura*” (142). As mulheres usavam quase sempre botas de cano alto, e surgem nas descrições e gravuras (143) muitas vezes montadas num jumento, com o lado esquerdo virado à cabeçada do animal, estando este carregado com os produtos a vender, como alforges com pão, fruta ou bilhas de leite. A carapuça, (de forma cónica, em veludo preto, debruada a cor, usada com o lenço e revirada para a frente) e a “*saia de cima arregaçada e tombada atrás em canudos*” (144), são outros aspectos comuns às descrições das saloias, embora a maior parte dos testemunhos se refiram ao século XIX (145). Da mesma forma o traje masculino apresenta alguns elementos que permitem distinguir o saloio dos outros camponeses. Admitindo variantes relacionadas com as ocupações e a natural evolução no tempo, estes usavam, em vez de chapéu, barretes de lã pontiagudos de diferentes cores, embora surjam também com “*chapéu de grandes abas reviradas à periferia*” (146), provavelmente em ocasiões especiais. As calças ou calções são curtos, deixando as ceroulas a descoberto (147). Apareciam sempre de colete, por cima da camisa de riscado, armados de grosso cajado (148) ou varapau, não dispensando, de acordo com Joaquim Fontes, para as ameaças de borrasca, um enorme guarda-chuva, capaz de abrigar toda a família (149).

Pela descrição feita por Maria Rosa Costa do vestuário dos habitantes da Murteira, conclui-se que em 1957 ainda se mantinham ali alguns elementos característicos, como o lenço, as saias rodadas e sobrepostas, a algibeira solta, as botas, na indumentária feminina; na masculina, eram o colete (usado de forma original), as botas e um barrete preto. Trajos de trabalho que usavam durante toda a semana, só vestindo de lavado ao domingo. “*Quando surge a festa da Murteira, o caso é diferente. Todos têm que estrear um fato novo, e se não têm dinheiro*

disponível para o fazer, vendem as galinhas ou o carneiro, ou, o que é mais frequente, compram a ‘créto’” (150).

Quanto a *gastronomia*, nem a palavra parece adequada à situação a descrever, de tal modo se revelam frugais as refeições diárias dos saloios, em número de quatro: café, almoço, jantar e ceia; no Verão acrescentavam uma merenda a meio da tarde (151). À parte os assados de carne, criação e principalmente borrego ou cabrito em dias especiais e o arroz doce ou as filhoses, estas sobretudo no Carnaval, doces idênticos aos que se fazem em todo o país (152), a mesa do saloio assemelhava-se em quase tudo à das outras gentes do campo, principalmente do sul: serviam-lhe de base os produtos sazonais da horta; da salgadeira tirava bocados de toucinho; e, embora produtor de leite, preferia vendê-lo a utilizá-lo para consumo próprio (153). Porém, para além do azeite, dois elementos, o pão e o vinho, estão sempre presentes, como sinal, ainda hoje, do cariz das raízes e influências mediterrâneas, não só da cultura saloia, como de todo o país (154).

Retalhada de grandes áreas de solo próprio para a cultura cerealífera, o trigo era o cereal preferido para a confecção do pão (155). Confecção esta, semanal, em tudo idêntica à que se praticava no sul do país: os mesmos utensílios (os alqueires, as peneiras, a amassadeira, o tendal a separar os pães já tendidos...); os mesmos processos de amassadura, a confecção do fermento; a massa a levedar: *“faz-se, com a mão, uma cruz no meio da massa, polvilha-se com farinha e tapa-se com um ‘tindal’ ou ‘bragal’.* [...] *Uma hora ou duas depois, [...] se a cruz feita com a mão tiver desaparecido, a massa, que está ‘lêva’, pode ir para o forno”* (156). A principal característica do forno saloio reside no facto de se situar normalmente na cozinha (157), portanto com acesso pelo interior, fazendo parte integrante da casa.

1.3.3.2- O trabalho-aspectos económicos

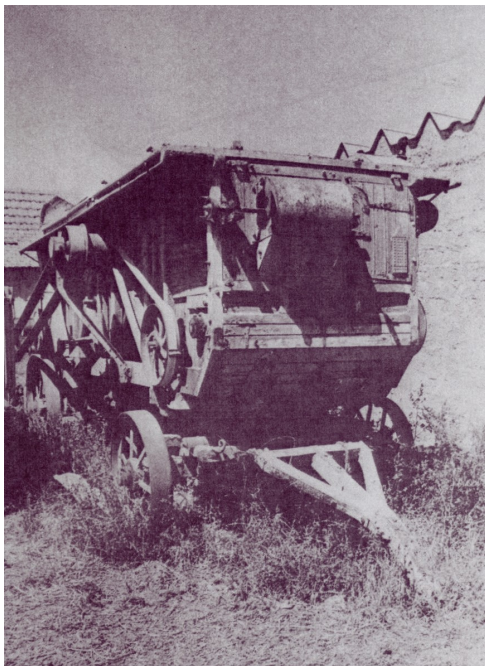
“Sapateiros não são homes / Alfaiates também não/ Homes são os lavradores/ Que enchem uma casa de pão”. (158).

É esta quadra bastante expressiva para avaliar a importância que o produto da terra tinha para o saloio, tendo como paradigma *o pão*.

Tem-se vindo a documentar a ligação constitutiva do saloio à *terra*, na qual, trabalhando *“geralmente de sol a sol, descansava ao domingo, para assistir à missa e não perder a ‘brincadeira’”* (159), embora houvesse a tendência para não respeitar inteiramente o que se



1



Debulhadora oitocentista doada por o Sr. Dário Canas à Câmara Municipal de Cascais

2



3



4

II.1.3.3.b – A debulha do trigo: da tracção animal à mecanização. 1- Debulha com bois na eira da Rebelva (princípios do século XX). In In MIRANDA, Jorge; CARDOSO, Guilherme; TEIXEIRA, Carlos A. - Registo Fotográfico de Carcavelos e alguns Apontamentos Histórico-Administrativos. 2ª Ed. Cascais: C.M.C., 1988, p.22. 2- Debulhadora oitocentista doada pelo Sr. Dário Canas à Câmara Municipal de Cascais. In CABRAL, João Pedro - Algumas notas sobre a vivência rural do concelho de Cascais. In Um Olhar sobre Cascais através do seu Património. Cascais: C.M.C.; Cascais: A.C.C., 1989, Vol. I, p.146. 3-4- Restos da mesma debulhadora (?) fotografados em 2003 junto ao Casal do Canas. (Fotos Amélia Cabrita)



1



2



3



4



5

II.1.3.3.c- Agricultura: os resquícios do passado. 1- Pátio com galinhas e estrumeira, Igreja Nova, Mafra, 2007. 2- Rebanho em Manique, 2003. 3- Natural de Albarraque, Sintra, junto às pipas de vinho novo, na prova da água-pé, Novembro de 2007. 4- Curral de ovelhas em Albarraque, 2007. 5- Aeromotor em ruínas, Casal dos Grilos, São Domingos de Rana. (Fotos Amélia Cabrita)

constituía como obrigação consignada pela Igreja Católica, não só doutrinariamente, mas como regra social imposta (160).

“Recebendo dos Árabes o empenho e a arte de amanhar o chão e ocupando terrenos de grande fertilidade e abundantes de água, o Saloio do Termo soube bem explorar todos esses dons”. (161). A prodigalidade do Termo de Lisboa foi enaltecida, sobretudo no século XVII, por alguns autores que pretendiam demonstrar as qualidades da cidade como candidata a cabeça de um grande império (162). Mas mesmo tendo isso em atenção e face a outros testemunhos (163), é-se levado a reflectir sobre a importância do contributo efectivo destes férteis arredores, trabalhados por gente laboriosa, para a valorização da cidade, seu crescimento e manutenção.

Estes *arredores*, que começavam onde hoje é zona urbana consolidada (164) tinham, às portas da cidade, características inteiramente rurais até meados do século XX, de que ainda se descobrem vestígios (Benfica, Amoreira), e existiam hortas na própria cidade (165). Nomeadamente, a zona de Sacavém a Frielas, comportava actividades completamente desaparecidas, como as ligadas às extensas e produtivas salinas, à intensa pesca na Ribeira de Frielas, que era também um porto muito frequentado (166).

Entende-se portanto que o crescimento e a transformação da cidade foram, naturalmente, *empurrando* as áreas cultivadas ou de actividades ligadas ao sector primário no sentido de uma periferia cada vez mais afastada do centro.

No entanto, uma das características da condição saloia é a manutenção, mesmo em confronto permanente com a cidade, e ao longo de gerações, de *anacronismos*, alguns mais depressa ultrapassados por regiões mais afastadas dos centros urbanos (167). É assim que vamos encontrar processos de rega e de lavoura herdados de antepassados romanos e moçárabes, a que corresponde a “*plangência de algumas das suas canções*” (168).

- A produção agrícola

A actividade agrícola dos saloios divide-se, tradicionalmente, entre a cultura de sequeiro, cereais, vinha, o regadio hortícola, os pequenos pomares e a criação de algum gado.

Os solos, sobretudo de composição calcárea e margosa, incluindo, nos concelhos de Cascais e Oeiras algumas manchas de férteis *barros vermelhos* de origem vulcânica (169) na zona de influência do complexo vulcânico de Lisboa, são propícios ao cultivo de cereais— sobretudo trigo, *feno*, mas também milho (170) — e da vinha. Com alguns vales férteis, irrigados por

linhas de água, “*Chelas, Unhos, Frielas, Loures, Camarate, Oeiras, Colares e Cascais eram as zonas de maior produção frutícola da região saloia.*” (171) Os já aludidos autores do século XVII, da *Relação* anónima a Frei Nicolau de Oliveira, preocupam-se em chamar a atenção para a qualidade e quantidade da fruta chegada cada dia do *Termo* e que sobretudo as mulheres vendiam pelas ruas ou na “*praça quinhentista da Ribeira de Lisboa*” (172).

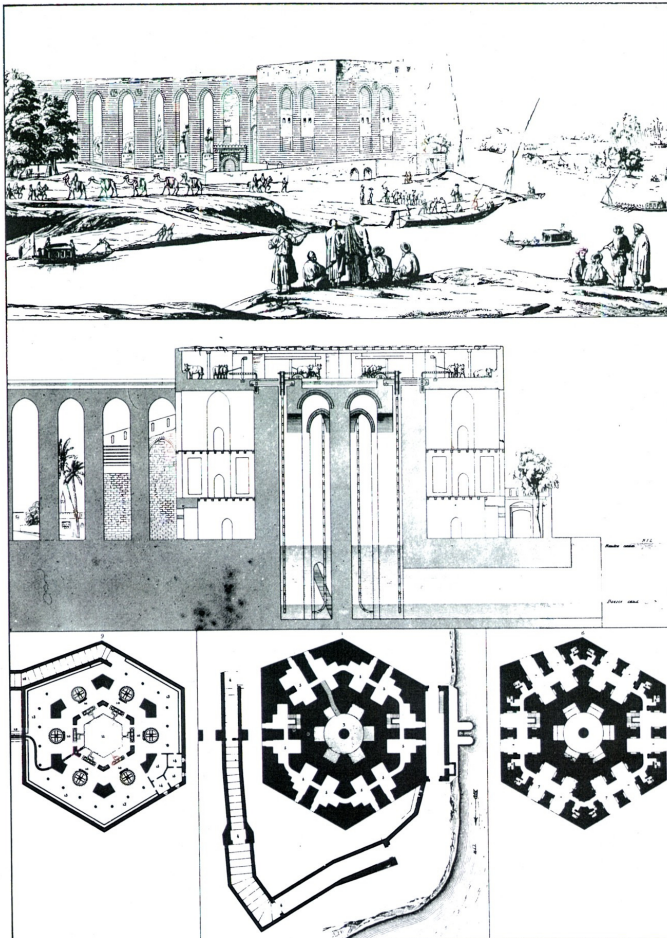
É possível que os métodos e alfaías agrícolas utilizados pelos agricultores, não só os saloios mas de todo o país, antes da mecanização, fossem ainda os herdeiros directos de romanos e muçumanos, não excluindo a influência de épocas anteriores, se tivermos em consideração os testemunhos arqueológicos (173).

- As hortas e as noras

“*Mas é a horta o tipo de exploração por excelência da área saloia meridional, o mais mimoso aspecto da actividade dos saloios ao qual o rural arrabaldino devotamente se consagra ainda hoje.*” (174). A descrição de procedimentos e trabalhos de cultivo e amanho de produtos hortícolas mais comuns, da cava aos cuidados a ter com cada espécie, passando pela cuidadosa execução das *lêras*, feita por Maria Rosa Lila Dias Costa no seu trabalho sobre a Murteira, é comum a qualquer horta meridional (175). São os diferentes processos de irrigação que permitem a existência da “*arabizada almuinha e a romanizada horta [que] conviveram, durante o período moçarábico, com equivalência semântica*” (176). Dos processos mais elementares que permitem elevar a água dos níveis inferiores a que geralmente se encontra, normalmente poços, (177) chega-se à progressivamente mais elaborada *nora*: “*Com frágeis alcatruzes de barro— as primitivas— ou de zinco— as mais modernas—, encadeados uns nos outros e levantados por meio de uma roda de madeira, accionada pela mão do homem ou, mais comumente, posta em movimento por um animal— boi, macho, jumento— fazia lançar a água para a calha ou masseira, mas também para a almácea (almaça e almáciga), pequeno tanque receptor dessa água do engenho*” (178).

- A vinha e o vinho

A vinha era uma cultura que se dispersava por quase toda a região saloia, tal como ainda acontece hoje em zonas mais afastadas ou preservadas dos efeitos da urbanização. Tratava-se de um recurso económico importante, bastando, para o avaliar, ter em conta o renome de



1 L'aqueduc de Saladin au Caire et les ouvrages destinés à l'élévation des eaux du Nil (de COSTE).



2



3



4



6



5

II.1.3.3.d- Noras e aquedutos. 1- Aqueduto de Saladino no Cairo e construções destinadas à elevação da água do Nilo. In PETRUCCIOLI, Attilio - Dar-al-Islam. Liège: Pierre Mardaga, 1990, p.125. 2-3- Quinta de Rana. Nora hexagonal de dois pisos e aqueduto. 4- Quinta da Torre da Aguilha. Nora hexagonal de dois pisos e rampa de acesso ao piso superior, para os animais, geralmente bois. 5- Nora do Zambujal, antes das adulterações recentes. 6- Nora no centro de Aljezur - monumento? (Fotos Amélia Cabrita).

Existiram e ainda existem algumas noras hexagonais na zona, nomeadamente: Quinta do Junqueiro e Quinta do Lameiro. Sugere-se a comparação com as noras monumentais do Nilo, porque têm em comum o sistema de elevação da água a uma cota superior, com o mecanismo a funcionar num nível superior, bem como a condução da água através de aquedutos.

vinhos como os de “*Bucelas, Colares, Carcavelos, Torres*” (179), vinhos que já eram citados de entre os melhores de que a cidade era abastecida no século XVII (180). De características bem diferenciadas, corresponde cada um deles a uma *região vinícola*. Todos terão em comum uma história de promoção, produção e fama que a partir do século XVIII os leva, com o novo paradigma civilizacional, aos mercados europeus e coloniais. Na sequência da procura, à falta de produção responde a tentação da falsificação, a qual por sua vez vai provocar a quebra nas vendas (181). E adiantados no século XIX, eis que as pragas da filoxera, do míldio e do oídio, que assolaram o país e a Europa, provocam uma diminuição drástica na produção (182). Em fases posteriores de recuperação, nomeadamente com a introdução de novas castas, não são as agremiações entretanto criadas, nem os sistemas de fiscalização, que impedem a diminuição progressiva das áreas de vinha e a tendência para a respectiva extinção (183).

No caso dos vinhos de Carcavelos, provenientes da cultura da vinha numa pequena zona demarcada entre as ribeiras da Laje e Caparide (184), abrangendo as freguesias de Carcavelos, S. Domingos de Rana e uma parte de Oeiras, onde se conjugam condições favoráveis como o clima, a orografia, a exposição solar e a formação calcárea dos solos, “*tiveram a sua época áurea no século XVIII, graças ao impulso do Marquês de Pombal*” (185). No processo de expansão da respectiva comercialização é interessante assinalar o facto de ser conhecido (e denominado) como o “*Lisbon wine*” (186) resultado provavelmente de campanhas que hoje apelidaríamos de *marketing*.

O cultivo da vinha, ainda que em parcelas por vezes dispersas, em virtude da estrutura fundiária predominante, e a produção, não só do vinho generoso, mas também dos outros tipos correntes, foram-se concentrando, como parte do património de algumas quintas mais importantes e respectivas famílias proprietárias (187).

Sucede então que estas grandes unidades, identificadas com as *Quintas de Recreio* dos arredores de Lisboa, são nesta zona especialmente dedicadas à produção vinícola, compensando algumas do interior sobretudo com a produção de cereais a menor incidência da vinha (188). Cabe perguntar que parte têm os saloios neste aspecto da ocupação do território, quando se percebe que a maior parte dos donos das quintas, ao longo de gerações, embora controlassem a gestão dos seus bens, estavam quase sempre longe (189). É de calcular que os saloios trabalhassem nos campos, nas habitações e nas instalações agrícolas das quintas, especialmente os que eram serviçais ou trabalhavam *à jorna*. Também é possível que outros

fossem rendeiros ou pagassem *foro* da exploração de parcelas das grandes propriedades, conseguindo assim alguma autonomia.

- A criação de animais

No que respeita aos animais, para além da criação de aves de capoeira, para consumo familiar e para venda, os saloios tinham, como auxiliares no trabalho dos campos e no transporte de cargas e pessoal, bois, burros, machos e mulas. No entanto, eram os rebanhos, de cabras e ovelhas, bem como a criação de vacas leiteiras a principal fonte de rendimento das famílias. De tal forma que em alguns aglomerados rurais ainda é possível reconhecer as instalações de antigas vacarias, pela sua tipologia e também porque se mantiveram em actividade pelo menos até à década de 1970. Quanto aos rebanhos, vão desaparecendo muito rapidamente da paisagem, embora ainda persistam alguns no interior, mesmo de concelhos como Cascais e Oeiras, os quais têm visto as suas áreas rurais desaparecerem sem deixarem sequer memória.

“A venda de leite em Lisboa podia fazer-se utilizando vacas ou cabras a deambular pelas ruas, uso que terminou em 1920, com proibição imposta por lei.” (190) Isto mesmo é testemunhado por Guilherme Felgueiras, quando revê, em 1943, a cena de *“há quarenta anos: a esbatida silhueta do vaqueiro lapuz percorrendo as ruas a tanger as dóceis turinas leiteiras que olhavam com ternura os bezerros mamões, que as seguiam”* e *“o leite branco e espumoso, ordenhado e vendido pelas ruas”* (191). Muitos saloios faziam portanto a venda directa do leite, já que o mesmo também era transportado por leiteiras em cima dos seus burros percorrendo a cidade juntamente com todos os outros vendedores especializados.

- As lavadeiras

A actividade *servil* das *lavadeiras* do Termo, que recolhiam, junto dos fregueses da cidade, a roupa (em rol) que lavavam e secavam na sua aldeia para depois a devolverem, surge sempre associada à caracterização da Região Saloia. Cabe perguntar se, por um lado, não havia em Lisboa quem lavasse a roupa e, por outro, se esta actividade e deslocações só se faziam em função da capital. De acordo com Maria Micaela Soares, lavadeiras ou *lavandeiras* públicas, sempre existiram por todo o país, *“no apuro da roupa pessoal e doméstica dos cidadãos”* (192), e houve-as, pelo menos desde a Idade Média (193), mas só a saloia recolheu a fama, a qual lhe permitiu resistir, em parte, à era dos electrodomésticos, uma vez que a autora ainda



1



2



3



VINDIMADORAS — (Cliché Benoliel)
 N.º 201 Lisboa, 18 de Setembro de 1911
 ANONIMIZADA PARA PROPRIETÁRIA, CONDOMÍNIO
 PORTUGUEZA E BENEVOLENTIA
 Autor: ANTONIO BENEVOLENTI, 1890-1910. Lisboa
 Reprodução e impressão: BELA DO MEXILÃO, 87

4



5



6

II.1.3.3.e- O vinho de Carcaveiros, da abundância à extinção. 1- Quinta do Barão, complexo de lagares e adegas. In MIRANDA, Jorge; CARDOSO, Guilherme; TEIXEIRA, Carlos A. - Registo Fotográfico de Carcaveiros e alguns Apontamentos Histórico-Administrativos. 2ª Ed. Cascais: C.M.C., 1988,p.111. 2- Vinha da Estação Agronómica, Oeiras, 2007. 3- Regiões Vinícolas de Portugal , desenho de Mário Costa, Ed. Junta Nacional do Vinho. Col Almarjão AHMC. 4- Vindimadoras (Cliché Benoliel). 5-6- Rótulos do vinho de Carcaveiros, também como *Lisbon Wine*. In EXPOSIÇÃO - A Vinha e o Vinho em Carcaveiros. Cascais: C.M.C., 2007. p.46; p.47; p.49; p.50.

conhecia, nos anos de 1980 algumas lavadeiras saloias em actividade. A preferência dos alfacinhas por estas explicava-se porque as da própria cidade, cujo número alguns calculavam em 3.500 (194), não eram pessoas de bom feitio e a água em que lavavam também não era recomendável (195). Pelo contrário, a roupa lavada nos arredores, longe dos miasmas da cidade, trazia até ela, ao menos supostamente, os ares do campo, cheirava a natureza, a sol. A confiança pessoal que permitia esta actividade é invocada por Joaquim Fontes, para defender *a causa* dos saloios, tidos por fatalistas, manhosos e desconfiados, para além de outros defeitos: “*O mau gosto é saloio, o embasbacamento é saloio, a esperteza manhosa é a esperteza saloia.*” Contrapõe o autor várias razões e diz: “*já pensou o leitor na honradez saloia? [...]. Conhece a Sr^a Estrudes ou a Sr^a Estina? Não se lembra delas, mas juro à fé de quem sou, que são pessoas utilíssimas e muito da intimidade das senhoras da capital. Vêm periodicamente a nossa casa todas risonhas, e levam-nos o bragal. E...até ‘à viaje’. Fica o rol como título de dívida.*” (196) Reconhece e identifica a especial relação que os cidadãos mantinham com as *suas* lavadeiras e, afinal, com os saloios de um modo geral.

Também é de assinalar que a arquitectura das habitações lisboetas tinham a sua influência, uma vez que “*a distribuição das casas interiores de Lisboa, não permitindo que aí se faça a barrela, como se pratica nas de Londres, obrigou a que se enviasse a roupa para o campo, para aí ser lavada*” (197).

As lavadeiras que serviam Lisboa vinham naturalmente dos arredores mais chegados à cidade e dos concelhos de Loures e Mafra. No entanto, a lavagem da roupa fazia-se, em toda a região, tal como em qualquer outro lado, antes das inovações contemporâneas, nos rios, em tanques ou represas, ao ar livre. À imagem de Lisboa, também as vilas mais importantes e, a partir do século XIX, na costa de Lisboa, as povoações ribeirinhas que se desenvolveram na sequência da moda banhar, solicitavam o serviço das lavadeiras. Mulheres de Tires, tal como muitas de todas as povoações do interior dos concelhos de Cascais e Oeiras, eram lavadeiras, ou criadas de servir e mais recentemente, mulheres-a-dias das zonas urbanas mais abastadas de Paço de Arcos a Cascais, passando por Oeiras, Carcavelos, Parede, Estoril, etc. Eram as “*patroas da Linha*” e para elas, lavavam nos *rios* de Caparide, das Varandas, da sua localidade ou nos tanques “*entretanto mandados construir pela Câmara*” (198) e partilhavam com as suas congéneres de outras zonas os mesmos modos e costumes, até no vestuário (199).

- As actividades transformadoras: a moagem

As mais importantes actividades transformadoras foram, tradicionalmente, as moagens, quer de cereais, na produção de farinhas, para abastecimento local mas também para servir a cidade, quer de azeitona, no fabrico de azeites. É significativa a descoberta da existência, na *villa* romana de Freiria— freguesia de S. Domingos de Rana— de um complexo agrícola que incluía um grande celeiro para cereais e instalações com lagares para a produção de vinho e de azeite (200).

À abundância de cereais correspondia, não só a organização quanto à debulha, geralmente em eiras partilhadas e ao eventual armazenamento, mas sobretudo o grande número de moinhos e azenhas, pontuando os primeiros os cimos de montes, ou situados em campo aberto, e situando-se as segundas em locais estratégicos junto dos leitos das ribeiras mais competentes. À imagem da Murteira (201), muitas povoações ou pequenas aldeias, eram caracterizadas por uma estrutura de auto-subsistência, da qual fazia parte pelo menos o moinho de vento, uma vez que as azenhas, em menor número, dependentes da abundância ou escassez da água, parecem ter tido um raio de influência maior (202). Tratava-se de uma actividade rentável, fosse exercida pelo dono do engenho ou cedida mediante renda (203). A profissão de moleiro exigia uma presença quase constante e por isso a habitação do mesmo está sempre próxima no caso do moinho, ou anexa às instalações, no caso da azenha.

A construção em pedra dos moinhos da região saloia data do século XVIII e épocas posteriores, obedecendo a um mesmo modelo com pequenas variantes (204). Torna-se por isso difícil determinar a tipologia, tanto do edificado como do engenho, correspondente ao moinho da época muçulmana, parecendo certo que a energia eólica ganhou nessa altura preponderância em relação à hidráulica, a avaliar pelo conhecido poema do celebrado poeta andaluz Ibn Muqãna (205). Poderão ter sido os romanos os introdutores na Península dos sistemas de moagem, da tecnologia primária das moendas manuais ou movidas por animais, de dimensão doméstica, às “*atafonas*” (206), aos barcos-moinhos e aos mais ou menos complexos engenhos movidos a água (207).

Quanto aos moinhos de vento da Estremadura, designados “*fixos de torre*” (208), são basicamente constituídos por uma construção circular, normalmente em pedra, dentro da qual é instalado um sistema de tracção por meio de um *sarilho* que funciona com a rotação do mastro, “*solidário, no exterior, com as velas, e que atravessa o tecto do moinho, com uma*



1

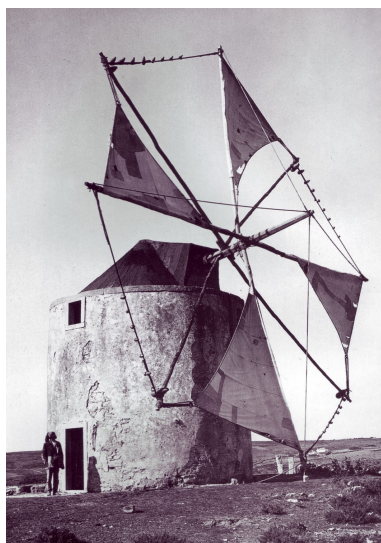


2



3

II.1.3.3.f- Paisagens de Moinhos e Azenhas.
1- Campos e Moinhos: Almorquim, Sintra, 1988. 2- Azenha (desativada): Armés, Sintra, 1989. 3- Interior de Azenha (desativada), Tojeira, Sintra, 1990. (Fotos Carlos Namorado)



1



2



3



4

II.1.3.3.g- Moinhos de ventos passados. 1- Moinho em Sintra, ainda activo em meados do século XX. In MONTTOITO, Eugénio (Dir.) - Sintra... e suas gentes. Sintra: Câmara Municipal de Sintra, 2001, p.117. 2- Ruínas do moinho do Zambujal (1980). In TEIXEIRA, Carlos Andrade; CARDOSO, Guilherme; MIRANDA, Jorge - Registo Fotográfico da Freguesia de São Domingos de Rana e Alguns Apontamentos Histórico-Administrativos. São Domingos de Rana: Junta de Freguesia de São Domingos de Rana, 2003, p.286. 3-4- Moinho desactivado em Albarraque, Sintra. Exterior e interior com o que resta da armação. (Fotos Amélia Cabrita)

inclinação de, aproximadamente, 30^o, e vai embutir no engenho” (209), rodando por acção do vento nas velas (210). “O moinho possui, além do andar térreo, mais dois pisos, os sobrados, para onde se sobe por uma escada que contorna, internamente, a parede. No primeiro piso, encontram-se as mós, em pedra grossa, rija, para farinarem o milho e a fava. A engrenagem que as faz girar é a mesma que, no andar superior, faz mover as mós que se destinam a moer o trigo.” (211).

Tendo subsistido, nalguns casos em plena actividade, até à segunda metade do século XX, provaram estes sistemas de moagem a sua eficácia, tanto na forma de moinhos de vento como de moinhos de água ou azenhas.

As azenhas, normalmente constituídas por uma construção que incluía o piso onde se situavam as mós, um par para milho e outro para trigo e centeio, além de outro equipamento, tinham um engenho movido pela força da água, que, conduzida em *levadas*, caía através de caleira de madeira sobre a *roda copeira*, colocada no exterior, lateralmente à construção. Era esta roda dupla, também em madeira, que através do veio punha em movimento o chamado “*inferno*” (212), alojado no piso abaixo do térreo, junto ao leito da ribeira na margem da qual se instalavam as azenhas. Algumas surgem-nos hoje como ruínas inesperadas envoltas em silvados e já difíceis de interpretar, com poucos vestígios do que terá sido um longo e prestimoso serviço.

- A construção civil e actividades co-relativas

Outras actividades importantes (213), para além da olaria, que parece ter sido de maior atractivo para as gentes da região de Mafra, assumindo-se aí como artesanato, são as que têm a ver com a exploração de pedreiras, abundantes na região saloia, e os ofícios co-relacionados, incluindo o fabrico da cal. Esta só sofre maior incremento com a urbanização do litoral no século XIX, embora se tenha tornado essencial já nos tempos da romanização, com os processos construtivos então divulgados e tenha havido um aumento da produção no século XVII com a construção das fortalezas na costa (214), bem como no pós-terramoto, para a reconstrução da cidade (215). É também a mudança operada nos processos construtivos e o advento dos novos materiais, sobretudo o cimento, que dita o fim desta indústria, pelo menos na forma artesanal que revestia (216).

“A região saloia, mercê da sua riqueza geológica pétreia e da sua relativa proximidade de Lisboa, tornou-se ao longo dos séculos e em especial no século XIX, área por excelência de

extracção e transformação de pedra para abastecimento da capital. Constituiu uma autêntica cintura de exploração calcária, envolvendo Lisboa desde Runa, por Fanhões, Casaínhos, Montemor, até à região de mármore de Montelavar— Pêro Pinheiro, à Várzea e a Tires— S. Domingos de Rana.” (217). Não era apenas Lisboa que se revestia ao longo do tempo dos tons suaves das pedras destes arredores saloios, em igrejas, palácios, escadarias e as típicas calçadas: *“Com a afamada pedra lioz dos arredores de Sintra se construíram os principais monumentos da zona estremenha, incluindo o Paço da Vila e o convento de Mafra”* (218). Lisboa deve então a estes arredores o aspecto que tem, na solidez luminosa dos seus monumentos, revendo-se no revérbero do empedrado polido pelo uso das calçadas. Para alimentar este luxo, esta vaidade, especializou-se o saloio no afeiçoamento da pedra, arrancada a duras penas das covas nas pedreiras (219), tornando-se canteiro e deslocando-se também, em grupos de dezenas e centenas para as obras de Lisboa, principalmente em épocas de surto na construção, como foi o caso dos anos de 1930 e 1940, incluindo as obras da marginal (220).

Em S. Domingos de Rana, a actividade de exploração de pedreiras é atestada pela referência feita na resposta ao inquérito pós-terramoto: *“Já em 1758, o pároco da freguesia declarava que ‘os mayores lucros deste povo procedem da abundancia de pedra de cantaria’”*(221). Mas também pelo facto de serem de *“mármore róseo de S. Domingos de Rana”* (222) quase todos os artefactos romanos encontrados no concelho de Cascais. É de supor que a exploração de bancos de melhor qualidade e maior quantidade na região de Pêro – Pinheiro e outros locais do concelho de Sintra e Mafra, a partir do século XIX, tenham arruinado gradualmente as pedreiras da freguesia de S. Domingos de Rana. Quando, na segunda metade de 1950, tem início o processo de urbanização clandestina, ela vem ocupar áreas de antigas extracções e desse labor só subsiste a actividade de canteiro, em pequenas e médias serrações e oficinas, que são mais a memória que a continuidade de um recurso humano e económico em vias de extinção. Nesse lento agonizar, embora algumas pedreiras tenham continuado em laboração, a partir da década de 1940 começaram os canteiros a deslocar-se para outras mais recentes e em expansão, como eram as de Cascais (Barraca de Pau, Birre, Alvide), Oeiras (Goilão, na Quinta do Marquês), Caxias e outras mais afastadas como é o caso de Sesimbra. Os canteiros de Tires deslocavam-se também para Lisboa, onde trabalhavam nas várias oficinas de cantaria que ali se haviam instalado (223).

- O advento da industrialização: as transformações emergentes

No pressuposto, tomado até este ponto como válido, de uma vinculação constitutiva do saloio à *terra*, ao trabalho agrícola, em moldes tradicionais, condicionantes de um *modo de vida*, herdados de gerações que o ligam culturalmente a romanos e muçulmanos, dever-se-á avaliar com cuidado os efeitos da modernização progressiva dos meios de produção na ancestral cultura saloia. No caso da actividade agrícola, a mecanização que, desde finais do século XIX, veio transformar, mesmo que de forma desigual, a lavoura, com especial relevo para as debulhadoras primeiro e mais tarde os tractores, não trouxe desenvolvimento continuado nem constituiu a longo prazo factor de actualização e progresso na actividade agrícola. Aos poucos e da periferia para o interior, foi a região saloia perdendo o direito à *terra*: “Então o habitante (saloi), que mantinha mentalidade e hábitos ancestrais, ia pouco e pouco sendo tocado pela extensão dos tentáculos da capital e da pequena indústria que, a partir dos últimos anos da década de cinquenta, não cessam de crescer. O deplorável é que uma e outra se fizeram a expensas de boas terras agrícolas, naturalmente em consequência da proximidade da cidade e da facilidade de transportes, mas sacrificando uma agricultura intensiva e importante para o desenvolvimento populacional do grande centro urbano” (224).

A região saloia não se distingue no contexto económico do Portugal de oitocentos. Longe de poder contar-se a curto prazo entre os países em vias de industrialização, o país debatia-se, a partir de 1820, exaurido pelas consequências das invasões francesas, com os problemas internos, no contexto da difícil transição do regime monárquico para o constitucional e deste para a República, o que vem a acontecer após os acontecimentos de Outubro de 1910 (225). Portugal continuava a ser um país rural, sem os recursos do carvão ou do aço, essenciais ao arranque da nova era. Existia, mesmo assim, um mundo pré-industrial, no qual Filomena Mónica situa a importante *classe* dos “*artesãos, artistas ou artífices*” (226), os quais, no início da industrialização se demarcavam claramente dos *operários*. Enquanto os primeiros tinham aprendido uma *arte* e se encontravam unidos em associações e corporações, os segundos eram apenas trabalhadores desqualificados, vindos na sua maioria do campo, fugindo da miséria, para quem a indústria, rejeitada pelos artesãos, significava a esperança de uma nova vida (227).

O conceito estrito e arcaico de *classe* só mais tarde evoluirá para o significado de *classe social*.

Esta parece ser uma chave de leitura para o papel assinalável desempenhado pelos *canteiros de Tires*, pois tratando-se de *artesãos*, vivendo numa localidade esquecida do concelho de Cascais (228), desde cedo se uniram e aderiram a organizações de classe e sindicais (229).

A progressiva modernização do país foi-se fazendo, sem o ritmo, mas também sem as consequências sociais e urbanas decorrentes da revolução industrial, na sequência dos interesses estrangeiros, sobretudo ingleses; acompanhada de perto pela expansão das vias-férreas e tendo como pólos principais as cidades do Porto e de Lisboa, com os respectivos portos e a capacidade de atracção de mão-de-obra. A região de Lisboa a sul do Tejo revelou-se desde cedo uma localização preferencial para algumas indústrias pesadas (230). Nos concelhos de Oeiras e Cascais, para além das actividades tradicionais (algumas de carácter pré-industrial) ligadas à construção e à agricultura (sendo de considerar autêntica indústria a produção de vinho de Carcavelos na época de plena produção) e das instalações de oficinas para a manipulação da pólvora em Barcarena, cuja fundação já remontava ao século XVI (231) passando a funcionar a vapor em 1879, estabelecem-se, no século XIX, algumas indústrias. A destacar, a Real Fábrica de Lanifícios de Cascais, que teve o seu início ainda no século XVIII, no âmbito do impulso que o Marquês de Pombal deu à indústria têxtil nacional, tendo laborado de forma irregular entre 1774 e 1827 (232) e, em Oeiras, a Fábrica de Lanifícios José Diogo da Silva. Esta unidade por seu lado, já surge na sequência do esforço de modernização do país no período da Regeneração, a partir de 1850 (233). Também em Tires laborou uma Fábrica de Estamparia (234) e uma indústria doméstica de fabrico de sapatos de trança, cuja tradição entretanto se perdeu (235).

De referir o relevo que o próprio Marquês de Pombal terá tentado dar ao tema da indústria no concelho de Oeiras, quando promoveu uma *Exposição Agrícola e Industrial*, no Verão de 1770 (236).

“*Em 1871, Oeiras deixara já de ser a bucólica e plácida vila que, durante séculos, vivera a pendular cadência da natureza, mercê da quase exclusiva dependência da exploração do agro*” (237). Entre o século XIX e 1940, “*como consequência da construção e expansão do caminho de ferro, instalam-se no concelho um conjunto de unidades industriais, nomeadamente a Fábrica de Papel, Fundação de Oeiras, Luzalite e os Fermentos Holandeses*” (238). Em Cascais, embora não restem delas quaisquer vestígios, pontuaram as fábricas conserveiras, ligadas à actividade piscatória (239). A Moagem de Carcavelos, fundada na década de 1940 e que laborou até 1980, património de arqueologia industrial insubstituível, foi ingloriamente demolida em 2000.



1



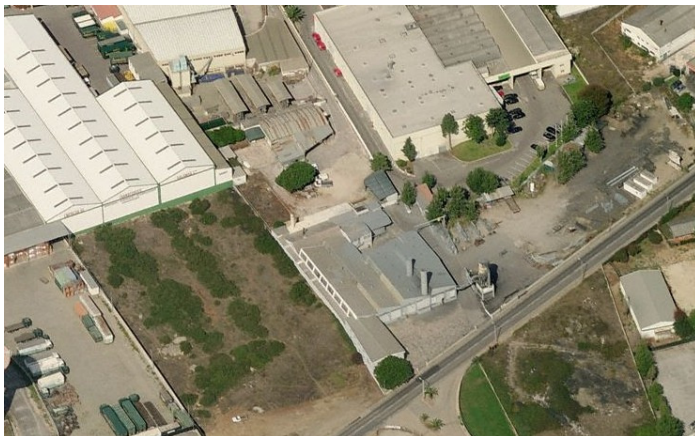
2



3



4



5

II.1.3.3.h- A indústria local. 1- Oeiras: o que resta da fábrica de lanifícios José Diogo da Silva (século XIX).
2- Cascais. Horta de Santa Clara: o que resta da Real Fábrica de Lanifícios de Cascais(séculos XVIII-XIX).
CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS. Biblioteca Municipal de Cascais - Casa da Horta da Quinta de Santa Clara na internet [em linha]. Cascais: Câmara Municipal de Cascais [citado em 13 de Fevereiro de 2008 - 10:20]. Disponível em URL: http://www.cm-cascais.pt/Cascais/Cascais/Patrimonio/Bibliotecas/Biblioteca_Municipal.htm
3- Moagem de Carcavelos (demolida em 2000). JUNTA DE FREGUESIA DE CARCAVELOS. A antiga Fábrica da Moagem em Carcavelos na internet [em linha]. Carcavelos: Junta de Freguesia de Carcavelos [citado em 14 de Fevereiro de 2008 - 11.14]. Disponível em URL: <http://www.jf-carcavelos.pt/boletins/bol14/page5.htm>.
4- Carcavelos, Fábrica de chocolates Excelciór (desativada).
5- Eixo industrial Abóboda-Trajouce. INSTITUTO GEOGRÁFICO PORTUGUÊS. Microsoft Virtual Earth [em linha]. Redmond: Microsoft [citado em 28 de Março de 2008 - 16:35]. Disponível em URL: <http://live.maps.com>. (Fotos Amélia Cabrita)

“Actualmente a freguesia de S. Domingos de Rana constitui a principal cintura industrial do concelho, com diversas instalações fabris, em especial, na Abóboda, Tires, Trajouce e Talaíde, sendo o que resta das fábricas, de carnes, móveis, cerâmica, confecções de roupa, meias, perfumes e artigos de higiene, malhas, chocolates, massas alimentares, [...] etc, outrora disseminadas um pouco por todo o concelho” (240).

Não dispicienda é a instalação e prosperidade, até à década de 1980, de algumas serrações de pedra e oficinas de cantaria, as quais empregavam uma parte da mão-de-obra especializada tradicional, proveniente sobretudo dos canteiros de Tires (241). Mas se esta era uma vocação culturalmente identitária da região saloia, o mesmo não se poderá dizer das novas actividades laborais que atraíram, não só as populações migrantes que vieram povoar o território destes concelhos, mas também os autóctones, quer dizer, os saloios, que assim trocam o trabalho no campo, de proventos incertos, pela situação de empregados ou operários (242). Tal como em Oeiras, também em Cascais, *“a industrialização avassalara, efectivamente, a urbe, alterando o quadro do seu viver tradicional quotidiano”* (243), trazendo consigo a explosão demográfica com o afluxo de outras populações, a expansão urbana e o aumento do custo de vida. Já no século XIX, *“a população activa empregue no sector secundário crescia e aproximava-se da utilizada no sector primário”* (244).

- Planeamento: causa ou (in) consequência?

Quando, em 1938, Duarte Pacheco aponta a expansão futura de Lisboa para ocidente (245), toma uma atitude fundacional relativamente ao *desenho*, urbano, paisagístico, económico e social do território abrangido pelos concelhos de Oeiras e Cascais. Nos anos de vigência do Plano de Urbanização da Costa do Sol (P.U.C.S.) (246) e nas áreas por ele abrangidas, a par das urbanizações clandestinas, muitas instalações industriais delas contemporâneas terão também surgido de forma ilegal. Eixos de implantação industrial importantes, como os definidos ao longo das vias que ligam, no concelho de Cascais, Tires e S. Domingos de Rana à Abóboda e esta a Trajouce por um lado e a Talaíde por outro, serão de génese espontânea, aproveitando a oferta de terrenos a baixo custo e a ligação rodoviária a Lisboa, tanto a norte, por Sintra, como a Sul pela Marginal. Trata-se de uma vocação agrícola tradicional traída, ou de um advento, tão compulsivo como mal aceite, dos novos tempos? Compulsivo, porque decorrente de uma dinâmica económica e social nova, potenciada pela expansão das vias de comunicação. Mal aceite pelos poderes, já que o desenvolvimento esperado se faria sobretudo

ao longo da costa com base na alta e média burguesia... (247). É que a vocação prevista da *Costa do Sol* era sobretudo (ou exclusivamente?) turística e habitacional. Para ela se construiu a Marginal (uma estrada panorâmica) e se electrificou a linha-férrea.

É assim que o advento e implantação em definitivo da era industrial, a partir de finais do século XVIII, com maior incidência nos dois séculos seguintes, acompanhados da ruína, progressiva mas inexorável, das actividades agrícolas e tradicionais, inaugura uma época de transformações sociais e culturais profundas na região saloia, dando, eventualmente, origem a uma nova realidade, cujos contornos estão ainda por definir.

1.3.4- Habitação – Arquitectura: o ponto de vista etnográfico

Caracterizar e interpretar alguns factores da cultura saloia, recorrendo sobretudo ao domínio da etnografia, é importante no presente contexto porque se tem como pressuposto que a arquitectura e a *cultura construída* (248) de um modo geral, são parte integrante de uma geografia humana e surgem sempre como expressões, mas também como condicionantes, de *modos de vida*, evoluindo no tempo. O território objecto de estudo é um *mundo longamente habitado*, marcado ainda hoje, e apesar da predação desabrida do *progresso*, por diferentes ocupações humanas em grandes ciclos temporais, que permitiram a fixação de factores de cultura comuns a um grupo alargado de sociedades locais.

Enquanto os estudos específicos da arte e da arquitectura (e muitas vezes também a história) analisam os seus objectos muito desligados do factor humano, a etnografia (e a ficção literária) *veêm o interior* das casas, muitas vezes pelos olhos dos próprios utilizadores/manufactores: na lareira acende-se o lume; os escaparates com tachos e panelas fazem parte do espaço; os cântaros são de barro e já acusam o uso; as arcas para o bragal, a mesa das festas, os enfeites em papel colorido recortado e a bonecagem adquirida nas feiras povoam a casa de fora... Por isso se considera importante fixar o registo em que a etnografia analisa a arquitectura— sobretudo *a casa*, a habitação e seus anexos, uma vez que habitar e viver, coincidem em grande medida para os nossos saloios: “*Em todo o mundo rural, a casa é o elemento de mais tarda alteração com a evolução económica. Estão nela sepultados hábitos e sentimentos muito profundos; é algo mais que simples lugar de abrigo. A casa rústica foi em geral concebida para albergar não só o locatário como as colheitas, o gado e as alfaias.*” (249).



1



2



3



5



4



6

II.1.3.4.a- Habitação: etnografia e passado. 1- A casa no seu contexto. In Associação dos Arquitectos Portugueses (Ed.) - *Arquitectura Popular em Portugal*. 2ª Ed., Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1980, p. 435. 2- “... *raça oprimida onde o sangue árabe não é estranho*”. In BRITO, Nogueira de - *Os Saloios. Raça tradicionalista e trabalhadora*. Boletim da Junta de Província da Estremadura, Julho - Agosto - Setembro de 1943. Série II, Nº 3, p. 316. 3- Desenho da casa torreada (casal saloio) do Sr. Henrique Nicolau de Mem Martins. 4-5-6- Espólio do interior de uma casa torreada no Zambujal. Os objectos falam de memórias de um passado antigo e recente. (Fotos Amélia Cabrita, 2007)

- Pequeno aglomerado: uma descrição modelar

A Murteira, uma povoação do concelho de Loures já referida neste capítulo a propósito de alguns aspectos da caracterização da identidade cultural saloia, em finais de 1950, pelas suas condições de relativo isolamento em relação às influências citadinas, quando Maria Rosa Lila Dias Costa aí fez um levantamento etnográfico e linguístico, apresentava ainda preservadas muitas características próprias da região saloia e portanto comuns a muitas outras povoações da mesma região. Embora no decurso do seu trabalho a autora se tenha apercebido, como é natural, de algumas especificidades próprias das gentes da terra, o conjunto de elementos que caracterizam a sua identidade cultural enquadram-se na matriz da identidade saloia que se tem vindo a delinear (250), sobretudo no que respeita aos pequenos núcleos rurais, nomeadamente os do interior do concelho de Cascais: paisagem humanizada em equilíbrio com os elementos naturais; humanização que não introduz modificações profundas, antes aproveita, potencia e tira partido, seja do relevo, dos tipos de solo, da exposição solar, do regime de ventos e da existência de água e em que o papel desempenhado por estradas e caminhos não parece ter a mesma relevância: *“O casario branco e pardo corre pela pequena encosta que desce suavemente em anfiteatro até um pouco profundo vale, onde, vindo do alto, o minúsculo rio da Verdelha— gigante durante as chuvas— serpenteia e saltita por entre a pedraria. Os tons dos tabuleiros verdes das hortas que orlam o rio e se estendem pelo pequeno vale, contrastam com o castanho-negro das terras de pastoreio manchadas por pedras cinzentas e enormes, e com o oiro suave e precioso das searas de trigo que ondulam brandamente à viração. Tal como a cor, também o som nos surpreende. Ao longe, como música de fundo, [...], o cantar fantástico do moinho; mais próximo, [...], a voz do abegão incitando com estranha melodia, os animais, seus companheiros, à tarefa rude de romper a terra; dum outro lado, [...], o taque-taque das noras ou o ruído característico e compassado da lavadeira que bate, na pedra, a sua roupa.”* (251).

- Arquitectura do trabalho

É a área construída principalmente constituída pelas habitações dos moradores e pelos anexos agrícolas: *“As casas da Murteira estão quase sempre de acordo com a situação económica dos seus moradores. Nunca são ricas, nem mesmo as da classe mais abastada da região— a do pequeno proprietário que trabalha as suas próprias terras— e as casa dos mais pobres*

vão ao ponto de serem miseráveis tugúrios.” (252). Na generalidade do território saloio, inserido na Zona 4 do *Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa* (253), tal como na Murteira, a diferenciação entre as habitações é mais funcional que representativa: “As casas [...] possuem ou só a habitação propriamente dita— se o morador trabalha fora, ‘à jorna’ e não tem animais— ou, se o morador é de lida, possuem, além da habitação, dois ‘palhêros’ anexos onde alojam o gado e guardam a comida para a alimentação dos animais; estas casas têm ainda, por vezes, um ‘telhêro’ ou ‘coberto’ para guardarem as grades, os ‘cabazes’ e a carroça ou galera, se a houver” (254). Quanto a tipologias, prevalece a casa de piso térreo, com um, dois ou mais compartimentos, praticados no interior com tijolo ou simplesmente madeira, “*questanêra* ou *tauba de solho*” (255). A casa de dois pisos, menos comum, é designada “*casa de sobrado; é nela que reside ‘a gente que veve melhor’*” (256). É constituída por um corpo de habitação com rés-do-chão e primeiro andar, ao qual se acede “*por uma escada interior em madeira e sem patamares*” e por duas outras construções anexas, térreas, servindo de palheiros e “*casa de gado*” (257). Algumas incluem ainda o barracão para a carroça, galera ou “*camineta da venda*”; os telheiros, construídos nos limites da propriedade, servem para “*abrigar a verdura dos animais, no Verão, e o arado, a charrua, a grade, etc*” (258). A autora inclui na tipologia da casa de sobrado, o *casal*, descrito como conjunto de habitação e anexos de gado e lavoura, “*um tanto distantes do centro da aldeia. Pertencem quase sempre a gente abastada— ‘casalêros de lida’— e são em geral construções antigas de aspecto afidalgado com uma ou duas moradias de sobrado, algumas casas térreas anexas e alguns telheiros*”. A casa do gado possui, para além da porta, “*uma janela pequena, dando para a ‘asnaga’ ou ‘prusinha’ [...] que se utiliza para dar saída ao adubo orgânico— esterco.*” (259) Ainda dentro do “*’paito’ que rodeia a casa, podem situar-se a corte do porco e o curral das ovelhas*”. Parece poder assimilar-se esta descrição à *casa torreada* (260), designação que não se encontra nos autores que tratam o tema dos saloios do ponto de vista etnográfico, identificada entre as casas de *sobrado*.

- Materiais e modos de construção

No que respeita aos materiais e modos de construção, salienta-se o processo primitivo, mas resistente, da construção com pedra seca que apresenta hoje as paredes de pedra negra empilhada, uma vez perdido o reboco inicial de terra amassada e areia do rio (261). É interessante verificar que na época em que foi feita a pesquisa, ainda se mantinham muitos



1



2



3



4

II.1.3.4.b- Uma casa saloia, uma casa de museu.

1- A casa e os respectivos anexos (casal). 2- *A casa de fora*, que era simultaneamente celeiro. 3- A cozinha, com o forno e os seus arranjos interiores. 4- O quarto e a exibição dos trabalhos de mão. In MONTOITO, Eugénio (Dir.) - *Sintra... e suas gentes*. Sintra: Câmara Municipal de Sintra, 2001, p.98; p.113; p.116.

aspectos dos processos tradicionais de construção: a pedra para as paredes, com argamassas que já admitiam “*o cimento e a cal indroco*” (262). Mesmo na construção em tijolo, “*os caboucos e as paredes-mestras até à altura de um metro, aproximadamente, continuam a ser construídas com pedra abundante na região*” (263). Exteriormente é referida a caiação do reboco e “*levando algumas, como enfeite, uma barra em ‘oca’, azul ou ‘almagre’*” (264). Correspondendo a outras descrições (265), os pavimentos térreos das casas da Murteira eram maioritariamente em terra batida. As coberturas, em telha de canudo, estavam a ser substituídas por “*telha murselha*” (266), sendo os telhados construídos com ripas que apoiam em barrotes, os quais descarregam numa viga mestra. Os tectos não eram, em geral, forrados, o que permitia ter uma visão directa do estado da cobertura.

As portas exteriores apresentam de um modo geral um aspecto sólido, “*muitas vezes rasgadas por um postigo que, durante o dia fica sempre encostado*” (267).

- O interior das casas: o quarto, a casa de fora e a cozinha

Especial atenção é dada pela autora à descrição do interior das casas, cujo recheio e tratamento, variando com as posses dos proprietários, teria muitos aspectos comuns: “*O quarto de dormir é, para o murteirense, a casa de maior importância e, como tal, a que deve andar mais bem arranjada— ‘uma coisinha melhor é qu’a gente gordemos pro quarto’*” (268). No mobiliário, referência à “*cómoda ou banca de abas tapada com uma cobertura de folho*”, bem como o “*caxão*” para os fatos, a “*corcha*” dos domingos e dias de festa, as camas de ferro ou, com maior desafogo, a “*movila*” completa e cama “*à francesa*” (269). A importância do quarto para o saloio em geral é também atestada por Joaquim Fontes, descrevendo a visita efectuada à casa da Sr^a Josefa Maria, em Odrinhas: “*Subo ao sobrado, pela escada interior, e entro no quarto do casal onde sobressai larga cama de alto espaldar e excelente madeira; [...]. E, posso afirmar, que camas semelhantes predominam na região que do Cacém termina à beira mar e se estende para norte, para lá de Mafra. [...] Colcha de croché resguarda-a e enfeita-a. As almofadas têm fronhas com rendas, feitas em noites de seroadas*” (270). Na cómoda, coberta com pano branco, “*tudo o que a fantasia permite junca-lhe o tampo: copos de vidro [...], bonecada de barro de Mafra ou de Caldas da Rainha, etc.*” (271). Destaca-se o emprego do papel de seda colorido recortado e o gosto pelas rendas e crochês feitos “*em noites de invernia*” (272). Os coloridos são sempre de contrastes violentos,